

ESTADOS UNIDOS DO BRASH.

DO ESTADO DO PARÁ

ORDEM E PROGRESSO

ANO LXV — 67.º DA REPÚBLICA — N. 18.188

BELEM - DOMINGO, 29 DE ABRIL DE 1956

ABRIL DE 1956

O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições,

RESOLVE: Mandar servir na Secretaria de Producão, até 31 de de embro de 1956, Carlos Fernandes Gonçalves, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, classe G, do Quadro Único, lotado no Departamento de Despesa da Secretaria de Finan-

Registre-se, publique-se e cumpra-se. Palácio do Govêrno do Estado

m5 28 de abril de 1956. Dr. EDWARD CATTETE PINHEIRO Governador do Estado

SECRETARIA DE ESTA-DO INTERIOR JUSTIÇA

DECRETO DE 24 DE ABRIL DE 1956

O Governador do Estado: resolve conceder, de ocôtdo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Iracema Sesbra Percira Protocolista, padrão H, do Quadro Unico, lotado no Gabinete do Governadon 45 ci de licença, para tratmento de saúde, a contar de 21 de março a 4 de maio do corrente ano.

do Pará, 24 de abril de 1956. EDWARD CATTERES PI TRO Governador do Estado Arthur Ciandio Talla

e Justica

DECRETO DE 24 DE ABRIL DE 1956

O Covernador do Estado: resolve nomear, de acôrdo com o art. 12, item III, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, o Capitão da Polícia Militar Camilo Alves Torres, para exercer, o cargo, em comissão, de Delegado Especial de Ordem Politica e Social, padrão N, do Quadro Unico lorado nas Delegocias Policiais do Departamento Estadual de Seguranca Pública; vago com a exoneração de Waldemar Sequeira de Barros Arouck.

Palacic) Garanga de Pstado do Pará, 24 de abril de 1956. EDWARD CATTETE PINHETRO Governador do Estade

Arthur Claudio Mello Secretário de Estado do Interior e Justica

DECRETO DE " DE ABRIL DE 1956 ס לימיוים שחת מחד מים יח

resolve nomear, de acôrdo com o art. 12, item III, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, o Major Reformado da Policia Militar Waldemar Sequeira de Barros e Arouck, para exercer, o cargo, em comissão, de Delegado de Investigação e Capturas, padrão N, do Torres.

do Para, 24 de abril de 1950.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Governador do Fetado Arthur Cláudio Mello 'a do Interior ecretairo (° e Justica

> DECRETO DE 24 DE ABRIL DE 1956

O Governador do Estado. resolve efetivar, de acô-do com o art. 120, da Constituição Estadual, José Barreiros Charchar, no cargo de Fiscal de Trânsito, padrão D, do Quadro Único, lotado na Delegacia Estadual de Trânsito do Departamento Estadual de

Segurança Pública. Palácio do Governo do Estado do Pará, 24 de abril de 1956. DWARD CATTETE PINHEIRO

Governad r do Estado Arthur Claudio Wello Secretário de Estado do Interior e Justica

DECRETO DE 24 DE ABRIL **DE** 1956

O Covernador do Estado: resolve exonerar, de acôrdo com o art. 75, item II, alinea, a), da Lei n. 749, de 24 de dezembro, de 1953, o Capitão do Policia Militar Camilo Alves Torres, do cargo em comissão, de Delegado de Investigações e Capturas, padrão v do Quadro Unico, lotado nas Delegacias Policiais do Deneria. Secretário de Estado do Interior mento Esctadual de Segurança Pública. an Greenman do Estado

do Pará, 24 de abril de 1956. AR GATTE INHEIRO Governador do Estado

Arthur Cláudio Mello 'ecretário de Estado do Interior e Justica

DECRETO DE 24 DE ABRIL DE 1956 🐣

O Governador do Estado: resolve exonerar, de acôrdo com o art. 75, item II, alinea a), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, o Major Reformado da Policia Militar Waldemar Sequeira de Barros e Arouck, do cargo em comissão, de Delegado Especial de Oldem Politica e Social, padrão N, do Quadro Único, lotado nas Delegacias Policiais do Departa-100 Estadual de Segurança Pú-

ácio do Govêrno do Estud do Pará, 24 de abril de 1956. EDWARD CATITETE INHEIRO

Governador do Estado Arthur Cláudio Mello Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 24 DE ABRIL DE 1956

a Covernadic di Retado resolve conceder, de acôrdo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 do Quadro Unico, lotado nas Delega- | dezembro de 1953, a Bernardino cias Policiais do Departamento Es- Forreira de Assis Investigador. tadual de Segurança Pública, vago classe C, do Quadro Único, lotado com a exoneração de Camilo Alves nas Delegacias Policiais do Departamento Estadual de Seguranda Leplacio do Governo do metado Filhtina. 45 dias de licença, em Secretário de Matado de Saúde prorrogação, a contar de 10 de 1

EDWARD CATTETE PINHEIRO, janeiro a 23 de fevereiro do cor-

do Govêrno do Estado do Pará, 24 de abril de 1956. Governador do Estado

Arthur Cláudio Mello Secretário de Estado do Inter or e Justiça

DECRETO DE 24 DE ABRIL DE 1956 Tetodo.

resolve equiparar, aos funcionários públicos do Estado, de acôrdo com o art. 120, parte final, da Constituição Estadual, para os efeitos de aposentadoria, estabilidade, disponibilidade, licença e férias, Leonilo Garcia Souza, guarda de 3a. classe, da Inspetòria Estadual da Policia Maritima e Aé-

Truch do Compand do Pstado do Peré 24 de abril de 1956 EDWARD CATTETE PINHEIRO

Governador do Estado Arthur Cláudio Mello Secretario de do Interior e Justica

SECRETARIA DE ESTA. DO DE SAUDE PUBLICA

DECRETO DE 24 DE AERIL DE 1956

O Governador do Estado: resolve equiparar, aos funcionários públicos do Estado, de acôrdo com o art. 120, parte final da Constituição Estadual, para os efeitos de aposentadoria, estabilidade, disponibilidade, licença e férias, Odilce Ana Fernandes da Silva, contratada da Secretaria de Saúde Pública.

Palácio do Govêrno do Estado do Pará, 24 de abril de 1956. EDWARD CATTETE PINHEIRC Governador do Estado

Wilson Silveira Secretário de Estado de Saúde Pública

DECRETO DE 24 DE ABRIL **DE** 1956

a a merrador do Estado: resolve conceder, de acardo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Teófilo Machado Fortuna, ocupante do cargo de Técnico de Laboratório, classe H. do Quadro Unico, lotado nos Laboratórios da Secretaria de Saude Pública, 60 dias de licença para tratamento de saúde. a contar de 19 de março a 17 de abril do corrente ano.

, an an deverna do Estado do Pará, 24 de abril de 1056. DINHEIRO Governador do Estado

Wilson Silveira

ISECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

DECRETO DE ABRIL

DE 1956 on Towards or on Estado: resolve nomear, de acôrdo com o art. 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Raimundo Luiz Pereira Corrêa, para exercer, efetivamente, o cargo do Almoxarife, padrão C, do Quadro Unico, lotado no Matadouro do Maguari, atualmente vago. Palacio do Governo do Estado do Pará, 24 de abril de 1956.

EDWARD CATTETE PINHEIRO Governador do Estado José Jacinto Aben-Athar Secretário de Estado de Finanças

DECRETO DE 24 DE ABRIL DE 1956

O Coverco' r do Estado: resolve efetivar, de acôrdo com o art. 120, da Consituição Estadual, Gonçalo Baptista de Moura, no cargo de Servente, classe A, do Quadro Único, lotado no Departamento de Receita da Secretaria de Finanças.

Palacie do Governo do Estado do Pará, 24 de abril de 1956. EDWARD CATTETE PINHEIRO Governador do Estado

José Jacinto Aben-Athar Secretário de Estado de Finanças

DECRETO DE 24 DE ABRIL 1955 غر O Coverandor do Estado:

resolve efetivar, de acôrdo com o art. 120, da Constituição Estadual, Tranquilo Agostinho de Brito, no cargo de Coletor, padrão C, do Quadro Unico, com exercício na Coletoria de Baião. Placio do Governo do Estado do Pará, 24 de abril de 1959. EDWARD CATTETE PINHEIRO

Governador do Estado José Jacinto Aben-Athar Secretário de Estado de Finança

DECRETO DE 24 DE ABRIL DE 1956

O Governador do Estado: resolve conceder, de acôrdo com o art. 103, da Let n. 749; de 24 de dezembro de 1953, a Alvaro Moacir Ribeiro, Chefe de Expediente, padrão K, do Quadro Uni-

co, lotado na Secretaria de Finanças, 30 dias de licença, em prorrogação, a contar de 31 janeiro a 29 de fevereiro do corrente ano. Palácio do Govêrno do Estado do Pará, 24 de abril de 1956.

EDWARD CATTETE PINHEIRO Governador do Estado

José Jacinto Aben-Athar Secretário de Estado de Finanças

DECRETO DE 24 DE ABRIL DE 1956

O Governador do Estado resolve demitir, de acôrdo com o art. 186, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Airton Alencar Araripe, do cargo de Contabilista, classe F, do Quadro Unico, lotado no Departamento de Despesa da Secretaria de Finan-

Paládio do Gaverno do Munuo l do Pará, 24 de abril de 1956.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Governador do Estado:

Dr. EDWARD CATETE PINHEIRO

Secretário do Interior e Justiça: Dr. ARTHUR CLAUDIO MELO

Secretario de Finanças:

Dr. J. J. ABEN-ATHAR

Secretário de Saúde Pública:

Dr. WILSON SILVEIRA

Secretário de Obras, Terras e Viação

Dr. WALDEMAR LINS DE V. CHAVES

Secretário de Educação e Cultura Prof. TEMISTOCLES SANTANA MARQUES

Secretário de Produção:

Sr. AUGUSTO CORREA

Repar-A. tições Publideverão remeter o expedienpublicação jornais, diariame n t e, até às 15 horas, excete aos sábados, quando deverão fazê-lo até às 14 ho-

-As reclamações pertinentes à materia retrbuida, nos casos de erros ou omissões deverão ser formuladas por escrito, à Diretoria Geral, das 8 às 17,36 horas, e, no máximo,

horas após a

saida dos or-

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARA

EXPEDIENTE te destinado Rua do Una, 32 — Telefone, 3262 talao do re-

> PEDRO DA SILVA SANTOS Diretor Geral

Armando Braga Pereira Redator-chefe:

Assinaturas

Belém : VICE THE PARTY OF THE PARTY OF

Anual Semestral Número avulso Numero atrazado, por 1,5L ano Estados e Municipios: Anual Semestral

Exterior:

Anual

Publicidad. Página de contabilidade, por 1 vez ... 000.00 600,00 Página, por 1 vez ... 24 16 Página, por 1 vez ... 300,00 Centimetros de colunas: Por vez

___Os originais deverão sei i dactilografados e autenticados, ressalvadas, por quem

___A matéria paga será recebida das 8 às 15,30 horas, e, nos sábados, das 8 as 11,30 boras.

___Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderce-ão tomar, em qualquer épo- | ções dos órgãos oficiais só se ca por seis meses ou um ano. ___As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem eviso.

----Asim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos de direito, rasuras e emendas. | quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da Imprensa Oficial.

dade de suas

assin aturas.

na parte su-

perior ao en-

derêço **vão**

impressos o

número do

gistro, o mês

e o ano ena

evitar solu-

cão de com-

tinuidade no

r e c ebimento

cos jornais,

devem os as-

sinantes pro-

videnciar &

renovação

com antece-

dência mini-

ma de trints

partições Pú-

blicas cingir-

se-ão às 85-

sinaturas

anuais reno-

vadas até 28

de fevereiro

de cada ano

e as inicia-

das, em qual-

que r época.

pelos órgãos

competentes.

-As Re-

(30) dias

A fim de

que findara.

---Os suplementos às edifornecerão aes assinantes quo os solicitarem.

----O custo de cada exemplar atrasado dos órgãos ofi-Para facilitar aos clientes a ciais será, na venda avulsa, verificação do prazo de vali- acrescido de Cr\$ 1,50 go ano.

Dr. EDWARD CATTETE PINHEIRO Governador do Estado José Jacinto Aben-Athar

Secretário de Estado de Finanças

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO

DECRETO DE 16 DE ABIL DE 1955

o Governador do Estado: resolve conceder, de acôrdo com os arts. 98 e 103, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Hermengarda Amanajás de Carvalho, Escriturário, classe D, lotado no Serviço de Cadastro Rural da Secretaria de Obras, Terras e Viação, 30 dias de licença, em porrogação, a contar de 16 de janeiro a 14 de fevereiro do corrente ano

Palacio do Govêrno do Estado do Pará, 16 de abril de 1956. Gal. Div. ALEXANDRE ZACARIAS

DE ASSUMPÇÃO Governador do Estado

Cláudio Lins de Vasconcelos Chaves Secretário de Estado de Obras, Terras e Viação

DECRETO DE 24 DE ABRIL DE 1956

O Governador do Estado: resolve nomear, de acôrdo com o art. 12, item IV, alinea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Raimundo Rodrigues Lobato, para exercer, interinamente, o cargo de Encanador, padrão C, do Quadro Unico, lotado no Departamento Estaual de Águas da Secretaria de Obras, Terras e Viação, vago com o falecimento de Severiano Merandolino da Silva.

Palácio do Govêrno do Estado do Pará, 24 de abril de 1956. EDWAAD CATTETE PINHEIRO Governador do Estado

Waldemar Lins de Vasconcelos Chaves Secretário de Obras, Terras e Viação

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTICA

Despachos proferidos pelo Exmo. Sr. Governador do Estado com o Sr. Dr. Secretário do Interior e Justica. Em 20-4-56.

Corta: N. 9, de Antonio Fernandes da Silva, extranumerário do D. L. Pública, pedindo o pagamento de vencimentos - A S.I.J., para preparo da mensagem à Assembleia Legislativa, solicitando c crédito necessário.

Petições: N. 0172, de Rubens Amintas, guarda civil, pedindo licença especial. — Deferido, de acôrdo com o parecer da S.I.J..

---N. 0301, de Silvia Aragão Mendes, serventuária da Justica, pedindo vitaliciedade - Deferido, de acôrdo com o parecer do D.P...

GABINETE DO SECRETARIO

Despachos proferidos pelo Sr. Dr.

Secretário do Interior e Justica. Em 26-4-56. Petições:

ceição do Araguaia, pedindo contagem de tempo — Opinamos pelo deferimento. À consideração do Chefe do Executivo. 0294 — Gregoria Antonio dos

Santos, soldado reformado da P. M., pedindo a gratificação de adicionais — Ao parecer do D. P... va, reformado da P. M., sôbre a Nunes — Encaminhe-se à S. F., gratificação de adicionais — Ao

parecer do D. P... 0331 — José Silvino de Almeida, de pagamento do interessado. sub-tenente reformado da P. M., sôbre o pedido de gratificação de adicionais — Ao parecer do D. P.. 0340 — Tobias do Nascimento, cabo reformado da P. M., sôbre o pedido de gratificação de adicio-

nt.ls. — Ao parecer do D. P... 0343 — Antonio Rodrigues de Aguiar, sub-tenente reformado da P. M., sôbre o pedido de adicionais - Ao parecer do D. P.. 0351. - Vicente Estevam de Car

valho, cabo reformado da P. M.; sôbre o pedido de gratificação de adicionais - Ao parecer do D. P. 0387 — Ademar de Sousa Figueiredo, 2.º tenente reformado da P. M., sôbre o pedido de gratificação de adicionais — Ao parecer do

0400 — Fileto de Sousa Januú, cabo reformado da P. M., sôbre o pedido de gratificação de adicionais - Ao parecer do D. P...

0442 — Raimunda Piedade, residente em "Maracanã, solicitando o desligamento do menor José Santana de Piedade do Educandário "Monteiro Lobato" — Desligue-

0449 — Humberto Araújo, 1.º bre a gratificação de adicionais de 21-8-54.

0450 — Rosalba de Sousa Rodrigues, professora no Município de

cia — Encaminhe-se à S.E.C., eis que veio a esta Secretaria por equivoco o presente expediente. 0451 — Miraceli Evelina de Siqueira Silva, funcionária, lotada

no DESP, pedindo o pagamento de adicionais - Opine o D. P.. 0452 — Manoel dos Santos Leite, 2.º sargento reformado da P. M., pedindo o pagamento de adicionais — Junte-se cópia do decreto 1485, de 30-6-54.

0453 — Edemir da Silva, na qualidade de presidente do "Ambulante Esporte Clube", nesta cidade, pedindo permissão para o funcionamento de jogos de salão — Ao DESP, para sindicar as atividades esportivas do clube requerente e opinar.

01206 — Teófilo Duarte de Araujo Lameira, tabelião de notas e oficial do Registro Civil, de Mosqueiro, requer contagem de tempo - Esta Secretaria opina favoràvelmente ao deferimento do pedido. Suba à consideração do Exmo. Sr. Governador.

Em 26-4-56. Memorandum:

N. 564, do Gabinete do Gover-0168 — Sandoval Godinho da nador, sôbre o funcionário Ivo Silva, promotor público de Con- Maués — Com as informações e parecer retro, volte ao Gabinete do Governador.

-N. 640, do Babinete do Governador, sôbre a dra. Sara Roffe — Ao Gabinete do Governador.

Ofícios: N. 447, do Departamento do Pessoal, sobre os assentamentos *0296 — Inácio Francisco da Sil- de Joaquim Ascendino Monteiro a cujo titular solicito mandar verificar o que constar nas fôlhas

> ______N. 130, da Confederação Rural Brasileira, Rio de Janeiro, sôbre a isenção total de vendas e consignações e criação em compensação, uma taxa de romento de cooperativismo — Solicito a manifestação do titular da S. F.. ____N. 1, da Câmara Municipal de Capim, comunicação de instalação dos trabalhos legislativos — Agradecer e arquivar.

____N. 3, da Câmara Municipal de Ananindeua, comunicação de instalação dos trabalhos legislativos - Ciente. Arquive-se.

CELEBRAÇÃO

Têrmo de contrato celebrado no Gabinete do Diretor Geral do Departamento Estadual de S. Pública entre o Govêrno do Estado do Estado e o cidadão Agostinho de Jesús Belo os serviços de Guarda Civil de terceira classe.

Aos sete dias do mês de janeiro de mil novecentos e cinquenta e seis, presentes no gabinete sargento reformado da P. M., sô- do diretor geral do Departamento Estadual de Segurança Públi-Junte-se cópia do decreto 1532, ca, sr. dr. José João da Costa Botelho, o cidadão Agostinho de Jesús Belo, acordaram o se-

solve contratar ,de acôrdo com o de 3a. classe da Inspetoria da Decreto-lei n. 3.816, de 2 de de- Guarda Civil. tinho de Jesús Belo Casado, bra- contratado elege a cidade de Be- lário mensal de um mil e con despesa com o pagamento da imsileiro, o qual fica caqui o ilém para seu domicílio legal, cruzeiros (Cr\$ 1.100,09). diante denominado contratado cujo firo será competente para CLAUSULA QUARTA — A terceira, correrá, no atual exerpara os serviços de Guarda Civil dirimir as questões que se susci- duração do presente contrato cício, à conta da Tabela n. 25. de 3a. classe da Inspetoria da tem na execução dêste contrato. Guarda Civil.

cujo fôro será competente para cruzeiros (Cr\$ 1.100,00).

lário mensal de um mil e cem CLÁUSULA QUINTA — A CLÁUSULA SEXTA — O pre- no, se o contratante deixar de

bro de mil novecentos e cinquen- consignação "Pessoal Variável", partes contratantes assim acorda- do se lhe convier, devendo, em

1.º de dezembro de 1955.

vernador do Estado, poderá ser função ou não forem mais jul- rescindido o contrato. com que têrmo que, depois de lido e achapromogado ou renovado se as gados necessários ou seus servi- caiba qualquer pedido de inde- do conforme, vai assinado pelas partes contratantes assim acorda- ços e por iniciativa do contrata- nização ou reclamação judicial partes contratantes, já mencionadem e rescindido a qualquer do se lhe convier, devendo, em ou extra-judicial. O presente das, pelas testemunhas abaixo e tempo, por iniciativa do Govêr- qualquer caso, a parte que resol- está isento de sêlo proporcional por mim João José de Siqueira no, se o contratante deixar de ver a rescisão, notificar a outra na forma da legislação em vigor, Mendes, que subscrevo e assino. corresponder nos deveres de 13 com antecedência de trinta dias, e para firmeza e validade do que função ou não forem mais jul- findos os quais, será considerado fica estabelecido, lavrou-se ôste gados necessários os seus servi- rescindido o contrato, sem que têrmo que, depois de lido e achacos e por iniciativa do contrata- caiba qualquer pedido de inde- do conforme, vai assinado pelas do se lhe convier, devendo, em nização ou reclamação judicial partes contratantes, já mencionaqualquer caso, a parte que resol- ou extra-judicial. O presente das, pelas testemunhas abaixo e ver a rescisão, notificar a outra está isento de sêlo proporcional com antecedência de trinta dias, na forma da legislação en vigor, findos os quais, so á considerado o nara filmeza e validade do que rescindido o contrato, sem que fica estabelecido, lavrou-se êste caiba qualquer pedido de inde- têrmo que depois de lide e achenização ou reclamação judicial do conforme, vai assinado pelas ou extra-judicial. O presente partes contratantes iá mencionae para firmeza e validade do que Mendes, que subscrevo e assino. fica estatelecido, lavrou-se êste têrmo que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas rartes contratantes, já mencionadas, pelas terteminhas chaixo e por mim João José de Siqueira Mendes, que subscrevo e assino. Belém, 7 de janeiro de 1956.

José João da Costa Botelho. Agostnho de Jesús Belo.

Testemunhas: Manoel Barroso Pimentel. Clodaldo Monteiro Nascimento. João José de Siqueira Mendes.

Têrmo de contrato celebrado no

ta e seis, presentes no gebinete Govêrno do Estado do Pará re- da civil de 3a. classe da Inspeto- tem na execução dêste contrato. ca, sr. dr. José João da Costa zembro de 1940 o cidadão Amé- contratado elege a cidade de Pr- viços o contratado recebera o sa-Potelho e o cidadão Aluizio Pe- rico dos Reis Siqueira, casado, para seu domicilio eral, lário mensal de um mil e cem

Govêrno do Estado do Pará re- de 3a. classe da Inspetoria da CIAUSULA TERCEIRA — será até trinta e um de dezemzembro de 1940 o cidadço Alui- contentado cioge a cidade de Be- lário mensol de um mil e cem CLAUSULA QUINTA — A ing de Souse, solteiro, id manie de Coming Degel, cruze res (C:\$! 100 oct. brasileiro, o qual fica daqui por jujo fôro será competente piral CLAUSULA QUARTA -- A portância prevista na cláusula

Govêrno do Estado () Pará re- para os serviços de guarda civil tem na execução dêste contrato. | será até trinta e um de dezem-

CLAUSULA TERCETRA — CLAUSULA SEGUNDA -- O Como remuneração de seus sercontratado elege a cidade de Be- viços o contratado recebera o salém para seu domicílio legal. lário mensal de um mil e cem

Como remuneração de seus ser- bro de mil novecentos e cinquen-

CLAUSULA QUARTA — ^ portância prevista na cláusula pelo Excelentíssimo Senhor Go- função ou não forem mais julduração do presente contrato terceira, correrá, no atual exer- vernador do Estado, poderá cer gados necessários os seus serviserá até trinta e um de dezem- cício, à conta da Tabela n. 25, prorrogado ou renovado se as cos e por iniciativa do contrataconstante do Decreto-lei n. 1911, dem e rescindido a qualquer qualquer caso, a parte que resol-

terceira, correrá, no atual exer- pelo Excelentíssimo Senhor Go- função ou não forem mais jul- rescindido o contrato, sem que cício, à conta da Tabola n. 25, vernador do Estado, poderá see gados necessários os seus servi- caiba qualquer pedido de indeconsignação "Pessoal Variável", prorregado ou renovado se as ços e por iniciativa do contrata- nização ou reclamação judicial constante do Decreto-lei n. 1911, partes contrata-fe; assim acorda- do se lhe convier, devendo, em ou extra-judicial. O presento dem e rescindico a qualquar qualquer caso, a parte que resol- está isento de sêlo proporcional CLAUSULA SEXTA — O pre- tempo, por iniciativa do Govêr- ver a rescisão, notificar a outra na forma da legislação em vigor, sente contrato, que foi aprovado no, se o contratante do van com antecedência de trinta dies, e para firmeza e validade do que pelo Excelentíssimo Senhor Go- corresponder aos deveres de sua findos es quais, será considerado fica estabelecido, lavrou-se este está isento de selo proporcional das, pelas testemunhas abaixo e na forma da legislação en vigor, por mim João José de Siqueira

Relém. 2 de janeiro de 1956. José João da Costa Botelho. Aloisio Peroteo de Sotsa

Testemunhas: Brancel Ramos Nascimento. Clodoaldo Martins Nascimento João José de Siqueira Mendes.

Têrmo de contrato celebrado no

Departamento Estadual de S. quenta e seis, presentes no solve contratar de acôrdo com o para os serviços de guarda civil Pública entre o Govêrno do binete do diretor geral do De Decreto-lei n. 3.816, de 2 de de de de 2a. classe da Inspetoria da reira de Sousa para os servi- rança Pública. sr. dr. José Joso zembro de 1940 o cidadão Anto- CLAUSULA SEGUNDA — O

diante denominado contratado dirimir as questões que se susci-CLAUSULA PRIMEIRA — O para os serviços de guarda civil tem na execução dêste contrato.

Como remuneração de seus ser- ta e seis. CLAUSULA SEGUNDA -- O viços o contratado recebera o sa- | CLAUSULA QUINTA -- A

> bro de mil novecentos e cinquen- constante do Decreto-lei n. 1911, ta e seis.

despesa com o pagamento da im- sente contrato, que foi aprovado portância prevista na cláusula pelo Excelentíssimo Senhor Goterceira, correrá, no atual exer- vernador do Estado, poderá ser tem na execução dêste contrato. duração do presente contrato cício, à conta da Tabela n. 25, prorrogado ou renovado se as CLÁUSULA TERCEIRA — será até trinta e um de dezem- consignação "Pessoal Variável". partes contratantes assim acorda-1.º de dezembro de 1955.

despesa com o pagamento da im- sente contrato, que foi aprovado corresponder aos deveres de sua tempo, por iniciativa do Govêr- ver a rescisão, notificar a outra despesa com o pagamento da im- | CLÁUSIILA SEXTA — O pre- ro. co contratante deixar de com antecedência de trinta dias, portância prevista na cláusula sente contrato, que foi aprovado corresponder aos deveres de sue findos os quais, será considerado Mendes, que subscrevo e assino.

Belém. 2 de janeiro de 1956. José João da Costa Botelho. Américo dos Reis Siqueira. Testemunhas:

Margel Ramos Nascimento. Clodoaldo Martins Nascimento. João José de Siqueira Mendes.

Têrmo de contrato celebrado no Gabinete do Diretor Geral do Denartamento Estadual de S. PCarlos Camaão Marques para os to Estadual de Seguranca Públi-

Gabinete do Diretor Geral do ro de mil novecentos e cinquenta guinte: Departamento Estadual de S. e seis, presentes no gabinete do

ro de mil novecentos e cinquen- CI AUSIILA PRIMEIPA — O tratado, para os serviços de guar- dirimir as questões que se susci-

reira de Sousa, acordaram o se- brasileiro, o qual fica daqui por mio foro será competente 1312 cruzeiros (Cr\$ 1.100,00).

Decreto-1: n 2816. de 2 de do- CI AUSULA SECTINDA -- O viços o contratado receberá o sa- ta e seis.

CLAUSULA PRIMETRA — O diante denominado contratado, dirimir as questões que se susci- duração do presente contrato

1.º de dezembro de 1955.

CLÁUSULA QUINTA — A CLÁUSULA SEXTA — O pretempo, por iniciativa do Govêr-

> Antonio Carlos Camarão Marques.

> Testemunhas: Manoel Ramos Nascimento. Clodoaldo Martins Nascimento. João José de Siqueira Mendes.

Têrmo de contrato celebrado no Gabinete do Diretor Geral da Departamento Estadual de S. Pública entre o (Dvêrno do Estado e o cidadão Antônio Ferreira da Silva, para os serviços de guarda civil de segunda classe.

Aos dois dias do ms de janeiro de mil novecentos e cinquen-Pública entre o Govêrno do ta e seis, presentes no gabinete Estado e o cidadão Antônio do diretor geral do Departamenservião sde guarda civil de ter- ca. sr. dr. José João da Costa Botelho e o cidadão Antonio Fer-Aos dois dias do mês de janei- reira da Silva, acordaram o se-

CLAUSULA PRIMEIRA — O Pública entre o Governo de diretor geral do Departamento Governo do Estado do Pará re-Estadual de Segurança Pública, solve contratar de acôrdo com o Reis Siqueira, para os servicos sr. dr. José João da Costa Bo- Decreto-lei n. 3.816, de 2 de dede civil de terceira telho e o cidadão Antonio Carlos zembro de 1940 o cidadão Anto-RENOVAÇÃO

Camarão Marques acordaram o nio Ferreira da Silva, casado, contrato celebrado no Aos dois dias do mês de jaGabinete do Diretor Geral do peiro de mil novecentos e cinDepartamento Estadual de S. quenta e sois processor de contrator de cont

cos de guarda civi lde terceira de Costa Botelho e o cidadão nio Carlos Camarão Marques, ca- contratado elege a cidade de Be-Américo dos Reis Siqueira, acor- sado, brasileiro, o qual fica da- iem para seu domicílio legal, qui por diante denominado con- cujo fôro será competente para

to Estadual de Segurança Públi- Decreto-lei n. 3.816, de 2 do de- | CLAUSULA SEGUNDA — O Como remuneração de seus ser-

duração do presente contrato

1.º de dezembro de 1955.

ver a rescisão, notificar a outra lestá isento de sêlo proporcional Mendes, que subscrevo e assino. com antecedência de trinta dias, na forma da legislação Cui vigo., findos os quais, será considerado e para firmeza e vandade do que rescindido o contrato, sem que fica estabelecido, lavrou-se este caiba qualquer pedido de inde- têrmo que, depois de 11do e achanização ou reclamação judicial do conforme, vai assinado pelas ou extra-judicial. O presente partes contratantes, ja mencionaestá isento de sêlo proporcional das, pelas testemunhas abaixo e na forma da legislação en vigor, por mim João José de Siqueira e para firmeza e validade do que Mendes, que subscievo e accision l fica estabelecido, lavrou-se êste têrmo que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes, já mencionadas, pelas testemunhas abaixo e; por mim João José de Siqueira Mendes, que subscrevo e assino. Belém, 2 de janeiro de 1956.

José João da Costa Botelho. Antonio Frreira da Silva. Testemunhas:

Manoel Ramos Nascimento. Clodoaldo Martins Nascimento. João José de Siqueira Mendes.

Têrmo de contrato celebrado no ceira classe.

guinte:

Govêrno do Estado do Pará re- Guarda Civil. diante denominado contratado, tem na execução dêste contrato. será até trinta e um de dezem- 1.º de dezembro de 1955. para o sserviços de guarda civil CLAUSULA TERCEIRA — bro de mil novecentos e cinquen- | CLAUSULA SEXTA — O pre-

Guarda Civil. contratado elege a cidade de Be- cruzeiros (Cr\$ 1.100,00). l'én para seu domicílio logial, CLAUSULA QUARTA — A terceira, correrá, no atual exer-partes contratant o assim acorda-

CLAUSULA TERCEIRA — ta e seis. cruzeiros (Cr\$ 1.100,09).

será até trinta e um de dezem- 1.º de dezembro de 1955.

ta e seis. 1.º de dezembro de 1955.

Leiem, 7 de janeiro de 1956. Buse Joan da Costa account. Antonio Joaquim de Sousa.

Testemunhas: Mancel Rames Nascimento. Juao José de Siqueira Mendes.

Aos uois dias do ms de janeiro CLÁUSULA PRIMEIRA — O da Inspetoria da Guarda Civil.

ta e seis, presentes no gabinete solve contratar ,de acôrdo com o Guarda Civil. do diretor geral do Departamen- Decreto-lei n. 3.810, de 2 ad de- CLAUSULA SEGUNDA — O cruzeiros (Cr\$ 1.100,00). to Estadua lde Segurança Públi- zembro de 1940 o cidadao Anto- contratado elege a cidade de Be- CLÁUSULA QUARTA — A ca, sr. dr. José João da Costa Po- nio Lope sde Sousa, casado, bra- 1/m para seu domicílio regal, duração do presente contrato tclho e o cidadão Antonio Joa- sileiro, o qual fica. daqui por into sera competente para será até trinta e um de dezemquim de Sousa, acordaram o se- diante denominado contratado. dirimir as questões que se susci- bro ce mil novecences e cinquenpara os serviços de guarda civil tem na execução dêste contrato. ta e sus. CLAUSULA PRIMEIRA — O de 3a. classe da Inspetoria da | CLAUSULA TERCEIRA — CLAUSULA QUINTA — A

Decreto-lei n. 3.816, de 2 de de- contratado elege a cidade de Pe- lário mensal de um mil e cen terceira, correra, no atual exerzsmbro de 1940 o cidadão Anto- Lóm para seu domicílio 1. gas cruzeiros (Cr\$ 1.100,00). no Joaquim de Sousa, casado, cujo roro sera competente para CLÁUSULA QUARTA — A consignação "Pessoal Variável", brasileiro, o qual fica daqui por dirimir as questoes que se susci- duração do presente contrato constante do Decreto-le: n. 1311,

de 3a. classe da Inspetoria da Como remuneração de seus ser- ta e scis. Viços o contratado recebera o sa- | CLÁUSULA QUINTA — A pelo Excelentíssimo Sennor Go-CLAUSULA SEGUNDA — O lário mensal de um mil e cem despesa com o pagamento da im- vernador do Estado, po era sor

cujo foro sera competente para duração do presente contrato cício, à conta da Tabela n. 25, dem e rescindido a qualquer dirimir as questões que se susci- sera até trinta e um de dezem- consignação "Pessoal Variável", tempo, por iniciativa do Govêrtem na execução dêste contrato. Poro de mil novecentos e cinquen- constanto do Decreto-lei n. 1911, no, se o contratante deixar de

viços o contratado recebina o sa- despesa com o pagamento da im- sente contrato, que foi aprovado gados necessários os seus servilário mensal de um mil e cem portância prevista na cláusula relo Excelentíssimo Senhor Go- ços e por iniciativa do contrataterceira, correrá, no atual exer- vernador do Estado, potierá cer do se lhe convier, devendo, em CLAUSULA QUARTA — A cício, à conta da Tabela n. 25, prorregado ou renovado se as qualquer caso, a parte que resolduração do presente contrato consignação "Pessoal Variável", partes contratantes assim acorda- ver a rescisão, notificar a outra bro de mil novecentos e cinquen- constante do Decreto-lei n. 1911, dem e rescindido a qualquer com antecedência de trinta dias,

CLÁUSULA QUINTA — A sente contrato, que foi aprovado corresponder aos deveres de sua caiba qualquer pedido de indedespesa com o pagamento da im- pelo Excelentíssimo Senhor Go- função ou não forem mais jul- nização ou reclamação judicial portância prevista na cláusula vernador do Estado, podera ser gados necessários os seus servi- ou extra-judicial. O presente terceira, correrá, no atual exer- prorrogado ou renovado se as ços e por iniciativa do contrata- está isento de sêlo proporcional cício, à conta da Tabela n. 25, partes contratantes assim acorda- do se lhe convier, devendo, em na forma da legislação em vigor, consignação "Pessoal Variável", dem e rescindido a qualquer qualquer caso, a parte que resol- e para firmeza e validade do que constante do Decreto-lei n. 1911, tempo, por iniciativa do Govêr- ver a rescisão, notificar a outra fica estabelecido, lavrou-se êste no, se o contratante deixar de com antecedência de trinta dias, têrmo que, depois de lido e acha-CLÁUSULA SEXTA — O pre- corresponder aos deveres de sua findos os quais, scrá considerado do conforme, vai assinado pelas sente contrato, que foi aprovado função ou não forem mais jul- rescindido o contrato, sem que partes contratantes, já menclona-

terceira, correrá, no atual exer- pelo Excelentíssimo Senhor Go- gados necessários os seus servi- caiba qualquer pedido de indecicio, à conta da Tapela n. 25, vernador do Estado, podera der ços e por iniciativa do contrata- nização ou reclamação judicial consignação "Pessoal Variável", prorrogado ou renovado se as do se he convier, devendo, em ou extra-judicial. O presente constante do Decreto-lei n. 1911, partes contratantes assim acorda- qualquer caso, a parte que resol- está isento de selo proporcional dem e rescindico a qualquer ver a rescisão, notificar a outra na torma da legislação em vigor, CLÁUSULA SEXTA — O pre- tempo, por iniciativa do Gover- com antecedência de Linta dias, e para firmeza e vandade do que sente contrato, que foi aprovado no, se o contratante deixar de findos os quais, se a considerado fica estabelecido, lavrou-se êste pelo Excelentíssimo Senhor Go- corresponder aos deveres de sua rescindido o contrato, sem que têrmo que, depois de lido e achavernador do Estado, poderá per função ou não forem mais jui- caiba qualquer pedido de inde- do comorme, vai assinado pelas prorrogado ou renovado se as gados necessarios os seus servi- nização ou reclamação jundan partes contratames, já mencionapartes contratante assim acorda- ços e por iniciativa do contrata- ou extra-judicial. O presente das, pelas testemunhas abaixo e dem e rescindido a qualquer Lo se me convier, Levendo, em está isento de sêlo proporcional tempo, por iniciativa do Covêr- qualquer caso, a parte que resol- na forma da registação da Vigos, no, se o contratante deixar de ver a rescisao, notificar a outra | outro op eperten e ezemnit ened e corresponder aos deveres de sus com antecedência de trinta quas, fica estabelecido, lavrou-se este função ou não forem mais jul- findos os quais, sona consulerado têrmo que, depois de lido e achagados necessários os seus servi- rescindido o contrato, sem que do conforme, vai assinado pelas ços e por iniciativa do contrata- caiba qualquer pedido de inde- partes contratantes, ja menciona-Lo se lle convier, aevendo, em nização ou reclamação judicial das, pelas tellemunhas abaixo e qualquer caso, a parte que resol- ou extra-judic al. O presente por mim João José de Siqueira

Belém, 2 de janeiro de 1956. José João da Costa Botelho. Antonio Lopes de Sousa. 'lestemunhas:

Mancel Ramos Nascimento. Clodoaldo Martins Nascimento. João José de Sigueira Mendes.

Têrmo de contrato celebrado no ceira classe.

guinte:

Gabinete do Diretor Geral do de mil novecentos e cinquenta e Govêrno do Estado do Pará re- CLAUSULA SECUNDA - O Departamento Estadual de S. seis, presentes no gabinete do di- solve contratar ,de acôrdo com o contratado elege a cidade de Be-Pública entre o Govêrno do retor geral do Departamento Es- Decreto-lei n. 3.816, de 2 de de- lém para sed uomicine e el. Estado e o cidadão Antonio tadual de Seçurança Pública, sr. zembro de 1940 o cidadão Antô- cujo fôro será competente para Jooaquim de Sousa para os ser- dr. José João da Costa Butemo nio Oliveira da Silva, casado, dirimir as questões que se susciviços de guarda civil de ter- e o cidadão Antonio Lopes de brasileiro, o qual fica daqui por tem na execução dêste contrato. Sousa, acordaram o seguinte: diante denominado contratado, CLÁUSULA TERCEIRA — Aos se e dia sdo mês de janei- | CLAUSULA PRIMEIRA — O para os serviço sde guarda civil Como remuneração de seus serro de mil novecento se cinquen- Governo, do Estado do Para re- de 3a, classe da Inspetoria da Visca o comazado recebera o sa-

Como remuneração de seus ser- despesa com o pagamento da imsolve contratar ,de acôrdo com o LLAUSULA SEGUNDA — O viços o contrataco recebera o sa- portância prevista na cláusula

portância prevista na cláusula provegado ou renovado se as

| 1.º de dezembro de 1955. Como remuneração de seus ser- CLAUSULA QUINTA — A CLAUSULA SEXTA — O pre- função ou não forem mais jultempo, por iniciativa do Govêr- findos os quais, será considerado CLAUSULA SEXTA - O pre- no, se o contratante deixar de rescindido o contrato, sem que

Mendes, que substitovo e assino.

Buém, z de janeiro de 1956. José João da Costa notemo. Antonio Oliveira da Silva. Testemunhas:

Clodoaldo Martins Nascimento. João José de Siqueira Mendes. João José de Siqueira Mendes.

CELEBRAÇÃO

Têrmo de contrato celebrado no Gabinete do Diretor Geral do Departamento Estadual de S. Pública entre o Governo co Estado e o cidadão Antonio Sombra os serviços de guarda civil de tercerra classe.

Ao ssece dia suo mês de janei-Gabinete do Diretor Geral do ro de mil novecentos e cinquen-Departamento Estadual de S. ta e sus, presentes no gabinete Pública entre o Governo uo do diretor geral do Departamen-Estado e o cidadão Antonio to Estadual de Segurança Públi-Oliveira da Salva para os ser- ca, sa dr. Jose Joao da Costa doviços de guarda civil de ter- telho e o cidadão Antonio Sombra, acordaram o seguinte:

Aos dois dias do mês de janei- CLAUSULA PRIMEIRA — O Têrmo de contrato celebrado no ro de mil novecentos e cinquen- Govêrno do Estado do Pará re-Gabinete do Diretor Geral do ta e seis, presentes no gabinete solve contratar ,de acôrdo com o Departamento Estadual de S. do diretor geral do Departamen- Decreto-lei n. 3.816, de 2 de de-Pública entre o Govêrno do to Estadual de Segurança Públi- zembro de 1940 o cidação Anto-Estado e o cidadão Antônio Lo- ca, sr .dr. José João da Costa nio Sombra, casado, brasileiro, o pes de Sousa para os serviços Botelho e o cidadão Antonio Oli- qual fica daqui por diante denode guarda civil de terceira veira da Silva, acordaram o se- minado contratado, para os serviços de guarda civil de 3a. classe

sente contrato, que foi aprovado

das, pelas testemunhas abaixo e duração do presente contrato por mim João José de Siqueira será até trinta e um de dezem-Mendes, que subscrevo e assino. bro de mil novecentos e cinquen-

Belém, / de janeiro de 1956. José João da Costa Botelno. Antonio Sombra.

Testemunhas: Manoel Ramos Nascimento.

Têrmo de contrato celebrado no 1.º de dezembro de 1955. Gabinete do Diretor Geral do | CLAUSULA SEXTA — O prera classe.

ro de mil novecentos e cinquen- no, se o contratante deixar de ta e seis, presentes no gabinete corresponder aos deveres de sua do diretor geral do Departamen- função ou não forem mais julto Estadual de Segurança Públi- gados necessários os seus servica, sr. dr. José João da Costa Bo- ços e por iniciativa do comeratatelho e o cidadão Apolinário do se lhe convier, devendo, em Gonçalves dos Reis, acordaram o qualquer caso, a parte que resolseguinte:

Govêrno do Estado do Pará re- findos os quais, será considerado solve contratar ,de acôrdo com o rescindido o contrato, sem que Decreto-lei n. 3.816, de 2 de de- caiba qualquer pedido de indezembro de 1940 o cidadão Apoli- nização ou reclamação judicial nário Gonçalves dos Reis, ca- ou extra-judicial. O presente sado, brasileiro ,o qual nea da- está isento de sêlo proporcional qui por diante denominado con- na forma da legislação un vigor, tratado, para os serviços de guar- e para firmeza e validade do que da civi lde 3a. classe da Inspe- fica estal elecido, lavrou-se êste toria da Guarda Civil.

contratado elege a cidade de Be- partos contratantes, já menciona-'ém para seu domicílio 'gal das, pelas testemunhas abaixo e cujo fôro será competente pera por mim João José de Siqueira dirimir as questões que se susci- | Mendes, que subscrevo e assino. tem na execução dêste contrato.

CLAUSULA TERCEIRA — Como remuneração de seus serviços o comtratado recebera o salário mencal de um mil e com cruzeiros (Cr\$ 1.100,00).

CLAUSULA QUARTA — A

ಟ e seis.

CLAUSULA QUINTA - A despesa com o pagamento da importância prevista na ciausula terceira, correra, no atual exer-Clodoaldo Martins Nascimento. cício, a conta da Tabera n. 25, João José de Siqueira Mendes. consignação "Pessoal Variável", constante do Decreto-lei n. 1911,

Departamento Estadual de S. sente contrato, que foi aprovado Pública entre o Govêrno do pelo Excelentíssimo Sennor Go-Estado eo cidadão Apolinário vernador do Estado, poderá ser Gonçalves dos Reis para os ser- prorrogado ou renovado se as viços de guarda civil de tercei- partes contratantes assim acordadem e rescindido a qualquer Aos dois diasdo mês de janei- tempo, por iniciativa do Govêrver a rescisão, notificar a outra CLAUSULA PRIMEIRA — O com antecedência de trinta dias, têrmo que, depois de lido e acha-CLAUSULA SEGUNDA — O do conforme, vai assinado pelas

Belém, 2 de janeiro de 1956. José João da Costa Botelho. Apolinário Gonçalves dos Reis.

Testemunhas: Mancel Ramos Nascimento.

Clodoaldo Martins Nascimento. João José Siqueira Mendes.

Saldo para o 173.272,50 Demonstração do Saldo: 142,707,60 Em dinheiro 30.564,90 Em documentos

173, 272,50

Belém (Pará), 28 de abril de 1956 - Visto: Célio Marques, diretor do Dep. de Despesa - Eusébio Cardeso, tesoureiro. **PAGAMENTO**

O Departamento de Despesa da S.E.F., pagará segunda-feira, dia 30 de abril de 1956, das 8 às 11 horas, o seguinte:

Pessoal fixo e variável: Junta Como onl, Departamento de Assistente aos Municípios, Secretaria de Obras, Terras e Viação, Serviç. ..e Transporte do Estado e Depa.... Estadual de Estatística.

Diaristas e cusicios: Secretaria da Assombléia Legislativa, Presídio S. Jusé, Imprensa Oficial, Instituto Lauro Sodré, Secretaria de Obras, Terras e Viação. Departamento Estadual de Águas e Serviço de Transporte do Esta-

Fornecedores: Hospital Domingos Freire, Santa Casa de Misericórdia do Pará, pendendo os empréstimos para Manoel P. da Silva, Castro & los funcionários que recebem ven-Cia., Neves, Dias & Cia., João R. | cimentos pelas Mêsas de Rendas da Cunha Filho, Panair do Brasil | Coletorias Estaduais, ao mesmo A. Ferreira Gomes Ferragista S. A., Serviço Funerário la Santa emprestimos àqueles que na data Casa de Msiericórdia do Pará, das citadas Instruções, contarem Africana Tecidos S. A., Lima, Ir- mais de sessenta (60) anos de idamão & Cia., Importadora de Fetragens S. A., Newton Boares, Augusto Moutinho & Cia., Acilino Campos, Emprêsa "A Provincia do Pará", Corrêa, Costa & Cia., Rádio Marajoára Ltda., F. Valério & Cia., Martin, Representações Comércio S. A., Ernesto Arantes & Cia., Ltda., Silva Santos & Cia. Ltda., Fábrica União, Indústria e Comércio S. A., Adriano Pimentel & Cia., Park Davis, P. Martini & Cia., Comércio Internacional Limitada, Cia. de Papéis F. Johnson, Bastos & Ribeiro, A. Pinheiro & Cia., The Western Telegraph Co. Ltda., Venerável Ordem 3a. de São Francisco, José Soares, A M. Fidalgo & Cia., Automóvel Clube do Brasil, M. L. Varella & Cia., A Electrorádio S. A., Amaro Paiva, Luiz Lavareda, Laboratório Silva Araujo Roussel S. A., Indústrias, Rosa Cruz Ltda., Elmora Globo, "O Liberal", Importadora e Exportadora Ltda., Manoel Gurino da Silva, Departamento dos

Diversos: Rocha, Herminio Calvinho, Valter Araujo, Antonio Calvinho, Sinval Corrêa des Santes, Pedro Batista Valentim Faria de Oliveira, Pregre. Antonieta dos Sentos Frin.

mentos:

Amélia Pin'n. Estér Ponatar Raimunda Costro. Roberto Freire, do Nascimento, Rute Sadala. Valtar Falcão, Carmen Tork, Jonatas Celestine Trixeira. Orlando Tadislen e Maria de Lourdes Radrigues. Demásitos Diversos — C/Salário Frenilia:

Thife Aranha Sousa, Eduarda Trancisca de Sousa V lente. Fuel des do Nasci-173.272.50 mento Sentos. Felipe Leite de Costa, Trancisco Carvelho de Alencar Tsage Ferreira Pains, Mario Walliza Braz Dies, Newton SOMA 1.178 516,39 José Ribeiro de Figueirodo, Rai-- mundo Taragado Corecha. José de a mais em fevereiro passado Recchico ao Banco. 1.095 243,80 Auclinário Costa, Alcindo Romos --- | Fernances e Antonio Augusto de l vada pela mêsa, havendo o se-

MONTEPIO DOS FUNCIO-NÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DO PARA

Ata da 8.ª Sessão Extraordinária, realizada em 18 de Abril de 1956.

Raimundo Silveira, Membros

aa) J. J. Aben-Athar, Presidente: Pedro da Silva Santos, Orion Klautau, Celio Marques, Ans dezoito (18) dias do mês de Abril de mil novecentos e cinquenta e seis (1956), presentes o canhor Presidente e demais membros do Conselho supra-assinados foi lida a Ata da Sessão enterior que teve aprovação unanime do Consêlho. O senhor Presidente dá conhecimento ao Consêlno que autorizará a partir do provimo dia dois (2) de Maio a abertura da "carteira de empréstimos" que obdecerá as Instruções a serem baixadas pela Presidência, cuja concessão máxima do empréstimo será de três mil cruzeiros (Cr\$ 3.000,00) ao funcionário que contar com mais de dez (10) anos de servico e dois mil cruzeiros (Cr\$ 2.000,00) para aquales que tiveram mais de cinco (5) e menos de dez (10) anos de servico. Outroseim das referidas Instruções constará um iten sustempo, que não será concedido de. A seguir foi apreciado o voto favorável do Conselheiro Célio Marques, lançado no processo em que Emílio Martins procurador do inventariante dos bens deixados por Napoleão Silvério da Silva Junior, Submetido a julgamento o Conselho autorizou o pagamento do pecúlio de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00), nos termos do Alvará do Juízo de Direito da 1.ª Vara. A seguir foram apreciados os votos do Conselheiro Pedro Santos lançados nos processos em que são requeridos a pensão e o pecúlio deixados pelo ex-contribuinte: José Martins Escórcio de Souza. Submetido o assunto em votação o senhor Presidente fez baixar os processos em diligência para que a Livisão de Benefícios informe o valôr das contribuições recolhidas pelo ex-associado, no período de Abril a Dezembro de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954) e Janeiro a Outubro de mil novecentos e cinquenta e cinco (1955), tando em atenção o salário-básico de contribuição. Em besa & Cia., Ltda., e A. Ramos & | seguida fôram apreciados os votos do Conselheiro Raimundo Silveira lançados nos processos Raimundo de Sena Maus, Al- em que são requeridos a pensão Ao D. C., para empenho na for- berto Antonio Pereira. Iravaldir e o pecúlio deixados pela ex-contrihuinte Joana Iduina Martins. O Conselheiro relator em vista de o processo estar em ordem, no Lima, C'Iberto Alcontain Lita, opiniou pelo deferimento dos pedidos. Submetido o assunto em feitura Municipal de Monte Ale- votoção, o Conselheiro adotando o voto do relator concedeu o pe-Prese tura Municipal de Relén, cúlio de dez mil cruzeiros Deleraçio do Impôsto de Renda, (Cr\$ 10.000,00) e a pensão mensal Ginasia N. S. do Louries de Icaa- la quatrocentes e cinquenta crurent, Maria do Céu de Campas Bi- zeiros (Cr\$ 450,00) à dona Elga hoiro, I.A.P.M., I.A.P.I., C.A.P. Martins Pinto enquanto se mantiver em estado de viuvez. Ainda

Danásitos Diversos — C/Venci- do citado Conselheiro foi apreciado o processo em que Zilda Tuanilde Mendança, Acurato Ca- de Sonza Coimbra, tutora da mevoleiro de Macêdo, Antonio Dins | nor Leonila de Souza Moreira da irmã da mesma, Lelita de Lima Moreira, em virtude do fale-Paula Comes Chaves Tererinha cimento desta. Na apreciação do referido processo foi verificada à vista da certidão de óbito de Lelita de Lima Moreira, que indevidamente essa pensionista vinha recebendo a quota-parto da referida pensão mesmo denois de haver contraído matrimônio com | Miguel Emidio Palheta. A propósito desta anormalidade o relator propôs ao Conselho, fosse determinada à Divisão de Beneficios, uma revisão periódica no fichário dos pensionistas, a fim de trazê-lo devidamente atualizado. Sugestão essa que foi também apro-

SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

GABINETE DO SECRETARIO

O Doutor J. J. Aben-Athar Secretário de Estado de Finanças proferiu es seguintes despachos: Em 27|4|56

panhia Nacional de Navegação Costeira, A Panair Co Brasil SA. Hospital Belém Revisto Amezônia O Imparcial Emprêsa "A Provincia do Pará Ltda., Flash Automóvel Clube do Pará, Instituto Lauro Sodré (2) Pará Telefone Company Limited Francisco Fortuna, e A. Pinheiro & Cia. remetendo conta — An D. D., para processar o pagamento em têrmos.

mos remetendo fôlha de pagamento — Ao D. D. prira os devides fins.

----Da Procuradoria Fiscal fazendo comunicação — Ao D. D.

para os devidos fins. -Do Juiz de Direito da 7a. Vara da Comarca da Capital, fazendo comunicação — Ao D. D. pera es ulteriores de direito.

——Da Inspetoria da Guarda Civil solicitando providências para ser rotituida a importância de Cr\$ 250,00 a Jorge José Tomez - Em face das informações retro reterno o processo ao D. D. para efecuar a restituição da quantia de Cr\$ 250,00 descontaa favor da Caixa Econômica Fe-

deral.

——De H. Barra Maria de Na- Correios e Telégrafos, Q. S. Duarzaré Bittencourt Peres. Secreta- te, Manoel José de Carvalho, Anria de Estado de Saúde Pública tonio Rosa, Cia. Editora Nacional, Clínica Veterinária e Labertório Antonio Venturieli Filho, I. Bar-Dr. Américo Braga, Orfanato Antonio Lemos (2) o Cosmorama O De Erichsen & Cia, Lida. Com- Liberal, solicitando empenho ma regular.

> ——Da Secretaria de Estado de Saúde Pública (2) Orfanato Antonio Lemos Secretaria de Obras Terras e Viação, remetendo prestação de contas — Ao D. C. pera anotar e relacionar afim de ser encaminhado ao Tribunal de

Petições:

De Raimundo Antonio Montei---- Do Orfanato Antonio Le- ro Luiz requerendo crédito atra zado — Ao D. C. pera informar. ——De Ana de Cristo Cabral Hurley e José Amazonas Pantoja, vieira, Ferro João da Silva, Ana solicita reversão da quota-parte Euiz de Direito da Capital — Ao D. D. para informer.

Memorandum: Do Gabinete do Governador contas dy jornal "O Liberal" -Ao D. D. para processar o pagamento em trêrmos.

DEPARTAMENTO DE DESPESA TESOURARIA SALDO do dia 117 de abril de 1956,

Randa do dia 29 de abril de 1956 1.005 243.80

requer a pensão e o pecúlio Conselheiro Raimundo Silveira tada anteriormente pelo relator. sinada pelo senhor Presidente. Ao Conselheiro Orion Klatau o processo número trinta e nove aa) Walmy Delma de Siqueira

nhor Presidente despachado nês- | tista de Andrade, tutor da menor te sentido àquela Divisão. Depois | Vanda de Matos Ferreira, filha fôram apreciados os votos do natural do ex-contribuinte: Lou-Conselheiro Orion Klautau lan- rival de Matos Ferreira, solicita cados nos processos nos quais a pensão deixada pelo falecido Adôlfo Pereira de Barros Filho em favôr de sua tutelada e ao deixados por seu pai ex-contri- foram distribuídos os processos buinte, Adolfo Pereira de Barros | números cento e quatorze (114), que opiniou em vista de os pro- de seis (6) de Fevereiro e trezencessos estarem em ordem, pelo tos e trinta e seis (336), de dezoideferimento dos pedidos. Subme- to (18) de Abril do corrente ano, tido em votação o Consêlho em nos quais são requeridos a pensão face do voto do relator, concedeu e o pecúlio deixados pelo ex-cono pecúlio de dez mil cruzeiros tribuinte: Júlio da Costa Car-(CrS 10.000,00) ao requerente. A | neiro. Nada mais havendo a traseguir o senher Presidente fez a l tar foi encerrada a Sessão ficandistribuição do expediente: Ao do marcada outra Extraordinária Conselheiro Pedro Santos o pro- para o proximo dia vinte e cinco cesso de Benedito Francisco Xa- | (25) do corrente. E para constar vier requerendo inscrição de be- eu, Walmy Delma de Siqueira neticiários, visto o interessado Mendes lavrei a presente Ata ter satisfeito a exigência solici- que vai por mim subscrita e as-

(39), de dezoito de Janeiro do Mendes — J. J. Aben-Athar.

SECRETARIA DE ESTADO DE PRODUCAO

GABINETE SECRETARIO

corrente ano, no qual João Ba-

Despechos proferidos pelo Sr. Secretário de Produção. Em 6-4-1956.

Ofícios: N. 8, da Coletoria de Anhanga, remetendo mapa do impôsto territorial - Ao D.C..

-N. 37, do diretor do Departamento de Colonização, solicita diárias - Ao D.A., para atender. nindena; 11, da Coletoria de Ourém; 8, da Coletoria de Abactetuba; 9, da Coleroria de Cametá; 8, de Coletoria de Fáro: 7, da Coletoria de Muaná, e 72, da Coletoria de Anajás, remetendo mapa do impôsto territorial — Ao D C..

Petições: Ns. 907, de Francisco Vitaliano da Cruz: 908, de Cliso Rumo de Paiva; 900, de Boimmodo Alego Peixoto; 910, de Jonas Lopes Pinto: 911, de Jorge Araujo Lima; 916, de Francisco Araujo Lime: 917, de João Paz de Oliveira, 918, de José Maximiano de Gliveira; 920, de Antonio Maximiano de Lima; 923, de Antonio Pereira da Silva e 928, de Lourival Rufino do Paiva, requerendo lotes de terras _ _ Ao D. C..

Em 7-4-1956.

Propostas de empréstimo Ns. 290. de Demócrito Radrigues de Noronha; 713, de Ursulino Manoel da Silva: 714, de Carles Bezerra de Oliveira: 901, de Têda José Gedeon de Menezes e 900, de Francisco de Lamartine Nogueira - solicita empréstimo agrícola -Ao D.F..

Petições: Ns. 926, de Edgar Chermont, solicita certidão de impôsto — Ao

D. C.. ___N. 931, de Raimundo José de Andrade; 933, de Jaime Trindade de Araujo; 934, de Lourenço Batista da Silva; 935, de Lourenço Batista da Silva; 936, de mara do Nascimento; 937, de Maria Fernando do Nascimento; 938, de Raimundo Francisco do Nascimento; 939, de José Balbino de Almeida; 940, de Celso de Matos Leão; 941, de Ana Rosa Martins Leão; 942, de João Severino de Lima ;943, de Maria Machado; 944, de José Castro dos Santos, requerendo lotes de terras — Ao D. C..

Em 10-4-1956. Ofício:

N. 60, do Departamento de Ciarsificação de Produtos, remetendo mapas de exportação dos produtos padronizados - Ao D. A..

Petições: N. 10.266-55, de Luiz Francisco Ribeiro; 10.272-55, de Luiz Tertuliano de Freitas; 19.277-55 Ozias Albuquerque Silveira; 9933-55, de Raimundo Nonato de Suuza; 771-55, de José Corrêa de Lima; 700-56, de Maria Alessa 12, Sil va; 768-56, de Manoel Mário dos Santos; 10.135-50, de Lau 100 Viriato des Santos; 770-56, de Sérgio Gomes da Silva; 698-5, ae Ns. 214, de Conrado Espírito Marimi no A. Simi - 9-53, 25 Con Filhe; 230, de Francisco Sa-Antonio Bezerra de Oliveira: 740- | les Pinheiro: 605, de Olávio 60-56, de Antonio Bezerra de Oliveira | mes Pinheiro; £32, de João Bezer-

Presidente.

D C! - requerendo lotes de terras -Ao D. C.

Em 11-4-1956. Ofícios:

N. 59, do Departamento de Classificação — sugeriu designação de funcionários — Ao D. A., para atender.

---N. 63, do Departamento de Classificação — faz comunicação — Ao D. A..

____N. 61, do Departamento de Classificação — remete processo n. 672, desta Secretaria — representação contra a firma Emprêsa Textil Exportadora Ltda. — Ao

-N. 10, da Prefeitura de Baião — remetendo bilhetes para ser expedido o respesctivo título. — Ao D.C..

____Ns. 13. da Prefeitura de Abaetetuba; sln., da Coletoria do Mosqueiro; 9, da Coletoria de Igarapé-Acu: 12, da Coletaria de Igarapé-Mirí; 19. da Coletoria de Acará; 8, da Coletoria de Breves, e 9, da Coletoria de Breves - remetendo mapa do impôsto territorial - Ao D. C..

Memorandos: Sin.. de Maria de Felém Queiroz - solicita antecipação de férias — Ao D. A...

___N. 17, do Departemento de Fomento — solicita máquina de an often lémis — Ao D. A..

Peticões: Ns. 927, de Francisco Lourenço Mendonca; e29. de Salvino Gongalves da Silva; 930. de Salvino Gonçalvos da Silva; 948, de Raimundo Soteiro de Soude: 951, de José Parrira da Silva; 952, de "Regina Figha de Freits; 953. de C'cero Pelchia de Scura: 954, de Alzira Duarte de Oliveira: 955. de Rosenda da Silva Ribeiro; 956, de Agestinho Miguel Ta Silva: 957 de Serofing Pormer da Gunha: 960, de João Paulino da Silva; 961, de Francisco Flor da Silva; 962, de Cícero Honório Ferreira 967, de José Pereira de Freitas; 964, de Cosme José da Silva: 965, de Santina Almeida da Silva; 966, de Santina Almeida da Silva; 967, de Jovenlia Almeida de Silva; osa, de Balbino Borges da Silva; 969, de Balbina Borges da Silva; 970, de Florência Caetano de Oliveiro 972, de Maria Pinto Mesquita; 981, de Cicero Vieira Lima: 982, de Cicero Vieira Lima; 983, de João Santana Maia, requerendo lotes de terras — Ao D C.. ___Ns. 633, de Mancel Nogueira

de Araujo; 632, de José Francisco -13. N. scimento: 683, de Pedro Alves do Nascimento — requerendo bilhetes de localização — Ao D.C..

Processo: N. 394, do Departamento de Co-'onização, capeando um protesto de José Autonio Gonçalves Cunha, requerendo espedicão do hilhete de localização de José Maria Pereira de Souza, do Municipio de João Coelho - Ao dr. Consulter

Jurídico. propostas de comréstimos:

ra Nunes; 961, de João Magalhães Gomes; e 892, de Manoel Pinto Ferreira, solicitando empréstimo agricola - Ao Consultor Jurídico, para dar o seu parecer. Em 16-4-1956.

Ofícios: N. 52, do Departamento de Cooperativismo, remetendo fôlina de pagamento e frequência — Ao D. A..

___N. 62, do Departamento de Classificação de Prodtuos, remetendo Boletim Informativo — Ao D. A..

___N. 280, do Gabinete do Governador, remetendo frequência de diaristas — Ao D. A... ___N. 282, do Gabinete do Governador, remetendo frequência de funcionário — Ao D. A..

___Ns. 109, da Coletoria de Baião; 21, da Coletoria de Marapanim; e 11, da Coletoria de Bra--gança, remetendo mapa do impôs- | Manoel da Silva; 1040, de Abdiss to territorial - Ao D. C.. ___N. 126, da la. Zona Aérea

- solicitando serviço de extinção de formiga — Ao D. F.. Petições :

Ns. 1014, de Antonio Carlos de Carvalho Mesquita; 1015, de Laura Duarte de Souza; 1016, de Aceano Alves de Souza; 1017, de Aceano Alves de Souza; 1018, de Raimundo Francisco do Nascimento; 1019, de José Augusto de Barros;

1027, de Maximiano A. Silva: 1028, de Jeronimo Martins da Silva; 998 e 997, de Lauriano Nunes Ferreira - requerendo lotes de terras — Ao D. C.. Em 17-4-1956.

Ofícios: N. 1035, da Comissão Executiva da Rêde Nacional de Armazens e Silos — remeendo processo s|n., do Gabinete do Governador -- Ao

___N. 65. do Departamento de Classificação de Produtos — remetendo decumentos para pagamento de salário família de José Miguel Lishoa Mendonça — Ao D.

Petições: N. 1035, de José Benedito Ferreira; 1026, de Otávio Fereira da | Silva; 1037, de José Pereira da Luz; 1038, de Hermendeira Marreiros M. Brito; 1039, de Ursulino Gomes de Almeida: 1041, de Antonio Ferreira da Silva; 1042, Lino Fernandes de Lima; 10361, de Antonio Ciriaco de Lima; 10359, de Luiz Francisco do Nascimento; 10270, de João Joaquim de Santana; 10256, de Barbara Duarte de Freitas: 10265, de Norberto José da Costa: 10357, de João Pinto de Mesquita, e 10358, de João Pinto de Mesquita, requerendo lotes de teddas -- Ao D. C..

EDITAIS

ADMINISTRATIVIN

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Coleta de Preços n. 97 56

A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia solicita cotação de preços para farda, com a seguinte especificação:

1) Calça em brim caqui amarelo marca Triunfador ou · Floriano c bom acabamento.

2) Camisa em gabardine ou tricoline de algodão, côr amarela, c bom acabamento.

3) Paletó jaquetão, em brim caqui amarelo marca Triunfador ou Floriano, c bom acabamento.

4) Gravata em tecido Tropical, na côr azul marinho. NOTA: 1) Enviar amostras dos tecidos, no tamanho de 20x10 cm.

> 2) A lapela esquerda do bolso da camisa conterá as iniciais "S. P. V. E. A." em bordado de linha azul marinho (Âncora) — Conforme modêlo.

3) Os modêlos estão à disposição dos interessados no Setor de Material da S. P. V. E. A., à Passagem Bolonha, 6, das 9 às 13 horas dos dias úteis.

As propostas, em 2 vias, deverão ser entregues no Setor de Material da S. P. V. E. A., sito à Passagem Bolonha, 6, até o dia 7|5|56, às 10 horas, em envelope fechado, sem rasura e devidamente selada (la. via), onde se poderá prestar qualquer informação.

Setor de Material da S. P. V. E. A., em 24 de abril

Orlando Brito Chefe do S. Mt.

(Ext. — Dias 28, 29|4 e 2,7,56)

PREFEITURA MUNICIPAL

Domingo, 29

BELÉM Aforamento de terras O Sr. Dr. Valdir Acatauassú

Nunes secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc., Faz saber aos que o presente edital virem ou dêle tiverem noticia que havendo o sr. Honorio Jorge Mattar desquitado moto-

rista, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: José Pio Djalma Dutra, 14 de Março e Curuçá de onde dista 178.50 m. Dimensões :

Frente -- 5.30 m. Fundos — 70 00 m. Area — 371,00m2.

Forma regular. Confine à direita com o imóvel de n. 537. e à esquerda com o de n. 541. april de 1956. — (a) Valdir Aca-No terreno há uma casa sob o tadassú Nunes, Secretário de ocupante do cargo de professor da

Convido os heréus confinantes ou os que se julgarem prejudicados pelo ceferimento do referido aforamento apresentarem aceito protesto ou reclamação al-Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefei- (T. — 14.256 — 26, 29|4 e 1|5|56 tura Municipal de Belém. 27 de abril de 1956. — (a) Valdir Acatauassú Nunes, secretário de SECRETARIA DE ESTADO DE

Obras. (T. 14.304 — 29|4; 8 e 18|5|56 — Crs 120 00)

Afcramento de terras O Sr. Eng. Dr. Valdir Acatauassú C, do Quadro Único, para, no pralém, por nomeação legal, etc.

edital virem ou dêle tiverem noticia, que havendo a Sra. Adal-Monteiro Ribeiro Meira, brasileira, casada, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Pariquis, Caripunas, Monte Alegre e Bom Jesus, a 29,60m.

Dimensões : Frente — 5,30 m. Fundos -- 66,00m.

Área — 349,80m2. Forma regular. Confina por ambos os lados com quem de direito. Terreno edificado com o n. 76.

Convido os heréus confinantes ou os que se julgarem prejudica- 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, dos pero deterimento do referido 16, 17, 18/5/56). aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do nicipal de Belém.

tura Municipal de Belém, 16 de dezembro de 1953 (Estatuto sumir o exercício de seu cargo, abril de 1956. -- (a) Valdir Acatauassú Nunes, Secretário de do Estado e dos Municipios).

Obras. (T. 14.219 — 19, 29-4 e 8-5-56) -- Cr\$ 120,00).

Aforamento de terras O Sr. Eng. Dr. Valdir Acatauassú Nunes, Secretário de Obras OFICIAL.

da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc. Faz saber, aos que o presente edital virem ou dêle tiverem noticia, que havendo a Sra. Cons- 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, tância Miranda Gomes, brasileira, 16, 17, 18/5/56). casada, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno! Pelo presente edital fica notifisituado na quadra pertencente ao cada a normalista Maria Nazareentre Marquês e Pedro Miranda para, no prazo de trinta (30) dias, 16, 17, 18/5/56).

 \mathbf{DE} | a 50,00 metros. Dimensoes: Frente — 8,00 m. r'undos -- 18,82m.

Área -- 150,56m2. Forma retangular, confinando de ambos os lados com o restante ao loteamento.

Convido os heréus confinantes ou os que se julgarem prejudicados pero dererimiento do referido asoramento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do preso regulamentar de 30 días, a contar da publicação do presente, tingo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que se não alegue ignorân-

cia, vai êste publicado no DIÁ-RIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém. Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 17 de

(T. 14.220 — 19, 29-4 e 8-5-56 —

C H A M A D A casada, filha de Genoveva Antelo suas reclamações por escrito, den- Prolo, de nacionalidade hespanho- maior da coação ilegal, ser protro do prazo regulamentar de 30 la, residente nesta capital à rua dias, a contar da publicação do dos Mundurucus, n. 1.786, solicita, art. 205, da Lei n. 749, de 24 de presente, findo o que não será a quem souber o paradeiro de seu irmao José Redondo Antelo ou seus herdeiros, se houverem, deguma. E para que não se alegue saparecido cerca de 20 anos, a fiignorância, vai êste publicado no neza de comunicar a sua residên-DIÁRIO OFICIAL do Estado afi- cia ao alto mencionada ou ao seu xando-se o original na porta prin- esposo, sr. Raul de Aguiar Sanci,pal do edifício da Prefeitura tos, cobrador da Assembléia Pan. 34.

-- Cr\$ 120,00)

____ E D I T A L ____ Pelo presente edital nica notificada a normalista Olgarina Coeli de Morais, ocupante do cargo de professor de 3a. entrância, padrão Nunes, Secretário de Obras da zo de trinta (30) dias, reassumir Prefeitura Municipal de Be- as funções de seu cargo, sob pena de, findo o prazo e nao tendo sido Faz saber, aos que o presente feita prova de existência de força posta sua demissão, nos têrmos do e mao tendo sido feira prova de art. 205, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos ção ilegal, ser proposta sua de-Funcienários Públicos Civis do Estado e dos Municípios).

Eu, Ilza Nazaré Ribeiro Guilhon, Esterna ca Auxiliar, Padrão B, servind La Secretaria e res-pondendo Chetta de Expediente da msma, autaei o presente edital extraindo do mesmo cópia para ser publicada no DIÁRIO OFICIAL.

Ilza Nazaré Ribeiro Guilhon respondendo pela Cheria de Expediente

(G - 25, 26, 27, 28, 29/4/56 -

Pelo presente edital fica notifiprazo regulamentar de 30 dias, a cada dona Nidia da Silva Saigado, contar da publicação do presente | ocupante do cargo de professor da findo o que, não será aceito pro Escola isolada do lugar Ceará, testo ou reclamação alguma. E, município de Soure, para, no prapara que se não elegue ignorân- zo de trinta (30) dias, reassumir cia, vai êste publicado no DIA- o exercício de seu cargo, sob pena RIO OFICIAL do Estado, afixan-l ce, findo o prazo e não tendo sido

> B, servindo nesta Secretaria e respondendo pela Chefia de Expediente da msma, autuei o presente edital extraindo do mesmo copia para ser publicada no DIÁRIO

Ilza Nazaré Ribeiro Guilhon respondendo pela Cheria de Expediente

(G - 25, 26, 27, 28, 29/4/56 -

lote n. 29 do loteamento da na Carneiro Ferreira, ocupante do Curuzú, fazendo frente para uma cargo de professor de 3a. entrânpassagem, tundos para a Curuzú, cia, padrão C, do Quadro Único, 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15,

reassumir as funções de seu car- ! go, sob pena de, findo o prazo e cada dona Zolima Vilhena Barbonão tendo sido feita prova de sa, ocupante de professor de la. existência de fôrça maior da coação ilegal, ser porposta sua demissão, nos têrmos do art. 205, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civís do Estado e dos Municípios).

Ilza Nazaré Ribeiro Guilhon, Estatística Auxiliar, Padrão B, servindo nesta Secretaria e respondendo pela Chefia de Expediente da msma, autuei o presente edital extraindo do mesmo cópia para ser publicada no DIÁRIO OFICIAL.

Ilza Nazaré Ribeiro Guilhon respondendo pela Chefia de Expediente

(G -25, ..., 27, 28, 29/4/56 -1, 3, 4, 5, ..., 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18/5/56).

Pelo pres. al fica notificada dona Lucin Portal Seabra, Municipio de Soure, para, no prazo de trinta (30) dias, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena Maria Antelo Santos, brasileira, de findo o prazo e não tendo sido feita prova de existncia de fôrça Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios).

B, servindo nesta Secretaria e respondendo pela Chefia de Expegiente da msma, autuei o presente edital extraindo do mesmo cópia para ser publicada no DIARIO OFICIAL.

liza Nazaré Ribeiro Guilhon respondendo pela Chefia de Expediente

(G - 25, 26, 27, 28, 29/4/56 -1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18/5/56).

Pelo presente edital fica notificada a normalista Anadir Justo Passos da Silva, ocupante efetiva do cargo de diretor de Grupo Escolar de 3a. entrância, lovada no sia", para no prazo de trinta (30) dias, reassumir o exercício de seu -cargo, sob pena de findo o prazo existência de força major da coamissão, nos têrmos do art. 205 da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Civís do Estado e dos Municípios).

ыл, Ilza Nazaré Ribeiro Guilhon, Estatística Auxiliar, Padrão B, servindo nesta Secretaria e respondendo pela Chefia de Expemente da msma, autuei o presente edital extraindo do mesino cópia para ser publicada no DIARIO OrluiAL.

Ilza Nazaré Ribeiro Guilhon respondendo pela Chefia de Expediente

Visto. — Em 24-4-56. Santana Marques Sccretário de Educação e Cultura (G - 25, 26, 27, 28, 29/4/56 --1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 10, 17, 18/5/56).

Pelo presente edital fica notificada dona Alice de Castro Ferdo-se o criginal na porta princi- le le prova de existência de fôrça rema, coupante do cargo de proposta sua demissão, nos têrmos do Quadro Único, para dentro do Secretaria de Obras da Prefei- do art. 205, da Lei n. 749, de 24 prazo de trima (30))d)i)as, reasdos Funcionários Públicos Civis sob pena de findo o prazo e não tendo sido ferra prova de exis-Eu, Ilza Nazaré k beiro Gui- tncia de fôrça maior da coação lhon, Estatística Auxiliar, Padrão Liegal, ser proposta sua demissão, nos têrmos do art. 205, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municipios).

Eu, Ilza Nazaré Ribeiro Guiihon, Estatística Auxiliar, Padrão b, servindo nesta Secretaria e respondendo pela Chefia de Expociente da msma, autuei o presente edital extraindo do mesmo copia para ser publicada no DIÁRIO OFICIAL.

Ilza Nazaré Ribeiro Guilhon respondendo pela Chefia de Expediente .

(G - 25, 26, 27, 28, 29/4/56 -

Pelo presente edital fica notifientrância, padrão B, do Quadro Único, para dentro do prazo de trinta (30) dias, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de findo o prazo e não tendo sido feita prova de existência de fôrca maior da coação ilegal, ser proposta sua demissão, nos têrmos do art. 205, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civís do

Estado e dos Municípios). Eu, Ilza Nazaré Ribeiro Guilhon, Estatística Auxiliar, Padrão B, servindo nesta Secretaria e respondendo pela Chefia de Expediente da msma, autuei o presente edital extraindo do mesmo cópia para ser publicada no DIÁRIO OFICIAL.

Ilaa Nazaré Ribeiro Guilhon respondendo pela Chefia de

Expediente (G - 25, 26, 27, 28, 29/4/56 -1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18/5/56).

EDITAL DE CHAMADA

Pelo presente edital, fica notificada dona Raimunda Furtado da Costa, ocupante do cargo de professor da Escola Auxiliar Mista do lugar Boa-Vista, município de Ourém, para dentro de Eu, Ilza Nazaré Ribeiro Gui- trinta (30) dias, reassumir o lhon, Estatística Auxiliar, Padrão exercício de seu cargo, sob pena de findo o prazo e não tendo sido feita prova de existência de fôrça maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão nos têrmos do art. 205, da Lei n. 149, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios).

Eu, Ilza Nazaré Ribeiro Guilhon, Estatística Auxiliar, Padrão B, servindo nesta Secretaria e respondendo pela Chefia do Expediente da mesma, autuei o presente edital extraindo do Grupo Escolar "Professora Ane- mesmo, cópia para ser publicado no DIÁRIO OFICIAL.

Ilza Nazaré Ribeiro Guilhon Respondendo pela Chefia do Expediente

(G. — 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19,20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29 4 56 -1, 3, 4, 5|5|56)

Pelo presente edital, fica notificada dona Zebina Monteiro Bentes, ocupante do cargo de professor da Escola Auxiliar Mista do lugar Centro Comercia. lo Paraná-Mirí, no municípic de Alenquer, para dentro do prazo de trinta (30) dias reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de findo o prazo e não tendo sido feita prova de existência de fôrça maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão nos têrmos do art. 205 da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios).

Eu, Ilza Nazaré Ribeiro Guipal do editicio da Preseitura wu. maior da coação ilegal, ser pro- lessor de la entrância, padrão B, lhon, Estatística Auxiliar, Padrão B, servindo nesta Secretaria e respondendo pela Chefia do Expediente da mesma, autuei o presente edital extraindo do mesmo, cópia para ser publicado no DIARIO OFICIAL.

Ilza Nazaré Ribeiro Guilhon Respondendo pela Chefia do Expediente

(G. - 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20,21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29|4|56 -1, 3, 4, 5|5|56

Pelo presente edital fica notificada dona Scila Franco, professora das Escolas Reunidas "Amazonas de Figueiredo", padrão E, do Quadro Único, para dentro do prazo de trinta (30) dias, reassumir o exercício do seu cargo, sob pena de findo o

MOURÃO FERREIRA COMÉRCIO E INDUSTRIA, S. A.

Em obediência à Lei das Sociedades Anônims e aos nosses Estatutos, apresentamos à vossa aprec ação e julgamento os atos da Diretoria durante o ano de 1955, que já produziu um resultado mais promissor, permitindo a cobertura de todas as despesas e um razoável aumento no saldo da conta Lucros e Perdas já existente à disposição da Assembléia Geral. O parecer do digno Conselho Fiscal deixa-nos na certeza de que fizemos o possivel para o engrandecimento de nossa Emprêsa.

BALANCO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1955

--- A T I V O ---

	Cr\$	Cr\$
Imóveis	2.415.370,00	
Maquinismos e Acessórios	372,234,70	
Veículos	⁰⁷ ,510,01	
Móveis e Utensílios	55.729,90	
Depósitos para Garantia de Con-		
sumo	1.397,80	
Λ [^] ōes Subscritas	10.000,00	•
Adicional do Imposto de Renda	15.298,90	
Caixa	112 430,00	
Ffeitos a Receber		
Contas Correntes	2.756.242,60	
Contas Correntes Bancárias		
T'tulos em Caução	1.334.488,30	a ge
Mercadorias e Materiais para		
Fabricação	3.344.551,80	
Ações Caucionadas	• .	12.733.945,30

-PASSIVO -

Capital	5.000.000,00	
Furdo de Reserva Legal		
Fundo de Reserva Especial	189.889.10	
Fundo de Reserva para Consoli-		
dação do Ativo	92.834.40	
Lieitos a Pagar	2.727.333.30	
Contas Correntes	211.405.60	•
Contas Correntes Bancárias	1.040.989.60	
Titulos Descontados	90.757.00	
Titulos Caucionados	1.334.488.30	
Caução da Diretoria	100.000.00	
Lucros e Perdas	1.756.358,90	12.733.945.30

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS E PERDAS

-- CREDITO --

Saldo do exercicio anterior	1.210.579,70		
Lucro em Mercadorias e Manu-			
faturas	2.107.696,60		
Idem em Renda de Proprie-			
dades	66.773,60	3.385.049,90)

___ D E B I T O ____

Despesas Gerais, Juros, Descon-		
tes, Abatimentos, Comissões, Castos de Cobrança, Conser-		
vação, etc	1.560.468,60	
Fundo de Reserva Legal	34.111,20	
Fundo de Reserva Especial Laldo à disposição da Assem-	34.111,20	•
bléia Geral	1.756.358,90	3.385.049,90

E.lim do Pará, 31 de Dezembro de 1955.

MAXIMINO LOPES FERREIRA

Presidente

ADRIANO ANTONIO MOURÃO

Diretor

RAYMUNDO BORGES GOMES

Guarda-livros

Registro n. 30.994. C.R.C. n. 329

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Scribores Acionistas:

Em determinação à Lei das Sociedades Anônimas, examinamos o Balano e conta de Lucros e Perdas referentes ao exercício de 1955, tendo encontrado os documentos e livros ontábels em perfeita ordem, or nando pela aprovação integral dos mesmos, ficando à disposição da Assembléia Geral o saldo constante da conta Lucros e Perdas.

Belám, 23 de abril de 1956..

(ca.) ADRIÃO DA ROCHA E SILVA ANTONIO GONÇALVES BRAGA BERNARDINO JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA MA-GALHÃES.

(Ext. - 29|4|956)

BRASIL EXTRATIVA, S/A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BRASIL EXTRATIVA, S/A., REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1956

Aos vinte e oito dias do mês de Abril de 1956, em sua sede social, ao Boulevard Castilhos França, ns. 56/57, reuniram-se os representantes de sete mil novecentos e seis ações da Brasil Extrativa, S/A., os quais aclamaram para presidir os trabalhos o senhor Ruben Martins, ocupando os cargos de 1.º e 2.º secretários os Srs. Jovelino Cardoso da Cunha Coimbra e Anthero de Magalhães Ribeiro. Declarada aberta a sessão, mandou o presidente proceder à leitura da convocação publicada no DIARIO OFICIAL e "Folha do Norte", e de acôrdo com os objetivos nela expressos, achando-se representada a maioria dos acionistas, pede ao I.º secretário a leitura do Relatório da Diretoria, Balanço, Conta de Lucros e Perdas parecer do Conselho Fiscal, todos referentes ao exercício de 1955. Tomando a palavra, o sr. Eduardo Salazar da Silva, pede a dispensa da leitura desses documentos, uma vez que, tendo sido publicados nos jornais, são de pleno conhecimento dos interessados. Aprovada a dispensa, pede o presidente que a assembléia se manifeste sobre a matéria em discussão, fazendo lembrar que a Diretoria deixou a cargo dos srs. acionistas a distribuição de Cr\$ 50.931,30. Pede então a palavra o sr. Francisco Antonio de Morais, propondo que essa importância fosse escriturada a crédito do Fundo de Reserva Especial. Posta em votação, foi esta proposta aprovada por unanimidade. C sr. Presidente declara que continua em discussão a matéria, oferecendo a palavra a quem dela quizesse fazer uso. Como ninguém se manifestasse a respeito, foi posta em votação a sua aprovação, que recebeu

frágio unânime. Anunciada a segunda parte dos trabalhos | quisesse fazer uso da mesma e | 5000 co Brach o academico de de assembléia, constante da eleição dos membros do Conselho encerrada a reunião, da qual la reura, branteiro, cor erro, resideir-Fiscal, e indicação de seus honorários, como dos membros da Diretoria, foi suspensa a sessão para a feitura das chapas respectivas, tendo sido reaberta logo depois para recolher os votos da assembléia que confirmaram para o próximo exercicio, os mesmos membros do Conselho Fiscal, Srs. Firmino vedo, pp. Rodolfo Mraz Maria de Ferreira Matos, Jovelino Cardoso da Cunha Coimbra e Antonio Maria da Silva, tendo como suplentes os srs. Francisco Antonio de Morais, Anthero de Magalhães Ribeiro e Eduardo | Salazar da Silva. Pedindo a palavra, o sr. Francisco Antonio Bentes de Almeida Neves. de Morais propõe que os honorários da diretoria passem a mensalmente: presidente — Cr\$ 20.000,00; vice-presidente — Cr\$ 10.000,00; diretor secretário — Cr\$ 3.000,00; e os membros do Conselho Fiscal — Cr\$ 200,00 mensais. Posta em votação, foi esta proposta aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão para se proceder à lavratura desta Ata, que lida e achada conforme, vai ser assinada pelos presentes e tiradas duas vias datilografadas para efeitos legais.

Belém, 28 de abril de 1956.

a.) Ruben Borges Martins Jovelino Cardoso da Cunha Coimbra Anthero de Magalhães Ribeiro Francisco Antonio de Morais Evangelino José de Miranda Francisco Miranda Maria Helena de Miranda

(Ext: -30|4|956)

guida foi dade a nalavea no con-

AZEBAR SA. Reprusentações e Conta Própria relheiro Engro. Otávio Bittencourt ATA N. 5 Assembléia Geral Ordinária

março de 1956, às 17,30 horas, discussão e votação sendo ambos conforme Edital de Convocação aprovados por unanimidade dos publicado no DIARIO OFICIAL do vetes presentes, abstendo-se Estado do Pará e Folha do Norte votar os Diretores e membros do nos dies 23, 24 e 25 do corren- Conselho Fiscal presentes. — Paste, que a seguir se transcreve : sou-se então à segunda parte da Azebar SA. — Assembléia Geral Ordem do Dia, a eleição da Dire-Ordinária — Convocam-se os toria para o período social de prazo regulamentar de 30 dias, a acionistas de Azebar S|A., para 1956 a 1958, tendo sido reeleitos contar da publicação do presente, SECRETARIA DE OBRAS TERreunirem se em Assembléia Geral os Srs. Engro. José Maria Cordei- findo o que, não será aceito pro-Ordinária, no dia 31 do corrente, ro de Azevedo e Armenio Borges testo ou reclamação alguma. E, às 17,30 horas em sua sede social Brabasa por unanimidade de voà rua Santo Antonio, n. 85, para tos. Posta em votação a terceira cia, vai este publicado no DIAdeliberarem sobre o seguinte: a) porte da Ordem do Dia, a elei-RIO OFICIAL do Estado, afixan Chefe desta Secção, faço público ria relativas ao exercício de 1955; exercício de 1956, tendo sido elei- pel do edificio da Prefeitura Mub) eleição da Diretoria para o pro- tos por unanimidade de votos dos ximo período social; c) eleição do acionistas presentes os seguintes Conselho Fiscal; d) fixação dos acionistes: Membros efetivos --honorários da Diretoria; e) idem, Francisco de Paula Valente pi-Conselho Fiscal; f) o que ocor- nheiro, Otávio Bittencourt Pires rer. Belém, 23 de março de 1956, e Heber Chilon de Monção; Su--- a.) Armenio B. Barbosa -- Di | plentes -- Abel Borrajo, João Maretor; reuniram em Assembléia ria de Lima Paes e Arthur Sam- Crs 120,00 Geral Ordinária em súa sede so- palo Carépa. Foram em seguida, cia à rua Santo Antonio, n. 85, peio Sr. Presidente, empossados cito (8) acionistas de Azebar S.A., es d'reteres eleitos, peggon-es em Representações e Conta Própria, reguida à terceira parte da Ordem representando 2697 ações, confor- do Dia, a fixação dos honorários me se verifica pelo livro "Presen- da diretoria que por proposta do ca de Acionistas", todos em pieno sr. Presidente e aprovação unânigozo de seus direitos legais e es- me da Assembléia foi fixado em tatuários, foi instalada a Assem- O inze mil cruzeiros bléia e aclamado Presidente da (Cr\$ 15.000.00) mensais a partir mesma o acionista dr. Heber Chi- de 10. de Janeiro, devendo ser lon de Monção que convocou o paga aos diretores a diferença de acionista Américo Bentes de Al- Cr\$ 3.000,00 menseis referentes Tavares Rodrigues, brasileiro, meida Neves - Lido o Edital de aos meses de Janeiro, Fevereiro Convocação e ficando todos os e Março que ainda perceberam acionistas presentes cientes dos pelos honorários fixados para motivos da reunião, passou-se à 1955 — Por proposta ainda do primeira parte da Ordem do Dia, sr. Presidente a aprovação unânià aprovação das contas da Direto- me dos acionistas presentes fo- res. de onde dista 240,00m. ria — Foi então de la a nelavea ram os honorários do Conselho ao diretor engro. José Maria Cor- Fiscal elevados para Durantos condeiro de Azevedo, que leu peran- zeiros (Cr\$ 200,00) mensais. Foi te a Assembléia o Relatório da em seguida dada a palavra a quem Diretoria, dando ainda todas as quisesse fazeruso dela e como explicações necessárias — Em se-nenhum dos acionistas presentes ambos os lados com quem de di-

Pires, que leu o parecer do Conselho Fiscal, fazendo as considerações sobre o mesmo. Em segui-Aos trinta e um dias do mês de da o senhor Presidente pôs em

nada mais havendo e tratar foi Direito Luiz Otávio de Sales Movrei a presente Ata que vai assi- l'e e domiciliado nesta cidade, à nada pelo Sr. Presidente, por mim | trav. Caldaira Castelo Branco, n. e demais acionistas presentes.

Belém, 31 de março de 1956, aa.) Heber Chilon de Monção, Américo Bentes de Almeida Neves, Raimundo Cordeiro de Aze-Lourdes Cordeiro de Azevedo Barbesa, Otávio Bittencourt Pires, Arthur Sampaio Carepa, José Mar'a Cordeiro de Azevedo, Armenio Borges Barbosa.

Confere o original - Américo Reconheço verdadeira a firma

supra de Américo Bantes de Almeida Neves. Belém, 28 de abril de 1956.

Fm testemunho E.G.C. da ver dade. a.) Edgar da Gama Chermont — Tabelião.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SECCAO DO ESTADO DO PARA De conformidade com o disposto no § 6.0 do art. 16 do Regula- gados do Brasil. mento a que se refere o Decreto Secção do Pará, em 23 de aço público que requereu inscri- Uchôa Lopes Martins jão no Quadro dos Solicitadores lesta Secção da Ordem dos Advo-

Secretaria da Ordem dos Advogaucs do Brasil, Secção do Pará, em 18 de abril de 1950.

(a) Emilio Uchua Lopes Martins, 1.º Secretario. (T. 14.247 -- 25, 26, 27, 28 e 29-4-56 — Cr\$ 10.00).

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SECCÃO DO ESTADO DO PARA De conformidade com o disposto no art. 16 do Regulamento a que se refere o decreto no 22.473, de 20 de Fevereiro de 1933, faço público que requereu inscrição no Quadro dos Advogados desta Secção da Ordem dos Advogados do Brasil, o bacharel em Direito Francisco Nunes Salgado, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, á av. Almirante Tamandaré, 325.

Secretaria da Ordem dos Advo-

n 22.478, de 20 de fevereiro de 1933, Abril de 1956. — (a) Emilio

(1 -- 14.255 -- 25-26-27-28 e 29-4-56).

EDITAIS

Aforamentos de Terras O Sr. Dr. Valdir Acatauassú Nu-1 sob o n. 386. nes, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc..

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem noticia, que havendo o Sr. Heriberto Pinto Guimarães, brasileiro, crito, dentro do prazo regularesidente nesta cidade, requerido mentar de 30 días, a contar da por aforamento o terreno situado na quadra: Ilha de Caratateua (Outeiro), no recente loteamento aprovado por esta Prefeitura, ocupando o lote n. 44.

Timensões: Frente — 10.00m. Fundos - 30.00m.

Area — 300,00m2. Forma paralelogrâmica. Confina à direita, com o lote n. 45, e à esquerda, com o de n. 30. Convido os heréos confinantes

ou os que se julgarem prejudi- abril de 1956. cados pelo deferimento do referido rforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do T — 14.227 — 20 e 30 4 e 10 4 56 , do-se o original à porta princi-

nicipal de Belém. Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 18 de abril de 1956.

Dr. Valdir Acatauassú Nunes Secretário de Obras $(T_14.230 - 20.30|4 e 10|5|59$

Aforamentos de Terras

O sr. dr. eng.º Valdir Acatauassú Nunes, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.. Faz saber, aos que o presento ticia, que havendo o Sr. Antonio mil e seiscentos ditos de fundos.

Dimensões: Frente — 6,00m. Fundos -50.00m Area - 300,00m2.

Forma regular. Confina por Motta de Oliveira.

reito. No terreno há uma casa

Convido os heréus confinantes ou os que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por espublicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai êste publicado no DIARIO OFI-CIAL do Estado, afixando-se o original à porta principal do edificio da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Pretura Municipal de Belém, 18 de

Valdir Acatauassú Nunes Secretário de Obras

RAS E VIAÇÃO

Compra de Terras que Maria Lima da Silva Gadelha, nos têmos do art. 7.º do Regulamento de Terras de 19 de agôsto de 1933 em vigôr, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, pópria para a indústria agricola, sitas na 11.ª Comarca— 30.º Têrmo — 30.º Municipio de Capanema e 75.º Distrito, com as seguites indicações e limites: Um lote de terras situado na Travessa Beserra, limitando-se pela frente, com dois lotes de herleiros de Antonio da Silva Gadelha, a esquerda, com terras de Francisco Caetano de Oliveira, à direita, com Cândido Miranda Batista e nos fundos, com Vicente Carapeba e outros, medindo mais ou menos, edital virem ou dêle tiverem no- seiscentos metros de frente, por

E, para que se não alegue ignosolteiro, residente nesta cidade, rância, será êste publicado pela "equerido por aforamento o ter- imprensa e afixado por 30 dias, reno situado na quadra: Passagem la porta do edificio em que fun-Salgado Filho, Boca do Acre, Pas- ciona a Coletoria de Rendas do sagem União, e Passagem das Flo- Estado naquêle Município de Capanema.

Secretaria de Obras Terras e Viação do Pará, 9 de abril de

O Oficial Administrativo—João

Estado e dos municípios).

ria e respondendo pela Chefia mesmo, cónie nara ser publicado, no DIARIO OFICIAL.

Ilza Nazaré Ribeiro Guilhon Respondendo pela Chefia do Expediente (G. — 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19,20 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29|4|56 -1, 3, 4, 5|5|56)

Costa, ocupante do cargo de pro- 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29|4|56 fessor da Escola Mista do lugar

prazo e não tendo sido feita pro- Santa Terezinha, município de ceu resultados positivos, re- COMPANHIA DE SECUROS va de existência de fôrca major Ourém para dentro do prazo de va de existência de fôrça maior Ourém, para dentro do prazo de sue demissão, nos termos do art. exercício do seu cargo, sob pena que os Srs. memoros da Di-205, da Lei n. 749, de 24 de de- de findo o prazo é não tendo retoria e do Conselho Fiscal Seguros Incêndio, Transpor-Eu, Ilza Nazaré Ribeiro Gui- mos do art. 205 da Lei n. 749, de drão B. servindo nesta Secreta- to dos Funcionários Públicos Ci-Eu, Ilza Nazaré Ribeiro Guio presente edital extraindo do lhon, Estatística Auxiliar, Padrão B, servindo nesta Secretaria e respondendo pela Chelia

do Expediente da mesma, autuci o presente edital extraindo do mesmo, cópia para ser publicado no DIARIO OFICIAL. liza Nazaré Ribeiro Guilhon Respondendo pela Chefia

do Expediente tificada dona Zolina Teodora da (G. — 12. 13, 14. 15, 17, 18, 19,20.)

AVELLE

dos na Sede Social número orio da Diretoria relativo ao bléia Geral, 29 de marco de resse da Sociedade. legal de acionistas, assumiu a exercício de 1955, assim como 1956. Walter Putz — Presi- Belém, 11 de abril de 1956 direção dos trabalhos da As- o Balanço, a demonstração da dente; Almir Trindade — 1.º — Os Diretores: Américo Nisembléia Geral Ordinária o Conta "Lucros e Pêrdas" e C Secretário; Francisco de Pau- colau Soares da Costa — Anacionista Sr. Walter Putz Parecer do Conselho Fiscal, la Valente Pinheiro — 2.º Se- tonio Nicolan Vianna da Cosque; tomando lugar à Mesa documentos êsses postos à dis- cretário; Wady Thomé Cha- ta — Paulo Cordeiro de Azcconvidou para secretariá-lo os posição dos srs. Acionistas e mié, José Thomé Clarindo Va- vedo. acionistas Srs. Almir Trin- publicados na ir prensa nas lente Pinheiro, Antônio Adol. (Ext. — 11, 12, 13 e 29/2,56) dade e Francisco de Paula épocas fixades em lei. Não fo Accioli Dória. Visto: Wady Valente Pinheiro, declarando, tendo surgido discussão a rec. Thomé Chamié, diretor-gea seguir, abertá a sessão. As- peito e postos tais documentos rente. sim, dando início aos traba- em votação, foram todos êles lhos mandou fôsse processada — Relatório de contas da Divocação, publicado no DIÁ- Conselho Consultivo — apro- MOURÃO FERREIRA CO- Assembléia Geral Extraordi-RIO OFICIAL do Estado nos vados, sem reserva, pela As- MÉRCIO E INDÚSTRIA, S. A. dias vinte e dois, vinte e três sembléia Geral, não havendo e vinte e quatro de março tomado parte na votação, nos Assembléia Geral Ordinária víncia do Pará" nas mesmas creto-lei n. 2.627. de 26 de Corridamos os senhores corrente e no jornal "A Pro- termos do art. 100, do Dedatas, cujos têrmos foram os setembro de 1940, nem os acionistas a se reunirem em nistas para a reuniao de Asseguintes: "PLANTAÇÕES membros da Diretoria; nem os Assembléia Geral Ordinária, sembléia Geral Extraordiná-FANABOR S. A. — Assem- do Conselho Fiscal. A seguir no dia 30 de abril corrente, às ria, a realizar-se no dia 4 de bléia Geral — Convocação — procedeu-se a eleição do Con- 17 horas, em nossa séde, à av. maio de 1956, no escritório da Cumprindo o disposto no Ar- selho Fiscal e respectivos su- Portugal, ns 46|48, a fim de sede à Avenida General Matigo 88, do Decreto-lei n. ... plentes, para o período social julgarem as contas da Direto- galhães ns. 155|159, às 17 ho 2.627, de 26 de setembro de compreendido entre 1.º de ria referentes ao expresso do ras, a fim de discutirem e de-1940, convidamos os Srs. abril de 1956 e 31 de março 19.5 e preceder à elei : de liberarem o seguinte: Acionistas para a reunião de de 1957, tendo sido eleitos, novos directes e metabros to a Aumento do Capital; Assembléia Geral órdinária, a por unanimidade, os seguin- Consolho Y cal. realizar-se no dia 29 do cor- tes membros efetivos: Francio onde funciona a Sede des- nheiro, Antônio Adolfo Accio-1955; II.- Exame do Balan-, Timó. Considerando-se que Diretor. ço, Lucros e Pêrdas e Pare- a socledade ainda não ofere-

rente, às 16 horas, no Edifí- cisco de Paula Valente Pita firma, para resolver sôbre li Dória e Attila Bebiano, tena seguinte ordem do dia: I do como suplentes os Srs. reira -- Presidente. respondente ao exercício de 10 Valente Pinheiro e José Adriano Antonio Llourão — mes, Direteres

Funcionários Públicos Civis do fôrça maior ou coação ilegal, ser até deliberação em contrário, tes, Cascos e Lucros Cessantes to dos serviços prestados. Resolveu, afinal, a Assembléia Geral autorizar a Diretoria a obter junto a qualquer estabelecimento bancário os empréstimos necessários ao ex- Acionistas da Companhia de clusivo prosseguimento do seu Seguros Aliança do Pará, com programa de atividades, dan- sede à rua 15 de Novembro do em garantia hipotecária n. 143, nesta cidade, a se reuou pignoratícia bens da firma, nirem em Assembléia Geral ficando, porém, na obrigação Extraordinária, no dia 30 de de apresentar circunstancia- abril de 1956, às quinze horas, do relatório das operações que a fim de deliberarem a seefetuar, na primeira reunião guinte crdem do dia: de Assembléia Geral que fô: 1.ª parte — Bonificação ao realizada, para o devido exa- Acionistas. me do assunto, nos têrmos dos 2.ª parte — Reforma dos Estatutos Sociais. E como Estatutos Sociais, sendo os PLANTAÇÕES FANA- | cer do Conselho Fiscal; III nada mais houves a tratar, seguintes pontos principais: — O que ocorrer. Belém, 20 o Sr. Presidente deu por en- 2) aumento do capital so-Ata da Assembléia Geral Or- de março de 1956. (aa) Walter cerrados os trabalhos, agra- cial para Cr\$ 9.000.000,00; dinária, realizada no dia Putz — Diretor Presidente; decendo a presença dos Srs. b) alteração de dispositivos Wady Thomé Chamié — Dire- Acionistas que a esta assinam. relativos aos órgãos de dire-Aos vinte e nove dias do tor Gerente. Entrando na or- E eu, Almir Trindade, que ção, administração e fiscalimês de março de mil novecen- dem do dia, fez o Sr. Presi- servi de Secretário, também zação; tos e cinquenta e seis, reuni- l'ente que fôsse lido o Rela- subscrevo. Mesa da Assem- c) outros assuntos de inte-

Belém, 23 de abril de £56.

(aa.) Maximiano Lopes Fer- veira Lopes.

EXTRAORDINÁRIA

1.a Convocação

São convidados os senhores

FERREIRA GOMES, FERRA-GISTA, SA.

Convocação

Convidamos os Sas Acio-

b) Alteração dos Estatutos;

Belém, 20 de abril de 1956. Waldemar Ferreira d'Oli-

Aled Parry. Pedro José de Mendona Go-



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diario da Justica

DO ESTADO DO TIRA

BELÉM — DOMINGO, 29 DE ABRIL DE 1956

ANO XXI

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

7.ª Conferência ordinária da 1.ª Câmara do Tribunal de Justiça, realizada no dia 27 de fevere:do Exmo. Sr. Des. Sadí Duarte. disse o Promotor, mas não sò- tença declaro (Le e sentença). E sembargadores : Augusto Borbore- têrmos do artigo 593, parágrafo considerei de ser atendido o apema, Arnaldo Lobo, Maurício Pin- primeiro do Código de Processo lo do Código para a to. Antonino Melo e Souza Moita. Penal, alterado pela Lei n. 263, necessária retificação da pena. E

Dr E. Souza Filho. Presidente — Havendo número cou por completo o velho siste- deste, através dos elementos colegal esta aberta a sessão da 1.ª ma de graduação quasi matemá- lhidos nos autos, a pena base se-

Câmara Penal. Proceda-se a leitura da ata. Está em discussão a ata. Não havendo impugnação está

aprovada.

officio Igarapé-Acú Maracanã. Recorrido — João Pinto Da-

gusto Borborema.

(Lê o relatorio).

e devolvo ao réu o prazo legal gador. E isto mais longe, a lei curso. Eu não encontrei motivos para apelar, se quiser.

dicado neste recurso feito, inde- lesde logo definitiva. se "50 '201- erimidade do juri. A sentença

Juiz nesse sentido. Em sentenca tâncias agravantes ou atenuantes não foi proferida em processo em condenatória não cabe recurso e em seguida as causas de aumen- que houvesse qualquer omissão ex-officio.

vertiu o Pretor por esse fato, para procedeu o Dr. Juiz, se limitou a parece que isso não é motivo para que não mais seja repetido, por fixar desde logo a pena definitiva alterar a decisão do juri. unanimidade.

Apelante — a Justiça Pública. Bragança.

za Moitta. Art. 593. inciso III, Letra b), do citado Código.

ter sido a sentença contrária a reconhecimento dessa atenuante é tive de fazer isso, atendendo não

julgamento pelo simples fato ter nhecida e então fixer a para de- gado?

contraria ou não.

tica da pena estabelecendo novo ria de 9 anos, de que se abate critério, tendo em vista a defesa um ano, por força da atanuenta social, quer no que diz respeito à la viclenta emoção, o que dá 8 gravidade de delito quer no que pros, que se tornaria pena definise refere à pessoa do agente. Cabe tiva, já que sobre ela não inci-Entrega e Passagens de autos assim ao Juiz ao fixar a pena, le- dem causas especiais ou aumento var em conta todos os elementos ou diminuição. que influiram no evento da lei Por estes fundamentos eu dou

atribuição ao Juiz nem por isso ao "éu apelado." Relator - Exmo. Sr. Des. Au- - lei lhe conceden um poder ar-Des. Borborema — Peço a pa- uma atuação, não mais passiva ou proporetificar para 8 anos de relavra. A hipótese é a seguinte : simplesmente automática. mas di- clusão. reta, realistica e objetiva, no les Borborems — Senhor Pre-O presente recurso, por isso não spreciar o caso concreto em que sidente — Peco a palavra. pode ser conhecido, por incabível, é obrigado a intervir, como jul- Eu negarei provimento ao repenal para coibir es abuses, es- para modificar a decisão do juiz.

luntário. O réu podia ser preju- pal, ter em mira que a pena será cra em tela não houve empreso de ver circunstâncias modificativas Des. Antonino — Se eu fosse atenuantes, agravantes ou causas des autos. o relator, faria uma advertência especiais de aumento ou diminui- Por esse motivo, eu nego proção, poies caso contrário terá que vimento ao recurso, porque não Des. Lobo — Pode-se propor estabelecer uma pena base, para encontrei motivos que modificasurra instrução de advertência do que sôbre ela atenuem as circuns-lee a centenca. A decisão do Juiz to ou diminuição, resultante dessa de formalidade. Apenas o meu

de ó anos de reclusão limite mí- Des. Moita — Eu peço a palavra. Presidente — Apelação penal — nimo do art. 121, parte geral do residente de uma obrigação do Lucigo Penal, tendo em vista a juiz que ele não cumpriu o que resposta afirmativa dos jurados, o próprio Código determina no Apelado — João de Sousa reconhecendo a favor do apelado, - + 42 Dai o apelo se no sentido a circunstância da influência de de retificação Relator — Exmo. Sr. Des. Sou- violenta emoção provocada por O juiz devia fazer o jogo das violenta di vituna, formulada circunstâncias. Ele não cumpriu, Des. Moitta — Peço a palayra. Alifa, não como causa especial de "2 limitou a tão só aplicar uma Des. Borborema, tem o n. 715. diminuição da pena, na forma do pena. O caso é êste. (Lê o relatório). art. 121, parágrafo primeiro, mas Meu voto: — O Ministério Pú- como simples atenuante, prevista en modifiquei para 9 anos a pena

lei expressa ou a decisão dos ju- que se fazia sentir a necessidade dados. Mas nas razões de ape- da pena base determinada segun- ao Código. lantes pleitecu o Promotor Pú- do as circunstâncias judiciais, isto se trata de mandar o réu a novo bre ela incidir a atenuante reco- pridera a dessonância de jul- maral: o qua é renroduzido relo

mente a no apreciar o apelo nos per que assim não fez o dr. Juiz Procurador Geral do Estado — de 23 de fevereiro de 1948, se tendo em vista a personalidade do O Código Penal vigente modifi- deinm o delito e as consequências

Presidente — Recurso penal ex- como as materiais, relativos ao provimento à apelação para nos fato delituoso, com as circunstân- têrmos do art. 593, § 10., do Có-Recorrente — Dr. Pretor de cias que o rodearam e 23 conse- 19 de Processo Penal, alterado quincias que dele promanaram. pola Ici n. 263, retificar para 8 Com o dar entanto uma nova- anos de reclusão a pena imposta

Presidente — S. Excia., o des. bitrário, pois apenza lhe ensejou Relator dá provimento à apelação

Presidente — S. Excia., o des. tabeleceu os direitos e ao mesmo Trata-se de uma decisão do Juri Relator não conhece do recurso tempo os limites, entre um má- apenas foi passada para a forma por incabível e devolve ao réu o mo e um mínimo dessa atua literária pelo Presidente do Tribuprazo legal. Está em discussão. ção. Assim, so decidir sobre a nal do Juri. Por isso, nem sempre Des. A. Lobo — Eu estou de pena deve o Juiz, em consonân- está no conhecimento da persopleno acôrdo. Cabia recurso vo- cia com o art. 42, do Código Pe- palidade do criminoso. No caso

Presidente — Não conheceram in dência a pena definitiva. do recurso, e como instrução, ad- No caso vertente, assim não essa falha. No caso vigênte me

and and com as elementes blicou apelou com fundamento no no art. 48. inciso IV, letra c, do de reclusão e fiz o abetimento Código de Processo Penal, isto é, Mas, exatamente em face do dia abster. Por isso é que eu

> Des. Antonino - Mas qual é a Des. Moita — Está condensa

sonância. A quantidade da pena está irregular. Eu aumentei de 6

para '8 anos. Des. Lobo - Mas o Juri reconheceu alguma circunstância que aumentasse a pena?

Des. Moita — Ele conheceu a circunstância atenuante.

Des. Antonino — Há outras circunstâncias que aumentem pun

Des. Moita — Eu fiz incidir a atenuante da omissão que reduziu para 6. Eu modifiquei de 6 para 8 anos.

Des. Antonino - Não há nenhuma circunstância que modifique uma pena maicr. Quem faz a individualização da pena é o Presidente do Tribunal do Juri. O juri não individualiza.

Des. A. Lobo — E. não tendo circunstância que aumentasse; ele diminui. Pode haver um erro de técnicos, ele escolheu como para bare, o mínimo da pena.

Des. Moita — Escolheu logo a pena base no minimo da pena. Des. Borborema - Eu queria dizer ao relator que o réu foi ferido pela vitima a faca e, em revide, feriu a vitima, mas foi mais infeliz. do que a própria vítima, porque ele a matou. Foi um ferimento mortal no pescoco e a vítima morrau e ele ficou ferido também. Devido a essa circunstância foi condenado a seis

anos de reclusão. The modo que me parece que a pena está de acôrdo com o fato. Des. A. Lobo - Eu nego provimenta acompanho o Reviser. Presidente - Negaram provimento ao recurso contra o voto do Relatr, ficando designado o Desembargador Revisor para la-

vror o acórdão. E. não havendo mais julgamenrada a sessão da Câmara Penal, e aberta a da Civel. Proceda-se a leitura da ata.

Está em discussão a ata. Não havendo impugnação está aprovada.

Entrega e passagens de autos (houve) -Julgamentos

Presidente — Apelação Cível — Apelante — João Barros da Silva e sua mulher. Apelada — A Prefeitura Muni-

cipal de Belém. Relator - Exmo. Sr. Des. Augusto Borborema. Des. Borborema: - Peço a pa-

Evillo. Sr. Des. A. Lobo tem o

CLa o relatório). Terminant Mu tenho uma preliminar que

está tão entrosada com o mérito rue me parece dificil separar um de outro. Entretanto, eu vou Er o meu voto.

O Código Civil, no art. 76, eaappliado pelo dr. Procurador Geral tes ou causas especiais de samen- a 6 anos e eu retifiquel para 8 tetul que para propor ou contes-A verdade, porém, é que não dos em conta pelo juiz para so- Presidente — V. Excia, não le it no inferesso econômico qu Dor Moitto — Eu não posso Ito caso ora em apriça da

uma sentença contrária à lei como Le foto o Cr. Juiz na sua sen- nem tomar conhecimento da dis- Prefeitura Municipal desta Capital

que ela concedeu ao ora apelante, Mas, nem essa intimação foi fei- de um fundo de comércio e locaapós terem sido observadas todas ta, nem o referido Clube pagou tária do prédio em questão e con- acôrdo. as formalidades legais, inclusive uma prestação siguer dos foros de- sequentemente; sublucadora da ré. autorização por lei (Lei n. 192, vidos, nem atrasados, nem corren- Na sentença de fls. 43, o dr. nada do Conselho Municipal).

no pagamento dos foros e de to- a sentença apelada, julgar impro- le de um direito, hão tendo asdas as despesas inerentes ao tras- cedente a ação. passe, à aquisição do imóvel por Des. A. Lobo — Realmente, há agir. enfiteuse.

é sequer objeto de toda e qual- A Prefeitura Municipal não é ca recorrida, que merece desde quer dúvida. Os documentos exi- a primeira vez que faz isso. Nin- logo apreciada. bidos o provam satisfatória e guém melhor que a Prefeitura E' certo que do despacho sa-Prefeitura em consequência do ria. Mas, quanto ao mérito, na integral das questões suscitadas e aforamento. No ponto de vista verdade, quando foi feito êsse discutidas na ação. moral, também nada há que aba- aforamento ao apelante não havia | Comentando êsse dispositivo lele o conceito de dignidade, de ainda determinação da Câmara gal, ensina Carvalho Santos (C. honra de probidade da Prefeitu- Municipal sobre comisso judicial. P. Interp. vo. IX, pág. 289), que ra, desde que o aforamento ora Portanto ele não pode ser preju- isto ocorre além, de outras hipóem aprêço, tem apoio em lei mu- dicado por um ato que não tem teses, principalmente nas preliminicipal, votada pelo órgão compe- culpa. De modo que, nessa parte nares e em todas elas o Tribunal tente, obedecidas todas as forma- eu acompanho o douto julgador. ad quem tem poderes para deci-

de parte, mas eu prefiro conti- julgar improcedente a ação. Ora é exatamente a apreciação Alvaro Pantoja, Licurgo Santiago, de parte, mas eu piemo conti- juigai improcedente a associvel — de toda a matéria controvertida João Bento de Sousa, Júlio Gouclarecimento.

O que há, e se alega com insistência, é que o mesmo terreno Macedo. roi objeto desse enfiteuse em 1×93 | Apelado — Florêncio Sousa. a José Gomes de Figueiredo. Mas este nunca pagou os respectivos tonino Melo. foros (cert. de fls. 27), é a própria Prefeitura quem o diz, nun- lavra. ca beneficiou o terreon respectivo, abandonando-o, despregou-o, o n. 182. (Lê o relatório).

tacitamente a renunciar.

tentico.

essa assertiva.

ção de comisso dos terrenos afo- subsistência jurídica. rados.

tigantes.

propõe ação, é quem nenhum in- com a turbação, causaram aos de de votos. na decretação desse comisso, pois e das custas. E' o meu voto. O Emaús Praxedes. quem deveria propor dita ação, advogado do réu foi o Sr. Augusalegando o fato deveria ser os her- to Corrêa, advogado provisionado, de Carvalho. deiros ou sucessores de José Go- e o Juiz oue julgou foi o dr. Relator — Exmo. Sr. Des. Aumes de Figueiredo.

tes da concessão da atual enfi- cia da ação, des provas favoráveis 339. teuse aos apelantes nem no pre- ao autor, ora apelante. Trata-se sente feito, para o qual não fo- de um ação possessória. Afastad, diz: ram ao menos citados. Há ainda desde logo, a presunção de prouma anomalia, que merece repa- priedade por furto de um so. ro: é que se diz que José Gomes Em tais condições entendo que de Figueiredo teria doado dito deve ser provido o recurso para mento e confirmo a sentença apeterreno ao Clube 5 de Outubro, julgar procedente a ação.

só, sem grande esforço, em face acôrdo com o relator. do pelo depoimento de Maria Na- deram provimento à apelação para pela ré, ora apelante, e não tenzaré Leite e Cipriano Braga do reformar a sentença e mandar do conseguido, pelos meios conci- Lobo. Nascimento, através dos quais se restaurar a cerca e cumprir as de- liatórios, que esta o desocupasse, verifica que o suposto doador mais penalidades impostas. verifica que o suposto doador mais penalidades impostas.

Verifica que o suposto doador mais penalidades impostas.

José Gomes de Figueiredo foi se- Presidente — Apelação cível — jo. A ré alegou a insinceridade petrante, Sepasta verifica que o suposto doador mais penalidades impostas.

José Gomes de Figueiredo foi se- Presidente — Apelação cível — jo. A ré alegou a insinceridade petrante, Sepasta verifica que o suposto doador mais penalidades impostas.

José Gomes de Figueiredo foi se- Presidente — Apelação cível — da autora. Mas esta provou, pelo rem a ordem, unanimemente. pultado no dia 19 de setembro Capital. de 1941, no Cemitério de Santa Izabel, nesta Capital, não poden- Souza. do, portanto, fazer doação em

1950, ao referido clube. festou na presente ação, o que za Moitta. faz supor que também nenhum interesse tem no pleito. E quando assim não fosse, é de notar-se ro 711 (Lê o relatório). Civil, não, foi atendido, se por neador de fis. 33, o dr. Juiz in- a desocupá-lo no prazo de 25 dias. ventura tal doação realmente deferindo a preliminar suscitada Tudo está rigorosamente dentro existiu, pois a Prefeitura, como na contestação pela ré, fixou a dos dispositivos legais. Por isso, senhoria direta, devia ser intima-; posição das partes litigantes, de- nego provimento a apelação e Os demais feitos foram adiados.

levada a registo público.

Eu poderia terminar de levan- deram provimento à apelação para, não tenha sido objeto de apelação, Augusto Borborema, Arnaldo Lobo tar a preliminar de ilegitimidade modificando a sentença apelada, diretamente visando dita questão. Mauricio Pinto, Antonino Melo,

⁷ Bragança.

revisor é o des Moitte, tem gitimo de agir. inteiramente durante mais de meio Meu voto. — A relação em de-feram suscitadas pela contestação Melo, Juiz de Direito de Altamibate, ou seja a posse dos autores, e apreciadas pelo dr. Juiz a quo, ra: Concederam, unanimemente.

Com efeito, não consta dos au- cumentos de fis. 50 a 70 e depoi- vimento à apelação para confirtos nem uma prova contrária a mentos de fls. 47-v., 48 e 49, está mar a decisão recorrida. : exuberantemente provada.

prudência em torno dessa decreta- vas produzidas na causa, não tem cerrida. Está em discussão.

Não há, porém, necessidade de mento à apelação para reformar adquiriu o prédio através de uma acompanhar essa controvérsia, em a sentença e mandar que o réu transação. E portanto, sucessora da face da situação jurídica dos li- reconstrua a cerca condenando-os, primitiva dona. ainda ao pagamento da multa de Presidente — Negaram provi-Clavo Nunes.

nifestaram, nem por ocasião dos der, também dou provimento à lavra.

em 17 de fevereiro de 1950. Presidente — Está, em discussão. O caso é simples. Trata-se de

Presidente — Por unanimidade por compra, o prédio ocupado Pantoja e Júlio Gouveia. Não vo-

Apelada — Helena de Azevedo autora possuisse outro prédio, que Soares; paciente, Raimundo Pi-

de 30 de novembro de 1948 ema- tes, nem essa suposta doação foi Juiz a quo, que aliás não era o mesmo que prolatara o despacho Bragança. E' de indagar-se qual o interes- E' o que prova a certidão de saneador, estabeleceu como uma aas premissas de sua decisão, que propôr a mesma ação, se o ape- Por esses motivos. dou provi- a autora se apresentou em juizo lante está rigorosamente em dia mento à apelação para modificar sem a prova concreta de ser titu- Sousa. sim nenhum legitimo interesse de gusto Borborema.

entre aquéle despacho e a senten- peço adiamento.

convincentemente. A renda muni- sabe que esse terreno está em neador não houve, recurso, mas como ressalta o art. 824, do C. D. nada sofreu, porque nao se alude. Eu estou de pleno acôrdo com Civil, ressalvada a hipotese preenfiteuta. No ponto de vista eco- Des. Maurício — Se fosse vo- em tela, a apelação devolve à Sunômico nenhum prejuizo sofreu a tada a preliminar eu a despreza- perior Instância o conhecimento

Presidente - Unanimemente, dir novamente a questão, embora

Apelante — João Pereira de recurso, feita apenas uma corre-curador Geral do Estado. ção técnica na sentença recorrida, que deveria ter concluido, não Licenciados — Desembargadores Relator — Exmo. Sr. Des. An- pela improcedência da ação, mas Souse Moita e Sadí Duarte. por julgar a autora carecedora da Des. Antonino — Peço a pa- ação, já que estabelecera como premissa, não ter ela interesse le-

Ora, o fim dos enfiteuses é cra apelantes, de um terreno de através dos documentos de fls. 18, Pedido de remoção — Reqte., deste. Se esse objetivo não foi sito no bairro suburbano de Bra- juizo sem a prova concreta de Resolveram encaminhar ai Poder atendido pelo enfiteuse é que este zança, denominado Roial (Docums, ser titular de um direito ameaça. Executivo, unanimemente. de fls. 9, 10, 11 e 14-v. e 16 a 20) do ou ofendido e portanto sem Mas alega a Prefeitura que não e a turbação dessa posse por par- nenhum interesse de agir a con-

Presidente - S. Excia., o Des.

Consequentemente, dou provi- pleno acôrdo. A ré provou que

Apelada — Justina Paula Farias, tres filhos da falecida essa mani-

Mas esses herdeiros não se ma- Des. Montra — No meu enten- Des. Borborema — Peço a pa-

(Lê o relatório). Terminando

Eu não tenho preliminar. Des. A. Lobo — Também não. Des. Borborema - Nego provi-

Essa alegação se destrói por si Des. Borborema — Eu estou de um proprietário que mora em prédio alugado e tendo adquirido propôs a presente ação de despe-Apelante — Zuleide Silva de doc. de fls. 15, que mora em prédio alheio. A ré provou que a pudesse ocupar em sua familia. nheiro: — Negaram a ordem, una-Aliás, este Clube não se mani- Pelator — Exmo. Sr. Des. Sou- A vista disso, o dr. Juiz julgou Des. Moitta — Peço a palavra, pena estabelecida na lei para o Des. Borborema, tem o núme- caso de não ser o prédio ocupa-Meu voto: — No despacho sa- rante um ano, e condenou a ré a seu favor: Resolveram solicitar do pela autora ou utilizado du-

que propõe a presente ação or- da dessa doação, sob as penas nele cicindo ter a autora interesse le- confirmo a decisão, apelada. Presidente — Está em discussão. Des. A. Lobo — Estou de

Presidente — Unanimemente, negaram provimento.

Presidente — Apelação Civel — Apelante — José Teixeira Fi-

Apelado — Manoel Portela de nelator - Exmo. Sr' Des. Au-

Des. Borborema — O caso é muita ligação entre o mérito e a Há assim evidente autonomia longo devido o adiantado da hora Presidente — Fica adiado o julgamento e éncerrada a sessão.

> Secretaria do Tribunal de Justica do Estado, em 17 de abril de 1956. — Luiz Faria — Secretário.

Resenha da Conferência ordinária do Tribunal Pleno, do Tribunal de Justica, realizada no dia 26 de abril de 1956, sob a presidência do sr. Cesembargador

Curcino Silva.

Presentes - Desembargadores

Secretário — Dr. Luiz Faria.

Parte Administrativa

Pedido de férias — Recte., o Efetivamente pelas questões que bacharel Raimundo Hélio de Paiva

exatamente aproveitar o domínio sua propriedade, cercado, com 27 e 29, todos eles convincentes o bacharel Rui Buarque de Lima, util, dos terrenos, as utilidades edificação e outras benfeitorias, de que a autora se apresentou em Juiz de Direito de Marapanim:

Após realcar a personalidade do mas alega a riciciula que hao e a consegue de des réus, ora apelados, dondo clusão a tirar era de ser a autora des. Henrique Jorge Hurley, refoi decretada, pelo juiz competen- te dos réus, ora apelados, dondo clusão a tirar era de ser a autora des. Henrique Jorge Hurley, refoi decretada, pelo juiz competen- te dos réus, ora apelados, dondo clusão a tirar era de ser a autora des. Henrique Jorge Hurley, reto decretada, pelo juiz competentido de expedição do mandado de carecedora do direito de ação. centemente falecido nesta capital, te o comisso desse terreno enfi- lugar a expedição do mandado de carecedora do direito de ação. centemente falecido nesta capital, manutenção in limini litis (do- Por estes fundamentos nego pro- o des. Augusto Borborema, propôs a inserção na ata dos trabainos de um voto de pesar pelo infausto acontecimento, tendo o M. Entretanto, há controvérsia na A sentença, cuja conclusão Relator nega provimento a apela. P. manifestado a sua anuência. литетанто, на сопточеты на да да анценсіа. legislação, na doutrina e na juris- aberra do quanto resulta das pro- ção para confirmar a decisão re- Também com a palavra o des. Ar-Des. Borborema — Eu estou de mento sexta-feira última, na capital Federal da senhora Teodora de Almeida Sodré, viúva do eminente dr. Lauro Sodré e mãe de dois outros eminentes paraenses desembargador Emanuel Sodré e Quem alega essa omissão, quem Cr3 2.000,00 dos prejuizos que, mento ao recurso por unanimida- e almirante Benjamin Sodré teresse econômico ou moral tem apelantes, das despesas judiciais Apelante — Maria Helena voto de pesar pelo lutuoso fato, l festação unânime do Tribunal.

Julgamentos

Habeas-corpus — Capital nuestaram, nem por ocasiao dos cor, camban face da improcedên- Des. Arnaldo Lobo, tem o n. Impte., os bacharéis José Lepreut editais que foram, publicados an- apelação em face da improcedênpaciente, Lourival Alves Carneiro: — Denegaram a ordem, unanimemente.

Idem — Idem — Impetrante, o bacharel Alberto Valente do Couto; paciente, Aguinaldo Cláudio de Castilho: — Concederam a ordem contra os votos dos desembargadores Presidente, Antonino Melo, Alvaro tou por impedido o des. Arnaldo

Idem — Idem — Idem — Impetrante, Sebastião Faria Barati-

Idem — Idem — Impetrante, José de Ribamar Alvim nimemente.

Idem — Idem — Impetrante, José Francisco da Silva unanimemente.

FORUM DA COMARCA DE BELEM

EXPEDIENTE DO DIA 24 DE j de instrução e julgamento. ABRIL DE 1956 Juizo de Direito da la. Vara Juiz - Dr. ANIBAL DE FI-

GUEIREDO. Despejo: A., Maria Tereza Guerreiro Mariano de Aguiar; R., Nazaré & Cia. — Manaou renovar as diligências para o próximo dia 17 de maio, às 10 horas.

---Idem: A., Judah Eliezer Levy; R., Amélia Gomes da Silva - Sejam presentes êstes autos à dra. Pretora do Civel.

-Idem: A., Acucio dos Sairtos Grêlo; R., Milton Dias Duarte - Mandou subir os autos à Superior instância, dentro no prazo de 10 dias.

----Arrolamento de Pedro Franca da Silva — Mandeu camprir o despacho de fls. 9

Juito de Direito da 4a. Vara Juiz - Dr. WALTER NUNES DE FIGUEIREDO.

Ação executiva: A., M. Sardo mol — Mandou dar vista. ---Idem: A.A., Pinto Guima-

rães & Cla.; R., Barros Conde & Cla. - Mandou remeter os ruscs. Juizo de Direito da 52. Vara Juiz - Dr. JOSÉ AMAZONAS PANTOJA.

Deferiu os pedidos de registros de nascimento de Deuzarina Fernandes Rodrigues, Manoel José Alves Ferreira, Rosena Antonio da Trindade, Francisco Lourenço da Buva, Jusé Carvalho dos Santos, Joana Cardoso Aleixo, Ana Ferreira, R imndo Cunha da Silvo, Rosana des Santos Teixeira, Alarico Moura de Araújo, Maria da mundo Pereira de Lima Filho — Conceição do Espírito Santo. —Retificação de Ida — Diga

o M. Público. ——Deferiu as retificações Risalda Nunes Cavalcante e Maria Vitória de Jesus Pena e Raimun-

da Nascimento Cabral. ——Inveitário de Julia Cavalcante Quinderé — Mandou dizerg os interessados.

___Idem de Manoel dos Santos Brigido - Conclusos. Retificação: maria da Conceição dos Santos — Justifique-se

em dia e hora. O M. Público. Pretoria do Cível e Comórcio Pretora — Dra. LEDA HORTA

DE SOUZA MOITTA. No requerimento de Erichsen & Cia. Ltda. — Cite-se. -Idem, idem - Cite-se.

---Idem de Verbicaro & Cia. Ciestas — Satisfaça-se. ---Idem de Alberto Seguin Dias - Cite-se.

---Idem de Manoel Pereira dos Reis - Conclusos. ---Idem de Pedro Amazonas de Souza Pedrosa - Notifique-se. ___Idem de Maria José da Silva

- Cite-se. ___idem de Fábrica União, Indústria e Comércio S. A. - Conclusos.

--- Idem de Luiz Antusio Costa - Mandou satisfale'. ----Despejo: A., Marieta Rabe-

lo da Silva; R., Clube Estrêla Ne-- Mandou conceder o beneficio da Justiça gratuita. ——Idem de A. Ecilda Machado

da Rocha e Souza; R., Carlos Pereira Seixas — Designou audiência para o dia 15 do mês próximo, às 10,30.

----Ação executiva: A., João Sanches Gonçalves; R., Omar Morri Filho - Mandou renovar as diligências para o dia 17 do mês proximo, às 10 horas.

meida; R., Eunice Souza Fonte -Mandou os autos a cartório. ---Executiva: A., Salomão Almeida; R., Eunice Fonces - Maiiand accompramar as pedições de

fls. 11. EXPEDIENTE DO DIA 25 DE ABRIL DE 1956 Juizo de Direito da la. Vara

Juiz - Dr. ANIBAL DE FI-GUEIREDO. No requerimento de Hilda Viei-

ra Dias - Mandou dizer a requerente. Juizo de Direito da 4a. Vara

acumulando a la. Reintegração: A., Margarida Amélia de Pinho; k., Jamii Joss Salim -- Designou o dia 15 de mail de 10 horrs, para audiência (T. 14.297 - 29 1; 6'5'56 - Cr3 (0.00) Cr\$ 40.00)

----Ação executiva : · A., Salomão Elgrably; R., Jack Ojalvo —

Deferiu o pedido feito. inizo de Direito da 6a. Vara Juiz - Dr. AGNANO DE MOU-RA MONTEIRO COPES.

Inventário de Henrique da Ccsta Ramos — Mandou aguardar restita da Delegacia do Impôsto de Renda.

——Reclamação trabalhista : A., Tong Acsé dos Santos; R., Departamento de Estradas de Rodagem - Pondou arquivar.

----Ação executiva : A., Prefeitura Municipal de Belém; R., Jorge Sauma - Julgou procedente a ação.

----Acan ordinária: A.. Prefeitura Municipal de Belém: R... Justo José de Castro — Designou o dia 23 de maio, às 10,30, para sudiência.

Leat; R., Richel Obadia Benchi- in de maio, às 10,30, para audiên- Gomes Pimentel — Diga o Minis-

-Idem, idem: R., Julia Ribeiro Ferreira. ----Renovação de contrato: A., Jayme Vilhena & Cia. Ltda.; R., Ludovina Ferreira de Araujo Curha Gonorlyse - Decimon o dia 22 de maio, às 10,30, para prossegnimer .

Pretoria do Cível e Comórcio. Pretora . - Dra LEDA HORTA DE SOUZA MOITTA.

Depósito: A., Eugenio Ferreiro das Neves: R.. Tereza Figueira Morais - Indeferiu o pedido. ---No requerimento de Rai- mão -- Cite-se.

Cite-se. ---Idem de Belmiro José de Almeida — Mandou juntar os au- | Martins — Cite-se.

——Idem de Benarrós & Cia. — "Concideos. ——Despejo: A., Loja Maçôni-

ca Harmonia; R., Ataualpa Rodrigues Leão — Designou o dia 15 nes prézimo, às 10 horas, para audiência. Despejo: A., Manoel José

Carvalho; R., Sulvino Morais da Silva — Mandou selar e preparar. ----No requerimento de Oscar Miranda - Conclusos.

----Notificação: A., Alfredina Silva de Morais Rêgo; R., Osval-

querente, para o pedido na ini----No requerimento de Nagib Bechara Belchior -- Notifique-se. --- Despejo: A., Manoel Rai-

mundo de Castro Martins; R., Bouza — Mandou selar e preparor. ——Consignação: A., Djalma

Carmelito Corrêa e Ida Carmen Costa — Designou o dia 5 do mês próximo, às 10 horas, para o pagamento.

EXPEDIENTE DO DIA 26 DE ABRIL DE 1956

Juizo de Direito do 5a. Varo Juiz - Dr. JOSÉ AMAZONAS PANTOJA.

Deferiu os pedidos de registros de nascimento de Maria da Conceição da Silva, Mair da Cunna Gomes a Cooffia Miranda. --Inveitário de Maria Fran-

Ar ichi e aprir. ---Idem de Maria Francisca Serra — Já havendo o têrmo e ---Idem, idem : R., Adolfo Pe- despacho extraido em petição. reira Dourado — Designou o dia | — Revificação : R., Ferreira

tério Público. Pretoria do Cível e Comércio Pretora: — Dra. LEDA HORTA

DE SOUZA MOITTA. Despejo: A., Alvaro de Córdova Rodrigues: R., Anibal Martins — Mandou selar e preparar.

No requerimento de Benvinde Des de Cite ce ---Idem de Pedro de Oliveira Pinto - Sim, às 10 horas do d'a | Sousa. 7 ao mês proximo. —— dem de Jacob & Irmão —

Cite-se. ---Telor do J. Kislanov & Ir-——Idem de Anastácio da Silva

Monterio - Nothingue as ----Tdam de Aldenor Figueiredo

Silva — Cite-se. ----Tdem de Lisboa Cardoso --

tas Lobato; R., José Pacheco Cameliar - Marcou o dia 28, as 10 hores. --- No requerimento de Sebas-

+150 Ferreira da Silva — Como re---- Idem de Francisco Rodri- I fins de direito. gues Soares - Conclusos.

——Reintegração de posse: A. Fábrica União Indústria e Comérdo Ferreira da Silva — Pagas es cio: R., Aderbal Melo — Mandou custas entreguem os autos à re- a Cartório no prazo de 48 horas.

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Lourival Maciel Pinheiro e a senhorinha Renê Oliveira Santos.

Éle diz ser solteiro natural do Pará Ilhas das Onças comerciário, domiciliado nesta cidade e residente à Rua Curuçá 625, filho de Mancel da Paixão Pinheiro e de dona Dalila Maciel Pinheiro.

Ela é também solteire, natural do Pará Val-de-Cães, enfermeira domiciliada nesta cidade e residente à Rua Curuçá 621 filha de Gregorio Lopes dos Santos e de dona Francisca Maria dos Santos.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma, pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento denuncie-e para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de-Belém Capital do Estado do Pará aos 28 de abril de 1956.

Eeu, Regina Coeli Nunes Tavares oficial de casamentos nesta Capital assino. - Regina Coeli Nunes Tavares.

(T. 14.300 - .29|4 e 6|5|56 -Cr3 40 00)

Face saber que se pretendem casar o Sr. Antonio de Assunção e a senhorinha Luiza Gomes de

Ele diz ser solteiro natural-Pará São Caetano de Odivelas militar domiciliado nesta cidade e residente à Rua Soares Carnei-Não, 565 filho de Candida de Assunção Maciel.

Ela é também solteira, natural do Pará Belém prendas domésticas domiciliada nesta cidade e residente à Vila Ribeiro, 19 filha de Ana Gomes da Con-----Despejo: A., Maria de Frei- l'ceição.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existância de qualquer impedimento denuncie-o para

Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará aos 28 de abril de 1956.

E eu Regina Coeli Nunes Tavares. Oficial privativa de casamentos nesta Capital assino. — Regina Coeli Nunes Tavares. (T. 14.301 - 29|4 e 6|5|56) -Cr\$ 40,00)

Faço saber que se pretendom casar o Sr. Manoel Alves de Cliveira e a senhorinha Neide Duarte Damasceno.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará Belém domiciliado nesto , cidade e residente à Trav. Mau-Atí 478 filho de Cristino Alves de Oliveira e de dona Laura da

Ela é também solteira, natural do Pará Icoarací prendes domésticas domiciliada nesta cidade e residente à Av. Pedro Miranda 625, filha de João Pereira Damasceno Júnior e de dona Almerinda Duarte Damasceno.

Apresentaram os documentos exigidos por lei, em devida forma pelo que se alguém tiver conheimpedimento denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de aos 28 de abril de 1956.

E eu Regina Coeli Nunes To-Belém Capital do Estado do Pará vares, oficial privativa de cusamentos nesta Capital assino. -Regina Coeli Nunes Tavares.

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Antonio Paulino dos Santos e a senhorinha Francisca Madelena d'es Santos.

EDITALS

11 1111111111

PROCLAMAS

Faco saber que se pretendem senhorinha Maria do Carmo Picadar o Sr. José Kavier de Lima menta de Figueiredo. e dina Noemia da Costa Mon-

file diz ser solteiro natural do Ceará pecreiro domiciliado nesta cidade e residente à Trav. filho de Mario Ribeiro e de dona Jabatiteua 426 filho de Antonio Maria Arminda Teixeira. Xavier de Lima e de Dona Lu- Ela é também solteira natural celina Garcez de Lima.

d' Pará prendas domésticas do- te à Trav. Guerra. Passos 48. miciliada nesta cidade e residente filha de Adolberto Nunes de Fià Trav. Jabatiteua 231 filha de gueiredo e de dona Maria Can-Despejo: A., Salomão Al- Elias da Silva Montairo e de dida Pimenta de Figueiredo. dona Minervina da Costa Mon- | Apresentaram os documentos cimento da existência de qualquer

> cimento da existência de qual- para fins de direito. quer impedimento para fins de direito.

Dado o passado nesta cidade de laos 28 de abril de 1956. Belém Capital do Estado do Pará aos 28 de abril de 1956.

mentos nesta Capital assino. — Regina Coeli Nunes Tavares.

Regina Coeli Nunes Tavares.

Faço saber que se pretendem octor o Sr. Joaquim Ribeiro e a

file diz ser solteiro, matural de Portugal Felgueiras comerciante domiciliado nesta cidade e resi. Silva. dente à Av. Cipriano Santos, 200

do Pará professora de-corte do-Ela é também solteira natural miciliada nesta cidade e residen-

exigidos por lei em devida for-Apresentaram os documentos ma pelo que se alguém tiver exigidos por lei em devida forma conhecimento da existência de pelo que, se alquém tiver conhe- qualquer impedimento, canuncie-o Belém, Capital do Estado do Pará,

denuncie-o Dado e passado nesta cidade de l

E eu Regina Coeli Nunes Ta- (T. 14.303 - 294 e 6555) -E eu Regina Coeli Nunes Ta- vares oficial privativa de casa- Cr\$ 40.00) vares, oficial privativa do casa- mentos nesta Capital, assino. -

(T. 14.298 - 294 e 651956 -

Éle diz ser solteiro, natural do Pará trabalhador braçal domiciliado nesta cidade e residente à Trav. da Vileta, 7, filho de de dona Tereza Maria da Conceição.

Ela é também solteira, natural do Pará prendas domésticas domiciliada nesta cidade e residente à Trav. da Vileta 7 filho de José Paulino da Silva e de dona Maria Izencio da Silva.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma, pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualqual impedimento denuncie-o pare fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belem Capital do Estado do Pará aos 28 de abril de 1956.

E eu Regina Coeli Nunes Tavares, oficial privativa de casamento nesta Capital assino. — Regina Coeli Nunes Tavares. (T. 14.202 - 29|4 e 6|5|56Cr\$ 40.00)

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM (PARÁ)

Pelo presente, fica notificado Raimundo Cunha braçal brasileiro residente à 25 do Guamá, (69), nesta cidade, para ciência de abril de 1956. — Luiz Faria de que foi designado o dia 11 de Secretário. maio próximo às dezesseis horas para audiência de instrução e julgamento do sembargos de tercairos opostos no processo de reolamação ns. 748 a 754|55 em que é parte como exequente e executado J. Jarez Longo (Fábrica de Calçados Época) o embarganțe Walfrido Pinto de Alraeida.

Secretaria da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Bel.m. 25 de abril de 1956. — Dra. Semiramis Arnaud Ferreira, substituto do Chefe de Secretaria.

(G. -29|4|56)

to de quem interessar possa, que Manoel de Sousa Neves, cujo óbi- nhecer do recurso interposto a deram entrada hoje, nesta Secre- to ocorreu na cidade de Porto, fis. 24, também por maioria de taria, sendo registrados na mesma Portugai, em mil novecentos e votos, vencidos os mesmos juizes, Lima: e, apelado, João Barbosa — pelo presente edital que será eleitor João Carvalho da Silva, des Santos, a fim de ser prepa- afixado no lugar de costume e pu- portador do tivulo n. 5240 e perrada dita apelação, para sorteio blicado por cópia seis (6) vezes, tencente à 23a. Zona (Maraba). de relator, distribuição e julga- com intervalo de trinta dias, no mento pela Câmara Cível compe- órgão oficial, — cita os her tente do Egrégio Tribunal de Jus- derros e credores prováveis, do tica, dentro no prazo de dez (10) "de-cujus", para, no prazo de scia d'as, a contar da publicação des- (6) meses, que correrá da data te nos têrmos da lei em vigor.

- Secretário.

Faço público para conhecimento de quem interessar possa, que deram entrada hoje, nesta Secretaria, sendo registrados na mesma data, os autos de apelação civel ca Capital, em que são partes, como apelante, o dr. juiz de direito da 7a. Vara; e, apelados. José da dita apelação, para sorteio de Pará, aos 26 de dezembro de 1900. zônia e Administração do Porto Belém, 25 de abril de 1956. (a) relator, distribuição e julgamento Eu, Odon Gomes da Silva, escrido Pará, (SNAPP), foi pelo Sr. Manuel P. de Oliveira. pela Câmara Civel competente do vão, o escrevi. Egrégio Tribunal de Justica, dentro no prazo de dez (10) dias, a contar da publicação deste, nos termos da lei em vigor.

Secretaria do Tribunal de Justica do Estado do Pará, Belém, 26 de abril de 1956. Luiz Faria — Secretário.

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que estão em meu Cartório com vista ao embargado, pelo prazo de cinco (5) dias, a contar da publica-Faulino Domingos dos Santos e ção deste, os autos de Embargos Civeis da Comarca desta Capital, entre partes, como embargante -Ovidio Trindade, e embargado — Toribio Monteiro Rodrigues, a fim de serem ditos embargos impugnados, dentro no referido prazo.

> Dado e passado nesta Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Belém, aos 27 dias ae abril de 1956. — O Escrivão Wilson Rabelo.

Anúncio de Julgamento do Tribunal Pleno

pelo exmo. sr. desembargador curso. presidente do Egrégio Tribunal de | I) — Não é de ser conhecido o Justiça, foi designado o dia 2 de agravo no auto do processo, por maio p. vindouro, para julgamen- se tratar de recurso não autoriza-Rescisória, da Capital, em que é téria de direito estricto, não po- em tráfego na estação do Purus. ré, a Prefeitura Municipal de Be- casos expressamente determinadesembargador João Bento de a Superior Instância. A lei não Sousa.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Belém, 25

Edital de citação

Doutor Hugo Oscar Figueira de Mendonça, Juiz de Direito da segunda vara, acumulativadesta comarca de Belém, Capital do Estado do Pará.

Faço público, para conhecimen- recadação do Espólio deixado por uo processo e, "de meritis", coda primeira publicação do pre-Secretaria do Tribunal de Jus- sente, se habilitarem no presente tiça do Estado do Pará-Belém, 27 processo de arrecadação, i a a ... de abril de 1956. — Luiz Faria vogado, sendo que o único bem arrecadado e que constitui o espólio, se acha depositado em mãos do dr. Curador, ad-bona, bem este, sito nesta cidade, à rua Quinze de Novembro, n. 89, do plaqueamento moderno.

Mendonça.

(G. -31-12-55 - 10 e 29-4 - 1)110 e 29-5 e 10-6-56).

BOLETIM ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

JURISPRUDÊNCIA LUORDÁU N. 6.159 Proc. 850-56

Vistos, etc... Trata-se de recurso eleitoral, sendo recorrente o Partido Social Democrático e recorrida a União ção nos navios de roda à pôpa Democrática Nacional.

Pela recorrida toi promovida, na 23a. Zona, por anaifabetismo, a exclusão do eleitor João Carvalho da Silva, porcador do título n. 5240, cuja defesa foi feita pelo requerente. O Dr. Juiz, tendo como confissão e ausência do excluendo à prova de alfabetização, te a não ser nos casos expressaa que convocara, ordenou a exclusão, decisão de que recorreu o Partido Social Democrático. O Dr. Faço público, para conhecimen- Procurador Regional é pelo co-

dos. Nem a sua admissão vincula

II) — O processo de qualifica-ção e inscrição, a despeito do pa-significa ter exercício. Inspeção recer do nobre Dr. Procurador e exercício são têrmos de signi-Regional, não constitui prova de ficação completamente diferenque o eleitor saiba ler e escrever, tes. Inspecionar quer dizer, exapois se trata de processo organi- minar como inspetor, examinar zado com infração da lei eleito- com grande atenção um objeto. a devida publicidade, como man- Exercício quer dizer, ato de xerda a lei, para que os parvidos pu- | cer ou executar, entrar em exerdessem apresentar suas impugna- cício de um direito, etc. Não se ções e orerecer seus recursos. Ao trata no caso em apreço de rerestrito ao juiz e ao escriváe. E', pois, um processo subjects as

clandestinidade, nem podendo famente no cargo de Juiz de Di- Ademais, a ausência do excluenreito da Primeira, privativa de do à prova de alfabetização consórfãos, Interditos e Ausenteis, citui confissão, que tem a corroborá-la a forma irregular por que se processou a sua inscriças. Por tais fundamentos:

ACÓRDAM os Juizes do Tribusrs. Desembargadores Augusto de

valence Lobo, P. — Agnano de Joaquim Norões e Sousa. Procuragor Regional.

CARTÓRIO ELEITORAL DA

mento de todos e ninguém possa mento de quem interessar possa, alegar ignorância, mando expedir que nos autos de mandado de o presente edital, que será afi- segurança, sendo requerente: xado no lugar de costume e pu- Mario Pena da Cunha Araujo e blicado na imprensa (órgão ofi- requerido: o Diretor Geral dos cial), na forma da Lei. Dado e Serviços de Navegação da Amaço passado nesta cidade de Belém do santo to Administração do Dorto C seguinte sentença: "O engenhei-(a) Hugo Oscar Figueira de ro Mario Penna da Cunha Arau- Eleitoral da 1.ª Zona-Belém, aos jo, impetrou o presente manda- 26 dias de abril de 1956. do de segurança contra o ato do i 'Diretor Geral dos Serviços de Navegação da Amazônia e Ad- Eleitoral.

Iministração do Porto do Pará (SNAPP) por ter sido designado pelo referido Diretor, por Portaria n. 118, de 3 do fluente, para proceder completa inspeem tráfego na estação do Purús.

Alega que de acôrdo com o artigo 34 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, o funcionário não podera ter exercício em repartição diferenmente previstos em lei.

Mas, no presente caso, não se to de quem interessar possa, que, nhecimento e provimento do re- trata de funcionário que vai ter te, trata-se de funcionário designado para proceder completa insto pelo Tribunal Pleno, da Ação do na lei eleitoral. Recurso é ma- peção nos navios de roda à popu Resulsoria, da Capital, de Costa; e, dendo o juiz admiti-lo fóra dos Foi êle designado em carater Autor, João Frank da Costa; e expressamente determina peção, e naturalmente depois de cogita de tal recurso, que, como inspecionadas essas embarcações se sabe, deve ser conhecido como voltará para esta capital que é preliminar da apelação, inexisten- a sede da sua atividade. Portanto, o fato de ir inspecionai

contrário, seu connecimento licou moção do requerente para a es-Itacão do Purus, e sim, como diz a Portaria n. 118, de 3 do fluenzer prova em favor do eleitor. Le, caquela autarquia, de simples inspeção nos navios de roda à pôpa em tráfego naquela estação. Alega tambem o requerente o que estatue o artigo 64 da Lei ln. 2.550, de 25 de julho de 1955, que alterou o Código Eleitoral, edital virem ou dêle conhecimen- ria de votos, vencidos os exmos. que resa que nenhum servidor zo e expediente do escrivão que Borborema e Antonino Melo, em nicipal, poderá ser removido ou êste subscreve se processou a ar- não conhecer do agravo no auto transferido ex-officio, para carfora da localidade de sua residência no período de seis (6) data, os autos de apelação cível cinquenta e dois (1952), ab-intes- para negar-ine provincia con- mêses antes, até três (3) meses da Capital, em que são partes tato, no estado de viuvo sem firmada, destarte, a decisão recor- após a data da eleição. E o pacomo apelante, Rufino da Silva deixar descendentes conhecidos, rida, que ordenou a exclusão do ragrafo único do mesmo artigo gora: b) para o respectivo Esta-Sala das sessões do Tribunal do, quando as eleições forem Regional Eleitoral do Pará, em 20 para Governador do Estado, de abril de 1956. — (aa.) Arnaldo Vice-Governador e Assembléias Legislativas. Mas, as eleições Augusto R. de Borborema, venci- que se vão realizar a 29 do mês do — Antonino Melo, vencido — corrente, não são eleições gerais, Walter Nunes de Figueiredo — e sim. eleições suplementares. As eleições gerais tiveram lugar Fui presente — Otavio Melo — a 3 de outubro de 1955, já há seis (6) meses e vinte e dois (22) dias, na qual votou o impetrante, conforme se verifica do título junto a fls. 7 destes autos, não podendo por isso mesmo invocar E para que chegue ao conheci- Faço público, para conheci- o que dispõe êsse artigo, se por o requerimento de fls. 2 a 5 Pelos motivos expostos, indefiro dêstes autos, por entender não ser caso de mandado de segurança. Publique-se e intimem-se.

Dado e passado neste Cartório

a) Wilson Rabelo, Escrivão

o i



ESTADOS UNIDOS DO RRASIL

Viario da Assembléia

DO ESTADO DO PARÁ

ANO III

BELÉM — DOMINGO, 29 DE ABRIL DE 1956

NUM. 511

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

3.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidente — Sr. Deputado João Camargo

1.º Secretario — Sr. Deputado Benedito Carvalho

2.º Secretário — Sr. Deputado Wilson Amanajás

Às 15,00 hs. do dia 18 de abril de 1956, feita a chamada, verifica-se a presença dos seguintes Srs. Deputados, além da Mesa acima referida: Abel Figueiredo, Amintor Cavalcante, Acindino Campos, Aníbal Duarte, Armando Carneiro, Avelino Martins, Américo Silva, Boulhosa Sobrinho, Cassiano Lima, Dionísio Bentes de Carvalho, Ferro Costa, Jorge Ramos, Geraido Palmeira, Moura Palha, Félix Melo, Silas Pastana, Santino Corrêa, Serrão de Castro Filho, Stélio Maroja, Raymundo Chaves, Reis Ferreira, Vilhena de Souza e Wladimir Santana. (26)

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a presente sessão.

Vai ser lida a ata da sessão anterior.

- O SR. 2.º SECRETÁRIO FAZ A LEITURA DA ATA. ser lida. (Pausa) Não havendo quem se manifeste, em vo- que reputo, como alguns outros que tenho tido a honra de tação. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram perma- ventilar nesta Casa, de grande importância e atualidade. nocer sentados. Aprovada.

Vai ser lido o Expediente.

O SR. SECRETÁRIO — (Lê):

Ofícios:

- N. 300|56 GG., do Sr. Dr. Governador do Esta- ção de investimentos. do, encaminhando o parecer da Secretaria de Fiauxílio consignado à "Casa do Filho do Seringuei- passado. ro". (Comunicar ao Sr. Deputado interessado).!
- N. 62, do Sr. Dr. Governador do Estado, enca- Pará. minhando a esta Casa um projeto de lei que au-
- N. 507, do Sr. Delegado Regional do Impôsto de panorama dos dias autais. Renda no Pará, comunicando ter assumido as referidas funções. (Acusar e agradecer).
- virtude de convocação extraordinária. (Acusar e mento das mesmas. agradecer).

- N. 183, do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, acusando o recebimento do Oficio-Circular n. 1, que comunicou a eleição da nova Mesa desta Casa. (Arquivar).
- Do Sr. Diretor Regional do SENAI, enviando o relatório de 1955. (Acusar e agradecer).
- Do Pará Clube, comunicando a eleição de sua nova Diretoria, para o biênio 1956-1958, (Acusar e agradecer).

Petição:

- Do funcionário Luiz Diniz Olivier, lotado na Secretaria desta Assembléia Legislativa, pedindo efetividade no cargo que ocupa. (A Comissão Executiva).

Telegrama:

- Do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Igarapé-Açu, comunicando que aquêle Legislativo reiniciou os seus trabalhos a 16 do corrente. (Acusar e agradecer).
- O SR. PRESIDENTE Tem a palavra o Sr. Deputado Ferro Costa.

O SR. FERRO COSTA — Sr. Presidente. Srs. Deputa-O SR. PRESIDENTE — Em discussão a ata que caba de dos. Pedi a palavra, hoje, para abordar um outro assunto

> Não conheço, ainda, o orçamento da Comissão Especial da S. P. V. E. A., para 1957. Ainda não me foi dado êsse trabalho, que espero baseado em têrmos técnicos e, sobretudo, com perfeito senso de realidade, visando maior concentra-

Como quer que seja, porém, acho de nosso dever chananças a respeito de um requerimento do Sr. De- mar a atenção para um ponto de vista, para um assunto que, putado Wladimir Santana, sôbre a majoração do a meu ver, não foi devidamente considerado pelo govêrno

Trata-se do problema do ensino primário no Estado do

Lamentàvelmente, não temos, em relação ao ensino pritoriza a abertura do crédito especial de mário, o trabalho sistemático, o esfôrço continuado ou al-Cr\$ 50.000,00, em favor do São Francisco Espor-| guma obra, mesmo, de envergadura que, de qualquer mate Clube. (Às Comissões de Justiça e Finanças). Lieira, possa nos assegurar a modificação próxima do triste

Ao invés de planejamento técnico sistemático do Estado, em relação ao ensino primário, o que temos verificado é que — Do Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do as escolas seinstalam na medida da influência dos deputa-Estado da Bahia, comunicando a instalação dos tra- dos vinculados e certas regiões e segundo o maior zêlo dêsbalhos daquêle Legislativo, a 17 do corrente, em ses parlamentares em promover a instalação e o funciona-

Quer dizer que, nas regiões que, porventura, não contam

com parlamentares ativos ou de prestígio, ocorre, muitas vezes, que as escolas não são instaladas ou que o são em número deficiente.

Só êsse aspecto tão sério e tão importante bastaria para demonstrar a premente necessidade de um levantamento estatístico de nossas necessidades, em matéria de ensino. Bastaria êsse ângulo fragíssimo para salientar a imperiosidade da abertura de um inquérito a respeito de nossas necessidades, a fim de que o Poder Executivo possa ter um plano reto de ação, um trabalho sistemático em benefício do ensino. Esse levantamento, entretanto, além de não existir, dêle ainda não ce cogitou. Digo, com pureza d'alma, que, dentre os grandes aspectos do govêrno da Coligação, não foi a educação um dos mais destacados, sendo certo que o Govêrno do Estado não poria atender ao ensino primário na medida de suas necessidades.

Obras importantes foram efetuadas em relação ao abasmister desejar.

Vejo, por isso, Sr. Presidente, a necessidade urgentís- nha de trinta ou quarenta eleitores. sima de partir do Govêrno do Estado êsse levantamento sis-· trabalho de vulto que se queira fazer pesse sentido.

Mas, Sr. Presidente, além dêsse aspecto que reputo grave e urgente, a meu ver, há outros talvez, mais sérios: é que as escolas que se estão instalando, na maioria das vezes, seja pela deficiência de remuneração, seja por não têrmos tear a nomeação. E, por falta de orientação da Secretaria pessoal técnico, difundem, apenas, um semi-alfabetismo. Na competente, aliás bastante sentida, foi nomeada e, ainda hoje, maioria das vezes, essas escolas isoladas são pequeninos grupos que deveriam ser núcleos de cultura, mas, ao invés disso, são núcleos de uma instrução que não habilita o homem, | nistra nessa triste escola? Que luzes de ensinamento recea criança, de forma alguma, a uma melhor participação na bem essas crianças que estão sob a orientação dessa precepluta pela vidà.

Em outras palavras : a grande maioria das escolas é dirigida por professoras que não estão à altura do mister de em um caso, verifica-se, também, em dezenas de outros. que são incumbidas.

Lembro um caso que se passou comigo. Não faz muito, das professoras leigas. recebi um pedido de nomeação de uma professora, para um determinado município do Estado. Alegava essa professora lado de conhecimento primário, tem, para a nação brasileique havia, em certa localidade, mais de sententa crianças ra, para o Estado do Pará, alguma repercussão em nosso prosem a devida assistência escolar. Interessei-me por isso vi- | gresso, na melhoria de nossas condições sociais e econômivamente, logrando do Govêrno do Estado o ato de instala- cas? ção de uma escola primária. Como era natural, dei preferência ao nome dessa candidata, para que fôsse nomeada para | novas, nobre Deputado Geraldo Palmeira, de modo que tereger as aulas da escola em apreço. Houve demora burocrá-remos de fazer, no Brasil, um trabalho tão árduo em matética, entraves de ordem administrativa. E, um dia, essa pro- ria de instruçên como o fez a Rússia Soviética, depois da fessora, não podendo falar comigo, enviou-me um bilhete instalação do novo regime. em que solicitava maiores providências, de minha parte, para urgenciar sua nomeação. O bilhete veio nestes têrmos: para o levantamento do nosso nível social. A perdurar o es-"Dr. Cróvis. Pesso o favô de i buscá o meu tito". Fiquei es- tado social em que vive o nosso interior, o Pará irá de ruína tarrecido. Imediatamente, depois de ler êsse bilhete, dirigi- em ruína e êsse espetáculo de atraso perpétuo, de cidades do me ao Secretário de Educação: "Tudo quanto pedi, em re- interior em abandono, êsse estado social perduçará através lação a essa professora, apesar de correligionária e amiga, dos séculos, para vergonha da nação brasileira e tristeza da fica desfeito. Peço que cancele o ato de nomeação". E as- nossa Amazônia. sim foi feito, porque, no meu entender, não se achava a mesma habilitada a desempenhar a função de professora.

aparte?

brilhante de V. Excia.

O SR. FERRO COSTA — Bondade de V. Excia.

ponto: É que jamais poderemos ter boas professoras, mes- zadas que ali vivem, porque o problema, também, nobre mo na Capital, com os salários de fome que as mesmas re- Deputado Ferro Costa, não é só o problema do ensino, da cebem.

coincide com o meu ponto de vista.

Fiscal, um servente da Alfândega ou de outra qualquer repartição federal recebe, pela nova tabela, um salário de cinco mil e oitocentos cruzeiros. Como poderemos levar, para o interior, pessoas medianamente cultas, que saibam, ao menos, ler e escrever? Aqui, na Capital, conheço dezenas de professoras que fizeram concursos, foram classificadas e, hoje, exercem funções em autarquias e em outras repartições federais. Enquanto o ensino não fôr federal ou a Valorização Econômica da Amazônia não carrear, para o Estado, o dinheiro necessário, pelo menos para a conservação de escolas e compra de material para as mesmas, jamais o Govêrno do Estado poderá socorrer essa infância que não tem escolas, no Pará.

O SR. FERRO COSTA — Agradeço o aparte de V. Excia. em que se revela uma identidade entre os nossos pontos de vista, conforme veremos no prosseguimento do meu discurso.

Mas, Srs. Deputados, para retomar o rumo da minha tecimento de água, à luz elétrica e a outros setores de ativi- argumentação, deverei dizer que o inédito acontece: candade pública. Mas, lamentàvelmente, talvez por carência de celado o ato, manifestou-se a professora profundamente irrecursos o ensino primário não teve a assistência que seria ritada comigo. E sucedeu ela tinha diversos amigos. Era de influência no interior. Segundo expressões suas, dispu-

Estive em sua cidade. E, quando menos esperava, quem temático, como primeira e inadiável medida para qualquer encontrei como professora? Exatamente aquela que eu havia vetado, porque verificara que, aboslutamente, não estava capacitada para desempenhar a função.

Um outro deputado amigo da situação, de quem foi socorrer-se, imediatamente, com menos interêsse, passou a pleipermanece em exercício.

Agora, pergunte : qual o gráu de instrução que se mi-

E o que se passa, aquilo que, pessoalmente, verifiquei

É tristemente lamentável o índice de cultura da maioria

Pergunto, ainda: êsse analfabetismo disseminado, rotu-

A meu ver, a resposta é negativa. Impõem-se medidas

É preciso quε empreendamos uma verdadeira cruzada,

O Sr. Geraldo Palmeira — V. Excia., que viaja pelo interior, como eu viajo, deve conhecer uma história do ca-O Sr. Geraldo Palmeira — V. Excia. permite um boclo que diz que certa professora escrevia o "o" com um canudo. E isso é uma triste realidade. Em Maracanã, tive opor-(Assentimento do Orador) — Concordo com o discurso tunidade de conhecer várias professoras e constatei, pessoalmente, que mal escreviam o nome.

A verdade é que elas prestam um patritióco serviço, O Sr. Geraldo Palmeira — Discordo, apenas, em um que, mal escrevendo o nome, são as criaturas mais mentalicultura; é preciso ligar ao problema econômico, porque se O SR. FERRO COSTA — O pensamento de V. Excia. o homem aprende a escrever, a ler, a pegar o jornal da cidade e a ver empregos em Belém, de dois a três mil cruzeiros, O Sr. Geraldo Palmeira — Um contínuo da Delegacia | êle também virá para a Capital; êle deixará o seu meio, o

seu interior, onde existe a mais negra, a mais amarga das misérias.

Agora mesmo, na região da Estrada, por exemplo, vemos o preço da farinha, o preço do arroz, comprado na folha, no l escuro, ou pago por preço irrisório, enquanto, aqui, na Capital, se compram êsses mesmos produtos pela hora da morte. Ora, nobre Deputado, o que se nota, no interior, é o desencanto do homem pelos Governos, pelos políticos, enfim, um desencanto que êle já compreendeu e sentiu na própria pele. E se Belém, uma cidade de quase quatrocentos mil habitantes, ainda não recebeu êxodo maior dessa população, porque certos fatos históricos e sociais ainda ligam o homem

O SR. FERRO COSTA — Agradeço o aparte de V. à terra. Excia., que veio ilustrar esta modesta oração.

vestimentos do Estado. De um povo inculto, ignorante, não ção Econômica da Amazônia, mas aqui fica o meu apêlo, apelo se pode esperar grande Estado. De um povo inculto, igno- de um Deputado interessado pelos problemas sociais, que virante, não se pode esperar grandes progressos. Numa terra bra, também, pela sua Amazônia, para que se considere, na onde o ensino é apenas arma de política e hão veículo de devida medida, na escala de sua inportância, o problema do cultura e de progresso, sem dúvida alguma, nobre Deputado ensino primário. Sem dúvida alguma, através dos recursos Geraldo Palmeira, que não será possível esperar por mila- do Estado do Pará e demais entidades dos Estados da Amazôgres.

∳%

1

1 1

te e Srs. Deputados, tenho ouvido dizer que o Presidente primária. quer fazer das suas palavras atos concretos, quer tornar efe- rece ser ouvido com tôda atenção por esta Casa. Sôbre a tivo aquilo que disse em memoráveis discursos perante o parte federal, por exemplo, temos um INEP que constrói, povo, que tiveram a solidariedade popular e o alçaram à Magistratura suprema. E se êle quer, realmente, começar a governar, quer tornar uma realidade suas promessas feitas quando candidato ainda, não haverá setor mais fecundo nem obra mais duradoura para isso conseguir do que nesta Amazônia fazer da instrução a viga mestra de seus investimentos. E é preciso que mais uma vez ergamos nossa vozes, porque é triste e doloroso constatarmos que, ao contrário da concretização dessas promessas, já a nação brasileira começa a teza que, lendo um discurso de Assis Chateaubriand, lá veri- Praça 15, esta Amazônia será apenas isto: um instrumento fiquei que entre as referências ao mal inflacionário estavam para receber dinheiro para enriquecer meia dúzia, pois o os investimentos amazônicos discretamente insinuados. Quer que acontece em Belém, é que o dinheiro federal, inflacionáral, precisa, para a sua grandeza, que a voz do povo se le- nobre Deputado, que V. Excia. vê, diàriamente, o contraste vante, que a voz dos seus parlamentares, também, se erga, da vida, em nosso meio — Cadilac ao lado do ônibus larganpara que o Govêrno Federal faça investimentos, aqui, em nossa terra e, quando isto acontece, já se insinuam como inflacionários os grandes investimentos amazônicos, que são as-O Sr. Geraldo Palmeira — Não li o artigo do Sr. Assis andares ao lado de uma construção humilde. sim tratados por aquêle brilhante jornalista.

que está sendo empregado na Amazônia, tem o sentido in- Excia. O nobre colega Deputado Geraldo Palmeira tem muiflacionário, uma vez que, aqui, na sua quase totalidade, é ta razão nas suas críticas. Desafio que qualquer deputado,

por exemplo, em energia elétrica, em melhoria à saúde, em sistema educacional na Amazônia nada de melhoria conseserviços de água encanada, enfim, em serviços públicos que, guiremos. a melhoria das populações. É inflacionário, sim, e negativo ça, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é a depredação contípara a Nação, a pulverização das verbas, das dotações me- nua, é o empobrecimento circulante dessa região, é o desaramente graciosas de apadrinhamentos e favorecimentos po- parecimento da floresta e a capoeira até o quarto ou cuinto líticos. Estas, não voltam para a Nação, não se projetam na ciclo. O menino, que hoje se forma, segue os traços culturais

lorização Econômica da Amazônia, possamos, em todo êsse herdam por tradição e, em consequência, em todo o Estado o imenso Vale, soerguer o nível da nossa instrução, levá-la a mal se generaliza. lhos, adultos ou homens maduros sem o conhecimento não lônia de Guaramucu, cidade criada pelo hoje Senador Maga-

apenas da leitura, mas, também, dos processos culturais avançados. Nesse dia, teremos feito a revolução da recuperação amazônica.

O Sr. Geraldo Palmeira — Mas, infelizmente, o que se vê é a pulverização das verbas. É dinheiro para construir um sino para a Capela de Caratatetua; é dinheiro para uma instituição católica; é dinheiro para uma igreja presbiteriana; é dinheiro para um campo de futebol; é dinheiro para colocar água em tôdas as cidades da Amazônia, como se tivessemos matéria prima e mão de obra para fazer um investimento como êsse. Não se estuda o mercado nem o aspecto do dinheiro decorrente do seu emprêgo em determinadas áreas. Infelizmente, nobre Deputado, é a primeira vez que concordo com o Senador Assis Chateaubriand.

O SR. FERRO COSTA — Sr. Presidente e Srs. De-Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, considero como putados. Deverei, mais uma vez, ser franco e positivo: não Rui Barbosa: a instrução, a educação, é o primeiro dos in- conheço, ainda, o planejamento para êste ano da Valoriza-Se faço este discurso, nesta hora, é porque, Sr. Presiden- ria fundamental da nossa instrução, sobretudo da instrução

O Sr. Geraldo Palmeira — O discurso de V. Excia. metruir escolas no asfalto do Distrito Federal. Vejo escolas, chamadas rurais, de telhas e alvenaria, quando o problema da Amazônia não é êste. Aqui, a escola deve ser mesmo de palha, tôsca. O mal. entre nós, é fazer as coisas pelo fim e não pelo começo. Infelizmente, não consegui, quando o INEP era dirigido por um particular amigo meu, que se o descentralizasse, isto é, que para cada região se entregasse um setor a homens radicado à região. Porque se continuarmos a viver nesta República, onde se fazem as leis na Capital Federal, na

O SR. FERRO COSTA - V. Excia. tem razão.

O Sr. Geraldo Palmeira — . . . um edifício estilo funcional ao lado de uma barraca e um edifício de vinte e três

O SR. FERRO COSTA — Agradeço o aparte de V. investido em bens de consumo e não em bens reprodutivos. que conheça o interior, tenha visto alguma escola rural no O SR. FERRO COSTA — V. Excia. tem razão em al- seu verdadeiro sentido. São escolas rurais apenas no nome, guns aspectos, mas noutros, não. O dinheiro que se investe, sem nenhum sentido social ou educacional. Através dêsse

O que nós verificamos na Estrada de Ferro de Braganhistória, não concorrem para o soerguimento da Amazônia. do pai, porque nessa escala de tradição não se interfere uma Mas, devemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, movi- escola para melhorar a orientação da criança. Os mesmos mentar as nossas energias no sentido de que, através da Va- erros, os mesmos vícios e os mesmos defeitos do pássado êles

Ontem, houve, com grande alarde, a instalação da Co-

Ótimas áreas, região fértil, matas excelentes. Mas o que lêsse desiderato, uma reforma de fundo, uma reforma comverificamos? O que ali se perdeu, através do fogo ou do pleta revolucionária, uma reforma que abale mesmo a esmachado do lenhador, ainda não foi compensado pelo valor trutura do ensino primário, porque dela é que alguma coisa da produção agrícola de lá auferida.

O que hoje se vê em Bujarú? O que se vê na colônia nova | bem e o progresso desta Amazônia. de Capitão Poço, tão querida e estudada pelo Sr. Deputado Stélio Maroja? Nada de prático, porque, entre a tradição do fogo do velho nordestino e a criança que se forma não há pediente. uma interposição da escola primária, no seu verdadeiro sentido. As professoras, muitas vezes, não estão à altura da sua | bre Deputado Moura Carvalho, existe uma vaga na bancada missão. Há falta absoluta de escolas.

Êste, Sr. Presidente, o destino do malfadado interior do Estado.

existe, em construção, uma escola industrial, que é uma ver- neiro, Geraldo Palmeira e Serrão de Castro Filho, a fim de dadeira Babilônia. Nela já foram gastos três milhões ou introduzí-lo no Plenário. quatro milhões de cruzeiros e, para terminar as obras, serão necessários talvez dez milhões de cruzeiros. Quando olhei para aquêle edifício, pensei: Em Mocajuba vão industrializar der a leitura da lista das Comissões Permanentes desta Aso capim. Por que uma escola industrial num bugro daquêle sembléia, para o ano de 1956, ou seja, para o período de 15 em decadência? Talvez em Belém ou em Santo André, a de abril de 1956 até igual data de 1957. cidade mais industrial do Brasil, a qual a obra se justificaria.

O Sr. Stélio Maroja — Dá-me V. Excia, permissão para um aparte, nobre Deputado Ferro Costa? — (Assentimento do orador) — Penso que o nobre colega está tratando de assunto da máxima atualidade. De fato, impõe-se uma reforma capital no nosso sistema de ensino rural. Para quem sai da Capital para o interior e desolador sentir o estado em que se encontram as escolas primárias. A reforma tem que ser profunda, pois o próprio currículo escolar tem que ser modificado.

Lembraria, nesta oportunidade, a observação de um técnico estrangeiro, da FAO, Mr. W. J. Timmer, que percorrendo a zona rural dos Estados do Pará e Amazonas, foi encontrar no lugar Curuçambaba, em Cametá, uma professora perguntar o que era Sintaxe, Prosódia e coisas dêsse mesmo tipo, sem nenhuma relação com o meio em que vivem aquelas crianças.

O SR. FERRO COSTA — Agradeço o aparte de V. Exciaque veio ilustrar êste discurso.

Nas escolas do interior do Pará não é ministrado nenhum conhecimento de adubo ou de qualquer outro elemento sôbre agricultura. Entretanto, o nosso Estado vive, fundamentalmente, da agricultura. É a herança do índio. Temos, portanto, nobres Deputados, que abandonar a tradição.

o Sr. Geraldo Palmeira — Temos, no Estado, um Curso de Férias que não sei se funciona. A Valorização da Amazônia manda seus técnicos estudarem agricultura nos Estados Unidos, quando deveria encaminhá-los ao México, ao Uruguai etc., paises de cultura semelhante à nossa e que estão mais perto de nós, com os vestígios do estado de atrazo em que vivemos. No México, para a realização dêsse curso, as professoras vêm para determinado local da província, onde aprendem a lavar os pés e a escovar os dentes ao amanhecer e ao anoitecer. Aprendem com os técnicos em nutrição a aproveitar os elementos destinados à alimentação. Aprendem com êles o emprêgo na alimentação de raízes, de frutas, de leguminosas e outras variedades, para evitar que aconteça o que sucede com o nosso caboclo, que não come laranja, porque dá febre e tem médio de ver a verde, porque febre tamém dá . . .

O SR. FERRO COSTA — Lutamos, nobre Deputado, à falta de processos novos.

O assunto, Sr. Presidente, é, realmente, importante e que justifica, por isso mesmo amplo estudo. Sou, entretanto, obrigado a encerrar o meu discurso.

Estou com o nobre Deputado Geraldo Palmeira quando afirma que sem o suplemento direto e imediato da SPVEA, nada de positivo poderá ser feito em benefício do progresso,

lhães Barata, quando interventor federal neste Estado. I na defesa da instrução em nosso Estado. Precisamos, para de nova, boa, duradora e construtiva há-de surgir para o

Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a hora do Ex-

Pelo motivo da renúncia do mandato conferido ao nodo Partido Social Democrático.

Estando numa das dependências desta Casa o Sr. Felix Melo, suplente do Sr. Deputado Moura Carvalho, designo O Sr. Geraldo Palmeira — Estive em Mocajuba, onde uma comissão composta dos Srs. Deputados Armando Car-

- INGRESSA NO PLENÁRIO O SR. FELIX MELO.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário vai proce-

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê):

COMISSÕES PERMANENTES — 1956 BENEDITO CARVALHO JORGE RAMOS

P.S.P. — ABEL FIQUEIREDO

U.D.N. — FERRO COSTA

P.T.B. — ELIAS PINTO

P.R. — ACIOLI RAMOS

COMISSÃO DE FIANAÇAS

P.S.D. — DIONISIO BENTES DE CARVALHO BENEDITO CARVALHO ARMANDO CARNEIRO

P.S.P. — STÉLIO MAROJA

U.D.N — JOÃO JIANNA

P.T.B. — AMERICO SILVA

COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E CULTURA

P.S.D. — WALDEMIR SANTANA ANIBAL DUARTE

P.S.P — VITOR PAZ

P.R. — GURJÃO SAMPAIO

U.D.N. — WILSON AMANAJÁS

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, E COMÉRCIO

P.S.D. — SANTINO SIROTHEAU CORRÊA FELIX MELO

P.S.P. — SERRÃO DE CASTRO FOLHO

U.D.N. — REIS FERREIRA

P.T.B. — AMÉRICO SILVA COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTE E VIAÇÃO

P.S.D. — ARMANDO CARNEIRO

ACINDINO CAMPOS

P.S.P. - SIMPLIANO MEDEIROS

U.D.N. — AVELINO MARTINS

P.T.B. — ELIAS PINTO

COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS

P.S.D. — MOURA PALHA

MAX PARIJÓS P.S.P. — FERNANDO MAGALHĀES

U.D.N. — REIS FERREIRA

P.T.B. — ELIAS PINTO

O SR. PRESIDENTE — Feita a leitura da lista das Comissões Permanentes desta Assembléia, submeto-a à apreciação do Plenário. (Pausa) Ninguém querendo se manifestar, declaro-a aprovada.

Existe sôbre a Mesa um convite a esta Assembléia, para que se faça representar na cerimônia da colação de gráu das professoras do Instituto de Educação do Pará. Por êsse motivo, designo uma comissão composta dos Srs. Deputados

Acindino Campos, Abel Figueiredo e Antonio de Sousa para J representarem esta Casa naquela solenidade.

Vamos passar à

- 🖟

1.a parte da Ordem do Dia

O SR. PRESIDENTE — Não havendo pareceres a ser lidos, faculto a palavra aos Srs. Deputados, para apresentação de projetos de lei ou re resolução.

O Sr. Geraldo Palmeira — Peço a palavra, Sr. Presi-

dente. O SR. PRESIDENTE - V. Excia. tem a palavra.

O SR. GERALDO PALMEIRA — Sr. Presidente. Srs. Deputados. Desejo submeter à apreciação desta ilustre Assembléia um projeto de lei, estendendo as vantagens da chamada lei da praia aos oficiais e praças da polícia militar. (Lê):

"Justificativa

Êste projeto visa apenas aplicar aos membros da gloriosa Polícia Militar do Estado, cuja tradição enche de orgulho aos que conhecem os seus feitos, os benefícios das leis federais 288, de 8 de junho de 1948, tados. (Lê) modificada mais tarde pela de n. 616 de 2 de fevereiro de 1949, da Lei 1.156, de 12 de junho de 1950.

A nossa Constituição Federal, no seu art. 183, diz: "As Polícias Militares, instituidas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e o no Distrito Federal, são consideradas, como fôrças auxiliares, reservas do exercício".

O seu parágrafo único está assim redigido: "Quando mobilizado a serviço da União, em tempo de guerra externa ou civil, o seu pessoal gozará das mesmas atribuidas ao pessoal do Exército".

Por mais que se diga e se ploclame que a chamada Lei da Praia ou Praieira, instituida para beneficiar os que tenham participado das operções de guerra também tenha estendido seus benefícios e vantagens a muita gente que fez a última guerra passeando pela praia, o que não deixa dúvida é que, por sua vez, ela estendeu suas vantagens às Polícias Militares, conforme o preceito constitucional acima cita-

Mais imoral seria deixar que de seus benefícios do. só gozem os militares das 3 armas: Exército, Mari-

nha e Aeronáutica. Em numerosos Estados, mesmo com a susência de legislação estadual, os Tribunais estão reconhecendo êsse direito e condenando o Poder Público a pagar essas vantagens.

Sendo hoje, matéria considerada pacífica, não interessa ao Estado discutir a constitucionalidade cu não da medida, porque de uma ou de outra forma, mais cedo ou mais tarde, terá que atender os benefi-

ciciados pela lei. Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em 18 de abril de 1956.

(a.) GERALDO PALMEIRA, Deputado.

Projeto de lei

Dispõe sôbre a concessão de vantagens aos oficiais e praças da Polícia Militar que participaram de operações de guerra.

A Assembléia Legislativa do Estado do Pará, estatui e eu sanciono a seguinte:

Art. 1.º Os oficiais e praças da Polícia Militar do Estado que serviram na zona de guerra, definida e delimitada pelo artigo 1.º do decreto federal n. 10490 — A, de 25 d€ setembro de 1942, terão, para fins de reforma ou transferência para a reserva, direito à contagem em dobro dêsse tempo de serviço e serão, a data em que sereformarem ou se inativarem, promovidos ao posto ou graduação imediata, com d'inito aos vencimentos e vantagens integrais.

o Estendem-se os benefícios desta lei aos militares convocados que já tenham sido reformados ou transferidos para reserva.

Art. 2.º Ficam reconhecidos os direitos dos militares já falecidos.

Art. 3.º Os dispositivos desta lei se aplicam ex-officio, independe de requerimento do interessado.

Art. 4.º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estalo do Pará, em 18 de abril de 1956.

(a.) GERALDO PALMEIRA, Deputado.

O SR. TRESIDENTE — Continua a palavra facultada para a apresentação de projeto de lei ou de resolução.

o Sr. Stélio Maroja — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia, tem a palavra.

O SR. STÉLIO MAROJA — Sr. Presidente. Srs. Depu-

Justificação

1 — A Associação Rural de Ourém oferece, no meio rural dêste Estado, promissor exemplo do sucesso do associativismo rural, quando conduzido de forma objetiva, por líderes dotados de espírito público.. Fundada há dois anos, ela reune, presentemente, mais de 400 agricultores. O acôrdo do serviço da entidade, em seu curto ciclo vital, é apreciável, destacando-se o seu valioso trabalho no loteamento da Colônia Capitão Poço, na revenda da máquina e implementos agrícolas, na localização de antigas posses, etc.

2 — A Associação Rural de Ourém, dentro de seu programa de trabalho, que objetiva beneficiar os lavradores do Município, adquiriu, no ano passado, na Secretaria de Produção, uma poderosa máquina de beneficiamento de arroz, no valor de Cr\$ 120.000,00. vujo pagamento vem efetuando parceladamente, com os recursos constituidos pelas contribuições de seus associados. No entanto, faltou-lhe elementos para levar a têrmo o empreendimento, com a construção deum galpão em que possa montar o equipamento já adquirido.

3 — O presente projeto de lei objetiva levar a contribuição do poder público a uma realização cuja finalidade é a de proporcionar o beneficiamento da produção agrícola, no próprio local da produção. Trata-se de finalidade cuja significação econômica é evidente, razão por que solicitamos para a presente proposição a melhor atenção desta Casa.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado(em 18 de abril de 1956.

(a) Stélio Maroja, Deputado.

Projeto de lei

Concede auxílio de Cr\$ 50.000,00 à Associação Rural de Ourém, como cooperação do Estado para a instalação de moderna usina de beneficiamento de arroz, naquele município.

A Assembléia Legislativa do Estado estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica instituido, no corrente exercício, um auxílio de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), à Associação Rural de Ourém, como cooperação do Estado para a instalação, naquele município, da moderna usina de beneficiamento de arroz.

Parágrafo único A usina de beneficiamento de arroz de que trata a presente lei atenderá aos agricultores filiados à Associação Rural de Ourém, mediante condições estabelecidas pela entidade beneficiada e sujeitas à aprovação da Secretaria de Produ-

ção.

Art, 2.º O pagamento do auxílio instituido por esta lei será efetuado após a apresentação, pela sociedade beneficiada, de documentos comprobatórios de sua existência legal e funcionamento, de propriedade do terreno em que deverá ser montada a usina e do orçamento da construção.

Art. 3.º O auxílio a que se refere o artigo 1.º correrá à conta dadotação constante da tabela n. 62 do orçamento em vigor, sob as rubricas "Fomento Econômico em geral" — "Despesas — Diversas", para aplicação conforme plano a ser estabelecido.

Art. 4.º A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado, em 18 de abril de 1956.

(a.) Stélio Maroja, Deputado. O Sr. Avelino Martins — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. AVELINO MARTINS — Sr. Presidente. Srs. Deputados. Igarapé-Açú, município da zona bragantina, é, sem dúvida, um dos mais prósperos daquela região.

Na sede daquele município, encontramos o Cônego Calado que, há quarenta e oito anos, vem dando parte de sua vida em prol do catolicismo, lutando com sacrifícios que sòmente os que o conhecem podem avaliar a extensão de sua obra.

Atualmente, aquêle sacerdote está empenhado na construção da Igreja de São Sebastião, chegando mesmo a construir cinquenta mil tijolos de adubo para empregar naquela construção.

Dai porque, reconhecendo a grandiosidade de sua obra é que apresento o seguinte : '(Lê)

Projeto-de-lei n.....

sanciono a seguinte lei:

pio do mesmo nome.

rão à conta dos recursos disponíveis do Estado.

tado, em 18 de abril de 1956.

(a) AVELINO MARTINS, Deputado.

para apresentação de projeto-de-lei ou de resolução. (Pausa) do Pará. Os Juizes mandaram apurar as urnas de Moca-Como ninguém mais deseja se manifestar, a palavra fica juba, e o que vimos: os redutos do Senador Magalhães facultada para apresentação de requerimentos.

Presidente.

sabe muito bem da necessidade da estreda de rodagem do ral para um clima de nervosismo, que foi sòmente o que lugar Tessalônica à cidade de Irituia, sede do município do hours em Mocajuba... (compartilhando) mesmo nome. Por issto, é que apresento o seguinte soquerimento: (Lê)

"Requerimento

Requeiro que ,ouvido o plenário, seja oficiado ao Sr. Dr. Governador do Estado para que seja incluído no Plano do Departamento de Estradas de Rodagem para a imediata construção da estrada da cidade de Irituia ao lugar Tessalônica de Igarapé-açu de Cima, município do mesmo nome.

Sala das sessões da Assembléia Legislativa do Estado, em 18 de abril de 1956.

(a) AVELINO MARTINS".

O SR. PRESIDENTE — Vamos passar à discussão e votação dos requerimentos em pauta.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Armando Carneiro, que ficou inscrito para continuar o seu discurso sôbre o Requerimento n. 433.

O SR. ARMANDO CARNEIRO — Sr. Presidente. Srs. Deputados. Ontem, de u'a maneira estranha, S. Excias., os Srs. Deputados Accioli Ramos e Avelino Martins, invocando o Requerimento n. 433, de autoria do Sr. Deputado Fernando Magalhães, atacaram, rude e dràsticamente não só o Capitão Maravalho Narciso Belo e o Tenente Hugo Delayt, como também a S. Excia. o Sr. Ministro da Guerra, General Teixeira Lott.

O Sr. Avelino Martins — V. Excia está equivocado. Não cheguei ainda no Capitão Maravalho.

O SR. ARMANDO CARNEIRO — Falei, nobre Deputado, em V. Excia. e o Sr. Deputado Accioli Ramos.

O Capitão Maravalho Narciso Belo é daqueles que, chegando ao Estado do Pará, simpatizou com a causa que eu também simpatizei, cuja bandeira foi e continua sendo desfraldada, no território paraense, pelo General Magalhães Barata e por isso, simplesmente por isso, é que S. Excia. o referido Capitão, está sendo, de vez em quando, chamado de capanga e de desordeiro. Se S. Excia estivesse da banda de lá, seria um bom moço, seria um anjinho decolando para as delícias do Paraiso, mas como S. Excia. está no Partido Social Democrático, é um homem máu, um Frankstein, é um capanga, é um desordeiro. O Capitão Maravalho Nar-Autoriza o Govêrno do Estado a abrir o ciso Belo, não me consta nem consta na história política pacrédito especial de cinquenta mil cruzeiros raense, que tenha feito uma desordem sequer. Poderíamos (Cr\$ 50.000,00), como auxílio à construção da chamar unicamente de desordem um atrito que passou em Igreja de São Sebastião, na cidade de Iga- Castanhal quando o Dr. Péricles Guedes, tendo sido viorapé-açu, município do mesmo nome. lentamente atacado, teve de se defender a bala e, como o A Assembléia Legislativa do Estado estatui e eu Capitão Maravalho estava presente, o desordeiro foi êste...

O Tribunal Regional Eleitoral, se é que me permitam Art. 1.º Fica autorizado o Govêrno do Estado a V. Excias. a minha sinceridade de moço, após as eleições de abrir o crédito especial de cinquenta mil cruzeiros, 3 de outubro de 1955, colaborou, por meio de algum de seus (Cr\$ 50.000,00), como auxílio à construção da Igreja elementos, para que houvessem no Estado do Pará, eleições de São Sebastião, na cidade de Igarapé-açu, munici- suplementares, pois que tendo à sua frente documentos que comprovavam que as urnas de Mocajuba haviam sido tro-Art. 2.º As despesas decorrentes desta lei corre- cadas, de vez que tinham sido registradas no Correio de Mocajuba sob o número de registro e as que estavam no Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de Tribunal não tinham o sinete do Departamento dos Correios sua publicação, revogadas as disposições em contrário. e Telégrafos. Havia certidões, que foram mostradas, mas o , Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Es-Tribunal, não sei por que, não sei qual o interêsse dos Srs. Juizes, sòmente êles, as suas consciências podem falar, resolveram de u'a maneira contrária, como disse um jornal de O SR. PRESIDENTE — Continua a palavra facultada Pernambuco, falando sôbre o Tribunal Regional Eleitoral Barata negarem fogo, não terem votado em S. Excia. Foi O SR. AVELINO MARTINS — Peço a palavra, Sr. assim Tucuruí, e prova agora mesmo estamos vendo, nas eleições para Prefeito, quando uma urna é aberta, a mesma Continuando na justificativa do requerimento que vou que deu dois votos para o senador Barata e noventa e tantos apresentar, requerimento que é um desejo dos colonos resi- para o Dr. Epílogo de Campos, dá agora, cento e vinte e dentes no lugar Igarapé-açu de Cima, no Município de Iri- seis para o candidato do P.S.D. e dois votos para o candidato tuia, devo declarar que quem conhece como é o mesmo, da Coligação.. Compartilhando o Tribunal Regional Eleito-

Compartilhando com um juiz venal, repito, resolveu mandar que as eleições em Mocajuba fôssem realizadas sem

vessem seus títulos em mãos. Isso é público e notório. No pleito naqueles municípios. entanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, queria a Coligação Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, como já tive a Democrática Paraense, queria o Sr. Deputado Fernando oportunidade de declarar, há evidente equívoco do nobre Magalhães, queria o Sr. Deputado Acioli Ramos que o Parti- Deputado Fernando Magalhães, quando se refere a êsses do Social Democrático deixasse seus eleitores do interior, acontecimentos. num mar agitado, sem possibilidades para o exercício do voto.

restam apenas cinco minutos.

querimento.

Não houve mortes e nem feridos. Não houve desordem. partidária. Cinco juizes regressaram a esta Capital, onde declararam que assim haviam procedido porque o clima era de coação cial Democrat co, cujos títulos estavam, como ainda estão, por parte do Juiz Levy Hall de Moura.

existem uns moços com fama de valentes e que, no dia 1.º presentantes da justiça, que estavam sendo seguidos e ameade abril resolveram se deslocar para o Guamá, sendo que çados de morte por elementos pertencentes ao Partido Social um dêles compareceu armado dentro da secção eleitoral. Democrático. Quero me rerefir ao Sr. Demósthenes Azevedo Filho, que se intitulava oficial da Aeronáutica. Em vista disso, o Coro- que os Srs. Juízes que para ali foram nomeados reconhecenel Hugo Delayti foi chamado para que pedisse as creden- ram que havia uma coação contra eleitores de uma facção ciais daquele senhor.

Quem foi o desordeiro? Quem foi o atrabiliário? Quem usou da farda para coagir o eleitorado? Na opinião dos porque êsse partido apenas usou de um direito que lhe é membros da Coligação Democrática Paraense, foi o Coronel facultado pela lei federal, remetendo, para aquêle interior, Hugo Delayte.

Se o tempo me permitisse, Sr. Presidente, eu iria, mesmo pleito que, ali ia se realizar. sem procuração, defender, das acusações que lhe foram feitas pois reconheço que, no dia 11 de novembro, o que houve da substitutiva ao Requerimento n. 431, ora em discussão: foi um golpe preventivo, para que a nossa democracia não (Lê) fôsse posta abaixo por vários militares que pretendiam não deixar que o atual Presidente da República tomasse posse.

Ao invés de o Sr. Deputado Fernando Magalhães ter apresentado êste requerimento, devia dizer o que foi fazer, às duas horas da madrugada, de lanterna em punho, na casa do juiz que ia proceder às eleições em Cuinarana.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o requerimento. (Pausa) Não havendo mais quem se manifeste, em votação, Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. Rejeitado. (Lê):

"Requerimento n. 431, de autoria do Sr. Deputado Fernando Magalhães, a fim de que esta Assembléia oficie aos Srs. Presidente e membros do Tribunal Regional Eelitoral, hipotecando a sua irrestrita solidariedade diante da afronta sofrida pelos juiízes e seus representantes, por ocasião das eleições suplementares nos municípios de Bujaru e Mocajuba, e solicitando providências no sentido de serem punidos os implicados nos lamentáveis acontecimentos que culminaram pelo impedimento do pleito naqueles municípios."

- O Sr. Benedito Carvalho Peço a palavra, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE Com a palavra o Sr. Deputado Benedito Carvalho.
- O SR. BENEDITO CARVALHO (Da bancada) Sr. Presidente. Srs. Deputados. O Requerimento n. 431, em discussão, é o último da série de três apresentados pelo Sr. Deputado Fernando Magalhães, a respeito dos acontecimentos que se desenrolaram em Mccajuba, Bujaru e Marapanim.

Pede que esta Assembléia oficie aos Srs. Presidente e membros do Tribunal Regional Eleitoral, hipotecando a sua irrestrita solidariedade, diante da afronta sofrida pelos juizes e seus representantes, por ocasião das eleições suplementares dos municípios de Bujaru e Mocajuba, e solicitando providências no sentido de serem punidos os implicados nos lamentá-

que os correligionários do Senador Magalhães Barata ti- veis acontecimentos que culminaram pelo impedimento do

A imprensa paraense, com a fertilidadae de notícias acêrca do pleito suplementar, deu a conhecer, de maneira a O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre orador que não deixar qualquer dúvida, que o pleito, em Mocajuba, deixou de ser realizado, porque cinco Srs. Juízes togados O SR. ARMANDO CARNEIRO — Para lá foram o Capi- que para ali foram nomeados pelo Tribunal Regional Eleitão Maravalho e o Sargento Lima, como diz o autor do Re- toral, entenderam de não levá-lo a efeito, por reconhecerem a coação que estavam ali sofrendo eleitores de uma facção

Esses eleitores, evidentemente, pertencem ao Partido Soem mãos do Julz Levy Hall de Moura, ex-titular da comarca O que se passou com o Coronel Hugo Delayti, eu já tive de Cametá. Passaram às mãos do Pretor e, depois, ainda, às a oportunidade de explicar em outra ocasião: em Marabá mãos do Suplente de Pretor, fazendo querer crer, êsses re-

Ora, Sr. Presidente, se a eleição não se realizou, foi porpartidária.

Nenhuma culpa coube ao Partido Social Democrático, delegados e fiscais como seus representantes para assistir ao

Assim, apresento a V. Excia., a fim de submeter à conpelo Sr. Deputado Avelino Martins, o General Teixeira Lott, sideração dos ilustres membros desta Casa, a seguinte emen-

Substitutivo

Apresento o seguinte substitutivo ao requerimento ora em discussão, de autoria do nobre deputado Fernando Magalhães:

Que a Assembléia dirija os seus veementes aplausos aos dignos Juizes de Direito Drs. Washington Costa Carvalho, da Comarca de Abaetetuba; Eduardo Mendes Patriarca, da Comarca da Vigia; Francisco Miguel Belúcio, da Comarca de Alenquer; Reinaldo Xerfan, da Comarca de Óbidos e Oswaldo Pojucan Tavares, da Comarca de Ponta de Pedras, pela atitude viril, patriótica e de alto senso de Justiça que tomaram, retirando-se da cidade de Mocajuba, no domingo, dia 25 de março, para não presidirem, na qualidade de juízes designados pelo TER, Mesas Receptoras onde seriam fatalmente realizadas eleições fraudulentas, uma vez que a maioria dos títulos dos eleitores que sete secções que ali iriam ser renovadas, estavam criminosamente retidos pelo ex-juiz titular da Comarca de Cametá, Sr. Levy Hall de Moura, da qual é têrmo aquêle município.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado, 18 de abril de 1956.

(a) BENEDITO CARVALHO, Deputado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão a emenda substitiva ao Requerimento n. 431, apresentada pelo Sr. Deputado Benedito Carvalho. Os Srs. Deputados que a aprovam, queiram permanecer sentados. Aprovada. (Lê):

"Requerimento n. 432, de autoria do Sr. Deputado Stélio Maroja, solicitando que esta Assembléia dirija veemente apêlo ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização, solicitando providências urgentes para que seja realizado o loteamento das terras de Calânia de Monte Alegre, como medida essencial. à fixação do rurícola na região".

"Requerimento n. 1, de autoria do Sr. Deputado Elias Pinto, propondo as seguintes providências:

1 — dirigir-se esta Assembléia ao Sr. Ministro da Agricultura, solicitando a instalação de uma Agênos fundos necessários para operações cooperativas e tados. Aprovado. agricolas, em bases que beneficiem o trabalho rural na produção de alimentos :

o Ministro da Agricultura entre em imediato enten- nesta Casa. dimento com a subcomissão de Crédito e Comércio da SPVEA, no sentido de que, as verbas consignadas obedecem a três condições especiais. no orçamento de crédito dessa Superintendência, para assim esteja ela instalada;

3 — que não sendo viável, no momento, a instalação da mencionada Agência do BNCC, em Belém, que a Assembléia Legislativa do Pará encareça os bons ofícios do Sr. Ministro da Agricultura, para que o BNCC, sediado na Capital Federal estude a possibilidade do financiamento de cinco milhões de cruzeiros à Cosperativa Central do Crédito do Pará, que rência e urgência." se encontra paralisada, mas podendo ser prontamente

votação. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram ficar primeiro lugar da colocação 1.2 pauta. sentados. Aprovado. (Lê):

"Requerimento n. 2, de autoria do Sr. Deputado de interstício, o que o regimento não adota. (Lê): Wilson Amanajás, solicitando seja dirigido veemente apêlo dêste Legislativo à Valorização Econômica da Amazônia, no sentido de ser estendida à cana de açucar em nesso Estado o mesmo interêsse e ajude dados tão oportunamente ao guaraná, sugerindo a zona de Abaetetuta e Igarapé-Miri, para realização dos estudos preliminares."

Em discussão. (Pausa) Como ninguém deseja se manifestar, em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram ficar sentados. Aprovado. (Lê):

Amarelo, na PA-24, a Santarém Novo."

Em discussão. (Pausa). Como ninguém se manifesta, tornando igual aos outros. em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram ficar sentados. Aprovado. (Lê):

"Requerimento n. 4, de autoria do Sr. Deputado mais de 43 horas nessa Repartição, a fim de que, haver o cumprimento regimental. com isso, não venha interromper a boa ordem des pagamentos feitos pela Secretaria de Finanças."

Em discussão. (Pausa) Como ninguém deseja se maniram ficar sentados. Aprovado. (Lê):

Serrão de Castro, no sentido de ser oficiado ao Sr. e apresentem um projeto do novo Regimento a esta Casa. Comandante da 1.ª Zona Aérea, transmitindo o Plano de Obras da FAB, do corrente ano, a recupe- sanar essa lacuna que encontramos todos os dias. ração do Campo de Aviação de Cametá".

Em discussão. (Pausa) Como ninguém se manifesta, es E.s. Deputados que aprevam, queiram ficar sentades. Aprovade. (Lê):

"Requerimento n. 6, de autoria do Sr. Deputado Serrão de Castro, selicitando seja transmitido o vivo apêlo desta Casa à SPVEA, no sentido de ser inclucida, no orçamento de 1957, a organização de uma Colônia Agrícola na estrada de Cujó, em terras do Estado.''

Em discussão. (Pausa) Como ninguém se manifesta, cia do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, com cs Srs. Deputados que aprovam, queiram ficar sen-

O SR. PRESIDENTE — Antes de entrar na 2.ª parte da Ordem do Dia, quero aproveltar a oportunidade para fazer 2 — que, para realização dêsse órgão financiador, um esclarecimento sôbre o assunto que foi ventilado ontem,

Os prejetes de lei, quando são trazides a êste Plenário,

A primeira, quando o projeto passa mais de quinze dias os exercícios de 1956 a 1959, sejam transferidos para em uma das Comissões, e esta não remete ao Plenário, o a Agência do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Deputado poderá solicitar que o mesmo seja enviado a Plenário, independente de qualquer parecer.

Diz o parágrafo único do artigo 79. (Lê):

"Se, nesta hipót∋se, tratar-se de matéria sôbre a qual resolva a Assembléia não prescindir de parecer, voltará o projeto à Comissão de origem, para opinar no prazo improrrogável de cinco dias".

A outra parte interessante é a que se refere à "Prefe-

A preferência, como V. Excia. sabem, é para o projeto reorganizada pelo Departamento de Cooperativismo que, colocado em pauta, quanto tenha — digamos — trinta projetos, e ao Deputado interessa o da ordem e cinco, êst : Em discussão. (Pausa) Como ninguém se manifesta, em pedirá preferência para êsse projeto, que poderá passar ao

Quanto à urgência, que nada mais é do que a dispensa

"Art. 177. Urgência é a dispensa de exigências regimentais para ser, determinada proposição, discutida e votada.

§ 1.º Não se dispensam as seguintes exigências.

I — Número legal.

II — Impressão, com distribuição em avulso.

III — Permanência da proposição em pauta pelo prazo mínimo de vinte e quatro horas."

Ora, Srs. Deputados, parece-me que requerimento de urgência está obrigado a tôdas as exigências regimentais, a "Requerimento n. 3, de autoria do Sr. Deputado um processo comum e não é dispensado coisa alguma. Éle Stélio Maroja, para que esta Assembléia se dirija i obrigado a vir a Plenário, conforme já disse aqui. E' ao Sr. Governador do Estado, sugerindo que reco- preciso número legal, impressão e distribuição em avulso, mende ao Departamento de Estradas de Rodagem depois de vinte e quatro heras de pauta. Portanto já são a construção da ligação rodoviária do lugar Pau quarenta e oito horas e é preciso obedecer a três discussões, onde é que está a urgência dêsse processo? Já que está se

Há um ponto que diz quando o processo está em urgência, não pode vir a discussão.

Vou provar que pode. Um processo é pedido a Plená-Acindino Campos, pedindo seja oficiado ao Sr. Go- rio, sem ter sido publicado em avulso, sem vinte e quatro vernador do Estado, no sentido de que determine ao horas de pauta, que exige o Regimento. Volta à Secretaria Serviço do Pessoal a não permanência das fôlhas de para observar tudo isso. Portanto, o projeto de urgência pagamento dos funcionários desta Assembléia por pode voltar do Plenário e voltar a uma das Comissões para

Desta maneira, não é o primeiro, nem o segundo que tem vontade que faça a reforma do Regimento.

Nestas condições, quero aproveitar a oportunidade, de festar, em votação, os Srs. Deputados que aprovam, quei- vez que há grandes lacunas e artigos coincidindo com outros, o primeiro desfazendo o segundo, e vice-versa, proponho uma "Requerimento n. 5, de autoria do Sr. Deputado cemissão de todos os lideres das bancadas para que estudem

Assim, submeto a proposta desta Presidência à discussão veemente apêlo desta Casa, a fim de ser incluido no e votação do Plenário a reformo de nosso Regimento, para

O Sr. Geraldo Palmeira — Peço a palavra, Sr. Presi-

O SR. PRESIDENTE — V. Excia tem a palavra.

O SR. CIRALDO PALMETRA - Sr. Presidents.

O SR. PRESIDENTE — Pode, como disse a V. Excia., porém ainda é facultado ao Plenário fazer voltar à Comissão de crigem, para dar parecer no prazo de cinco dias.

O SR. GERALDO PALMEIRA — Grato pela informação de V. Excia.

O Sr. Stélio Maroja — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia, tem a palavra.

palavra para pedir a observância do artigo 71 e seu § 1.º. | receu uma e nenda, que não chegou a ser julgada, asssim Terminada a 1.ª parte da Ordem do Dia e a discussão como não chegou também a ser julgado o voto do relator.

da matéria constante da pauta, há possibilidade de apresentação de requerimentos pelos Srs. Deputados.

a V. Excia, que me permitisse apresentar um requerimento. lator. O SR. PRESIDENTE — Perfeitamente.

tados. Há alguns dias os jornais desta Capital noticiaram devolvido à Comissão de Justiça. angustioso apêlo das professoras do Grupo Escolar de Baião ao Govêrno do Estado, fazendo sentir que aquêle próprio dente. estadual estava em situação de ruina. Dias após, teve-se notícia de que, em virtude do estado do prédio em que ordem religiosa.

trução de um grupo escolar em Baião. E' de fazer sentir sôbre o Montepio dos Funcionários Públicos do Estado. Toque esta Assembléia já votou um projeto, no ano passado, davia, embora, ĉste projeto-de-lei ainda se encontre em fase autorizando o Govêrno do Estado a construir êsse grupo, em de não receber emendas, uma vez que apenas a 1.ª discussão Baião.

submetido ao Plenário, que é o seguinte. (Lê):

Requerimento

Requeiro que, ouvido o plenário, dirija-se esta Estado. Assembléia Legislativa do Exmo. Sr. Governador do ção, de uma ordem religiosa.

Estado, 18 de abril de 1956.

(a) STÉLIO MAROJA, Deputado.

O Sr. Benedito Carvalho — Quero informar a V. Excia. Baião.

é de máxima urgência, de modo que o apêlo ao Govêrno concordar com a preliminar levantada por mim neste Plenádo Estado poderá ter efeitos mais imediatos. E' a razão do rio, de que, até então, não estava, como, até hoje não está, requerimento que apresentei.

O Sr. Benedito Carvalho — Consulto a V. Excia. se o requerimento traduz apenas um apêlo.

O SR. STÉLIO MAROJA — E' um apêlo ao Govêrno do Estado.

O SR. PRESIDENTE -- Continua a palavra facultada a quem dela queira usar para apresentar requerimentos. (Pausa) Não havendo mais quem se manifeste, comunico ao Plenário que ficou organizada uma Comissão composta dos Srs. Deputados: é aquêle que diz respeito à concessão de líderes de tôdas as bancadas para oferecer a reforma do pensões às viúvas e aos flhos de qualquer condição. Rela-Regimento Interno da Casa.

Vamos passar à

1. 16

2.a parte da Ordem do Dia

1.ª discussão do projeto-de-lei constante do Processo n.

O SR. MOURA PALHA — (Pela ordem) — Sr. Presidente. E' apenas para indagar se o presente projeto-de-lei sofreu parecer por parte da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE — Vou enviar o processo às mãos de V. Excia. (Pausa).

O SR. MOURA PALHA -- Verifico, Sr. Presidente, que o processo tem apenas o voto do seu ilustre relator e depois, O SR. STÉLIO MAROJA — Sr. Presidente. Pedi a foi dado vista para o Sr. Deputado Jorge Ramos, que ofe-

Nestas condições, para um estudo melhor do assunto, levanto a prel m nar para que seja devolvido o processo à Co-De modo que, antes de passarmos à 2.ª parte, pediria missão de justiça, a fim de que seja julgado o voto do re-

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Deputado Moura Palha O SR. STÉLIO MAROJA — Sr. Presidente. Srs. Depu- levantou a preliminar para que o processo em discussão seja

o Sr. Benedito Carvalho — Peço a palavra, Sr. Presi-

O SR. PRESIDENTE --- V. Excia. tem a palavra.

O SR. BENEDITO CARVALHO — Sr. Presidente. Srs. funciona o Instituto Nossa Senhora da Conceição, de uma Deputados. Inicialmente, quero declarar que estou de pleno acôrdo com a preliminar levantada pelo nobre Deputado Nestas condições, torna-se absolumente urgente a cons- Moura Palha, referentemente ao Processo n. 346, que dispõe está sendo travada, ainda, neste Plenário, com referência Assim sendo, trago um requerimento que, peço, seja ao mesmo reservo-me o direito de, desde agora, fazer algumas considerações em tôrno do Projeto, que é de magna importância para o funcionalismo público civil e militar do

Ora, Sr. Presidente, participei de dois Congressos de Estado, sugerindo a inclusão no plano de obras do Municípios e de uma Conferência Rodoviária no Rio de Jacorrente exercício, à conta da verba global para neiro, e assunto idêntico ao que diz o Art. 7.º do projeto-deconstrução de próprios estaduais, constante do orça- lei, foi levantado pelo engenheiro Gumercindo Penteado, mento, em vigor, a construção do Grupo Escolar de aljás, já falecido, sôbre a questão da interpretação da con-Baião, uma vez, que o prédio em que o mesmo dição jurídica, como entidade pública, dos Departamentos vinha funcionando está em ruinas, obrigando, como Estaduais de Estradas de Rodagem. Até hoje, apesar de foi noticiado pela imprensa, a transferência das aulas estudos procedidos nesse sentido, não se chegou a uma conpara o prédio do Instituto Nossa Senhora da Concei- clusão definitiva se os Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem são realmente repartições subordinadas ao Es-Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do tado, no que diz respeito à nomeação de seus funcionários, com exceção do seu Diretor, que é nomeado pelo Govêrno estadual.

No bôjo dêste projeto-de-lei se inclui, como fonte de que logo após essa notícia publicada pola imprensa, de que renda, a receita arrecadada do montepio do funcionalismo a escola de Baião estava em ruínas, e que houve um abaixo- público que milita no Departamento de Estradas de Rodaassinado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, apresente a gem. Parece-me uma anomalia, que deve ser corrigida a esta Assembléia um projeto-de-lei, que deve estar na Co-| quando da 2.ª discussão dêste projeto-de-lei, em Plenário. missão de Justiça, autorizando a construção de um prédio, O nobre Deputado Ferro Costa, em certa ocasião, em aparte pela verba própria, do Orçamento, para o Grupo Escolar de que honrosamente me foi concedido, a quando da discussão da situação jurídica do Departamento de Estradas de Roda-O SR. STÉLIO MAROJA --- Eu entendo que o assunto gem, no início desta Legislatura, teve ocasião também de esclarecida a situação jurídica dêsse Departamento.

Assim, a inclusão do Departamento de Estradas de Rodagem, como fonte de receita para contribuição à Caixa de Montepio dos Funcionario Públicos do Estado, é, evidentemente, um caso a estudar por ocasião da volta do processo à 2.ª discussão, neste Plenário.

Há outro fato que convém ressaltar, Sr. Presidente e cionando-se uma matéria à outra, quero lembrar que, realmente, êste lado humano do projeto deve merecer a consi-

Apresentei, no início desta Legislatura, um projeto-de- Estado uma renda substancial. deração da Casa. do salário-família aos filhos de qualquer funcionário. A deverão verificar que, ao tempo do Govêrno do Dr. José lei a esta Assembléia Legislativa, entendendo os benefícios minha propositura-de-lei, por uma questão de economia, Malcher, foi estendido o tributo de vendas e consignações creio eu, foi vetada pelo che e do Poder Executivo. Enten- aos combustiveis, o que não é mais possível, em virtude de dia êle que só os filhos legít mos tinham direito à percepção preceito constitucional. reconhece aquêle direito, através da Caixa de Montepio dos ve ao Estado aquilo que êste perdeu de sua renda, pela Funcionárics do Estado.

O Sr. Geraldo Palmeira -- O projeto-de-lei de V. Excia.

Deputado. Infelizmente, foi vetado na sua totalidade. Daí estão sujeitos aos Estatutos dos Funcionários Públicos do eu estar extranhando, agora, a redação do art. 7.º, que inclui Estado? os funcionárics do Departamento de Estradas de Rodagem como fonte contribuinte para a Caixa de Montepio dos mento é aprovado pelo Govêrno do Estado. Funcionários do Estado.

de, na ocasião oportuna, apresentar algumas emendas ao contribuições aplicadas pelo Estado para efeito jurídico? projeto-de-lei cuja preliminar, de autoria do Sr. Deputado Moura Palha, estamos d'scutindo.

minar do Sr. Deputado Moura Palha.

O Sr. Geraldo Palmeira — Peço a palavra, Sr. Presi-

dente. Geraldo Palmeira.

ao nobre líder da bancada do Partido Social Democrático e ao Sr. Deputado Benedito Carvalho. No projeto, segundo tivemos oportunidade de verificar, existe uma emenda que não recebeu pareceres, não só da Comissão de Constituição e Justiça, como de outras Comissões técnicas desta Casa.

dar uma figura jurídica aos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem, não sabemos se constituem um corpo au- municípios. tárquico ou, apenas, um departamento do Govêrno do Estado ou da União.

caram fora da legislação.

tado Geraldo Palmeira, porque neste projeto-de-lei, como pelo Estado, na elaboração das leis peculiares. foi realçado pelo Sr. Deputado Benedito Carvalho, há a inclusão dos filhos llegítimos.

O SR. GERALDO PALMEIRA — Esta questão, nobre impedisse êste Legislativo de o fazer. Deputado, deve ser estudada com mais detalhe, uma vez que, Sr. Fresidente, temos, aqui, um Tribunal de Contas que interpreta, muitas vezes, ao seu sabor, as leis.

O Er. Ferro Casta — E, às vezes, redige leis...

O Sr. Stélio Maroja — Pitorescamente...

O SR. GERALDO PALMEIRA — Se não tivermos o devido cuidado, amanhã o Tribunal de Contas do Pará poderá, de maneira subreptícia, separar os filhos ilegítimos.

Acompanho, desta maneira, o voto do líder da maioria) nesta Casa.

O Sr. Ferro Costa — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Excia. tem a palavra.

O SR. FERRO COSTA — Sr. Presidente. Srs. Deputidos. Desejo apenas me reportar ao aspecto trazido pelo nobre Deputado Benedito Carvalho, isto é, quanto a situação jur'dica do Departamento de Estradas de Rodagem e da sua inclusão necessária no Monteipo dos Funcionários Públicos

do Estado. A meu ver, do exame da situação legal e constitucional da matéria, eu não tenho nenhuma dúvida em citar os Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem na condição de órgãos estaduais e não de órgãos fedorais.

O que há, na verdade, é muita confusão em tôrno do!

assunto. O art. 15 da Constituição Federal, creio que inc. III, estabelece o imposto único sôbre combustíveis e lubrifican-

tes. A Constituição Federal, nessas condições, subtraiu do

V. Excias., que acompanham com interêsse a matéria,

Pelo processo atual, o Fundo Rodoviário Nacional devol-

O Sr. Benedito Carvalho — Qual seria a situação dos municípios, face ao art. 15 da Constituição Federal?

- O Er. Geraldo Palmeira — Os funcionários do DER

O SR. FERRO COSTA - -Perfeitamento. O Regula-

O Sr. Benedito Carvalho — Os municípios, que também Desejo tecer estas considerações, Sr. Presidente, a fim contribuem para o Fundo Rodoviário Nacional, vão ter suas

O SR. FERRO COSTA — Os municípios podem ter autonomia administrativa para a aplicação das suas quotas. Belém, que, nesse particular, dispõe de uma renda, se não O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão a preli- me falha a memória, de dez milhões de cruzeiros, tem enver-

O Sr. Stélio Maroja — Estou de acôrdo com o nobre Deputado Ferro Costa, quando assinala o caráter nitida-O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado mente estadual dos departamentos de estradas de rodagem. Posso acrescentar que, em relação aos municípios, êstes têm O SR. GERALDO PALMEIRA — Tôda a razão assiste suas quotas determinadas. Só não tem autonomia dos seus

- TROCAM-SE VÁRIOS APARTES.

O Sr. Stélio Marcja — Posso acrescentar mais que o Conselho Rodoviário, do qual fiz parte quando Secretário de Finanças, chegou a baixar uma resolução determinando que No atual Direito Administrativo ainda não se conseguiu as quotas municipals ficassem em conta cativa e que só

O SR. FERRO COSTA — Apenas sendo um órgão técnico, a lei federal, por cautela, para evitar que se con-Exclui o projeto aquêles que não têm pai Alcaide. Fi- vertessem os Departamentas de Estradas de Rodagem em órgãos apenas burocráticos, distribuidores de verbas, deu O Sr. Stélio Maroja — Há um equívoco do nobre Depu- certas normas, certas diretrizes, que devem ser atendidas

Nestas condições, se os estudos concluirem pela extensão do montepio aos funcionários do DER, nada haveria que

E' o meu ponto de vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão a preliminar. (Pausa) Não havendo mais discussão, votos. Os Srs. Deputados que aprovam a preliminar do Sr. Deputado Moura Palha, a fim de que o processo volte à Comissão de Constituição e Justiça, queiram ficar sentados. Aprovada a preliminar.

O SR. PRESIDENTE — Matéria em regime de urgência. 1.ª discussão do projeto-de-lei constante do Processo n. 343, criundo do Executivo, dispondo sôbre o Monteipo dos Funcionários Públicos do Estado.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê):

Parecer n. 129

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, propõe várias modificações à atual legislação relativa à organização e funcionamento do Montepio dos Furcionário Públicos do Estado do Pará.

A porposição governamental se nos afigura vinculada aos elevados propósitos que inspiram a lei n. 755, de 21-12-53, sob cujo regime iniciou-se a recuperação do antigo órgão providenciário do Estado.

E' inegavel que, sob o império daquele diploma legal, o Montepio Estadual entrou em fase de franca consclidação de sua vida financeira, prunando do regime crônico de delicits para o que apreciáveis saldos, o que tem proporcionado, fato excepcional na

vida pública brasileira, apreciável ampliação do regime de benefícios assegurados aos contribuintes.

O projeto de lei governamental em apreciação sugere várias modificações à legislação vigente, baseados nos resultados da frutuosa experiência encetada. Dessas modificações, a mais importante é a que institui a obrigatoriedade da inscrição e contribuição para todos os servidores, inclusive os extranumerários. Consideramos justa e salutar essa extensão, que revigorará e consolidará definitivamente o sistema previdenciário do Estado.

E conclusão, somos de parecer que a aprovação do presente projeto de lei representará justa homenagem acs êxitas já assinalados da nova administração do Montepio Estadual.

Sala das Sessões da Comissão de Finanças, em

27 de março de 1956. (aa) STÉLIO MAROJA, Relator. Aprovado, em

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram ficar sentados. dito especial de Cr\$ 16.224,00, em favor de Antonio de Oli-Aprovado.

Matéria em votação normal.

2.ª discussão do porjeto-de-lei constante do processo n. 311, oriundo do Executivo alterando a redação dos artigos 262 e 266, da Lei n. 207, de 30/12/49.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê):

Projeto-de-lei

Altera a redação dos artigos 177, 262 e 266 da Lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949.

A Assembléia Legislativa do Estado do Pará estatui e eu sanciono a seguinte lei :

177, da lei n. 207, de 20 de deze nbro de 1949.

"Art. 177. O oficial que estiver cumprindo pena

nada no artigo anterior o seguinte parágrafo único: Belém.

Parágrafo Único. Depois de dois (2) anos de tratamento pelos motivos constantes das letras b e c, se continuarem enfermos, serão reformados no pôsto imediatamente superior, com todos os vencimentos, após inspeção de saúde e qualquer que seja o tempo de serviço.

Art. 3.º Passa a ter a seguinte redação o § 1.º do art. 266 da mesma lei :

§ 1.º — Depois de (1) ano, se continuarem enfermos, serão reformados na graduação imediatamente, superior, com todos os vencimentos, após insepeção de saúde e qualquer que seja o tempo de serviço.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão. (Pausa) Como ninguém se manifesta, encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer sentados. Aprovado.

1.ª discussão do projeto de lei constante do processo n. 409 de autoria do sr. Deputado José Maria Chaves, disciplinando os dispositivos do art. 165, da lei n. 749, de 24 12 53.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê):

Parecer n. 132

O presente processo que vem acompanhado de ram permanecer sentados. Aprovados. judicioso e fundamentado parecer do ex-deputado Comissão de Constituição e Justiça do Legislativo hora regimental. passado.

Volta o referido processo, na atual Legislatura, para novo exame e parecer por parte do Relator Deputado Moura Carvalho, que opina pela inconstitucionalidade do projeto, parecer esse que foi rejeitado pela referida Comissão.

Apreciando o projeto em apreço, manifestamonos contrários à sua aprovação de vez que o mesmo acarreta graves ônus ao herário estadual já de si sobrecarregado de vultoso encargos, conforme se constata da Lei n. 1.281, de 3 de março de 1956, que abre crédito suplementar, anula dotações orçamentárias e retifica tabelas da despesa no orçamento do exercício vigente.

Sala das sessões da Comissão de Finanças, em

24 de março de 1956.

aa.) MOURA CARVALHO, Relator. Aprovado em 27|3|56. MOURA CARVALHO BENEDITO CARVALHO

STÉLIO MAROJA, Presidente RAYMUNDO CHAVES.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão. (Pausa) Como STÉLIO MAROJA, Presidente; BENEDI- ninguém se manifesta, encerrada a discussão. Em votação. TO CARVALHO, MOURA CARVALHO, Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer sentados. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão. (Pausa) Como 1.ª discussão do projeto-de-lei constante do processo n. ninguém se manifesta, encerrada a discussão. Em votação. 349, oriundo do Executivo, autorizando a abertura do créveira Lobão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê):

Parecer n. 150

Nada a opor. O pedido é justo, cumprem apenas apurar o projeto em tela para que possa o peticionário fazer de seus direitos.

aa.) CARLOS MENEZES, Relator. JORGE RAMOS, Presidente MOURA PALHA.

Aprovado em 9|2|56.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão. (Pausa) Como ninguém se manifesta encerrada a discussão. Em votação. Art. 1.º Passa a ter a seguitor redação o art. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer sentados. Aprovado.

1.ª discussão do projeto-de-lei constante do processo n. até dois (2) anos, inclusive, vencerá sòmente o soldo." 263, de autoria do sr. deputado Athaualpa Fernandez, crian-Art. 2.º Fica acrescido o art. 262 da lei mencio- do três bolsas de estudos no Seminário Metropolitano de

Parecer n....

Nada tenho a opor ao projeto-de-lei de autoria do Sr. Deputado Athaualpa Fernandez concedendo bolsas de estudos à estudantes pobres.

Sala das Sessões da Comissão de Saúde, Educação e Cultura, em 28 de março de 1956.

aa.) WALDEMAR SANTANA, Relator. GURJÃO SAMPAIO, Presidente. WILSON AMANAJÁS.

Parecer n. 168

Estou plenamente de acôrdo com o projeto-de-lei, quer quanto a sua constitucionalidade e quanto aos fins a que se destina.

Sala das Sessões da Comissão de Constituição e Justiça, em 1 de fevereiro de 1956.

aa.) SIMPLICIANO MEDEIROS, Relator. FERRO COSTA, Presidente. MOURA PALHA

ACIOLI RAMOS

Aprovado em 1|3|56.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão os pareceres. (Pausa) Como ninguém se manifesta, encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, quei-

Esgotada a matéria em pauta, encerro a presente sessão Sílvio Meira, lamentàvelmente não foi apreciado pela e convoco os Srs. Deputados para uma sessão amanhã, à

Encerramento — As 17,40.

NOTA — Esta sessão não foi revisada pelos Srs. Deputados Ferro Costa, Geraldo Palmeira e Benedito Carvalho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM

Diário do Município

LA RELIGIONAL PROPERTY OF THE PARTY OF THE P

ANO II

BELÉM — DOMINGO, 29 DE ABRIL DE 1956

NUM. 1.653

Presidente, que transmitiu o car-

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM sessenta (60) dias de licença para tratamento de saúde, ao Sr. Ve-

DECRETO N.º 7.436 O prefeito Municipal de Belém, usando de suas atribuições legais, DECRETA:

Art.º 1.º --- É concedida a Carlos Rodrigues Furtado, brasileiro. viuvo, residente e domiciliado nesta capital, a insenção do impôsto predial relativo ao exercício de 1955, que incide sôbre a barraca n.º 175, sito à Trav. Juvenal Cordeiro, de acôrdo com a lei n.º 992 de 15.6.950, modificadoda pela lei n.º 1095, de 9.8.950. Art.º 2.º — Ficam dispensados os débitos relativos aos exercícios de 1940 a 1945, bem como as respectivas multas, de acôrdo com as autorisações das leis mencionadas no art.º 1.º.

Art.º 3.£ — A isenção concedida nor êste decreto não se refere às taxas adicionadas.

Art.º 4.º — Este decreto entrará em vigôr a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 25 de Abril de 1956. DR. CELSO MALCHER Prefeito Municipal

Adriano Menezes Secetário de Finanças

PORTARIA N.º 195|56 O prefeito Municipal de Belém, usando de suas atribuições legais | Santos — Compra de sepultura determina a Secretaria de Financas que processo, e a Tesouraria | C. S. Izabel pague, mensalmente, ao sr. Alcindo Souza Monteiro, a gratifi- — Compra de sepultura — Incação de CrS 500,00 (quinhentos | forme a Administração do C. S. cruzeiros), correspondente aos Izabel Servico de Assistência Médico em sepultura — Informe a Admi-Social, a contar de 1-1-1956, cor- nistração do C. S. Izabel rendo a despesa correspondente. a conta da Tabela do exercício

DR. CELSO MALCHER Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINIS-TRAÇÃO

Desnachos proferidos nelo Sr. Dr. Secretário de Administração.

Antonio Nunes Monteiro --Compra de sepultura — Informe a Administração do C. S. Izabel. ___De Celeste Bentes -- Comora de sepultura - Informe a Administração do C. S. Izabel

___De Ducelina Viana dos Santos — Comora de sepultura — Informe a Administração do C. S. Izabel '

___De Ester José Rufino -Compra de sepultura -- Informe a Administração do C. S. Izabel ___De Germano Nascimento - Compra de sepultura - Informe a Administração do C. S. Izabel

----De João Cardoso do Nascimento -- Compra de sepultura _ Informe a Administração do C. S. Izabel

___De José Castro de Almeida - Salário de Familia - Informe o D. M. P.

___De Maria de Nazaré Loureiro Tomaz — Restituição de montepio — Informe a S. F. De Osvaldo Corrêa dos

__ Informe a Administração do ——De Oscar Fonseca da Silva

serviços prestados como Vigia do -- De Vitorina Gesta -- Obra

ro — Compra de sepultura — In- te efetivo, e, após, mandou pro- falar em nome da maioria, pedinforme a Administração do C. S. ce er a chamada, que acusou a do á representação do Partido So-Izabel

reador Josias da Silva Soares, de coardo com o art. 12, letra a do Regimento Interno desta Câmara. Art. 2.0 - Romann-se as dis-

presones em contrário. Câmara Municipal de Belém, 26 de abril de 1.956.

Dr. Carlos Oliveira Presidente -Lourival G. Silva 1.º Secretário. Jacinto Rodrigues 2.º Secretário

EDITAL DE CONVOCAÇÃO O Presidente da Câmara Municinel de Belém, usando de suas res, 6 votos. Nos têrmos do paráatribuições que lhe são conferi- grafo 13.º do artigo quarto da das nela alínea a. do art. 19, Resolução n. 3, de 11 de Janeiro combinado com o inciso 22, do de 1955, o snr. Presidente, então, ert. 25, do Regimento Interno, leclerou eleita a seguinte Mêsa: Convoca o Sr. Filomeno Paulo de, Presidente, Carlos Costa de Oli-Melo, suplente de Vereador pela veira; 1.º Secretário, Luiz Motta; Legenda da União Democrática 2.º Secretário, Jacinto Rodrigues; Nacional, para exercer temporá- 3,º Secretário, Lourival Silva; 4.º riamente, o mandato de Vereador | Secretário, Jorge Corrêia. O snr. na vaga do Sr. Josias da Silva | vereador Alberto Nunes pediu, Soares, licenciado para tratamen- sendo atendido, que fôsse esclato de saúde.

comana l'aniciant de Belém. 26 de Abril de 1.956.

Dr. Corton Oliveira Presidente

Áta da Sessão Prevaratória do semundo neriodo da terceira le-

gislatura. Aos trêse dias do mas de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e seis, no edificio da Câmara Municipal de Belém. pontu- 13. de 11 de Janeiro de 1955, dealmente às de horas, realizou-se período da terceiro legislaturo

O sr. vereador Manoel Coelho, primeiro secretário, assumindo a mandationia dos trabalhos. informou que assim procedia em viro cotado do saúde do srs. | nou. também, o snr. vereador Al-——De Vitoria Almeida Pinhei- - - Josias Spares, presiden- | berto Nunes de Figueiredo para -premandos caminites ses verea- | cial Democrático que designasse dores Josué Cavalcante, na pri- o orador da bancada da maioria, secretaria; Jacinto Rodri- | tendo o snr. vereador Raimundo gues, na segunda secretaria; Al- Nolêto indicado o snr. vereador berto Nunes, Ribamar Soares e Tota do Partido Social Pro- vra pela ordem, o snr. vereador gressista; Josías Soares e Louri-RESOLUÇÃO N.º 7|56 TE 20 DE cinal de Belém, usando de suas vai Gomes da Silva, da União De-Consede trinta (30) dias des nela alínea a. do art. 19, com- Seráfico de Carvalho, Jorge Corde licerca para tratamento binado com o inciso 22, do art. reia, Raimundo Noleto, Gurjão de saude, ao Vereador 25. do Regimento Interno, Con- Compaio e Matos Costa, do Par-Raimundo Teixeira Noleto, voca o Sr. José Miranda de Castido Social Democrático. O snr. A Câmara Municipal de Belém | telo Franco, suplente do Verea- | residente, declarando abertos os cial Democrático, para exercer mos do art. 68, e seus parágrafos, Art. 1.0 — Ficam concedidas temporáriamente, o mandato de do Resimento Interno, alterados e 1906. a sessão era destinada, exclusivamente, a eleicão Câmara Municipal de Belém, da Mêsa, e, logo em seguida, dere verendores Alberto Nunes, Lourival Silva e Isaac Soares, para, em comissão, verilic i m as condições da urna e da RESOLUÇÃO N.º 8,56 DE 25 DE cobine indevassavel. Cumbrida se lavrada a presente áta, que, essa missão, foi iniciada, então, a Concede 60 (sessenta) chamada dos snrs. vereadores paa de la companie de la contra del contra de la contra del la tamento de saúde, ao Ve- Isaac Spares. Seráfico de Carvareador Josias da Silva Iba, Jarge Correia, Raimundo Noleto, Gurjão Sampaio, Matos Cos-

go, provisoriamente, ao snr. 1.º Secretário, nos têrmos do Regimento. A Mêsma Comissão, a seguir, procedeu á apuração dos votos, em número de quinze, apresentando o seguiinte resultado: Para Presidente; Carlos Costa de Oliveira, 9 votos; Isaac Soares, 6 votos; Para 1.º Secretário, Luiz Mota, 9 votos; Jorge Correa. 6 votos; Para 2.º Secretário, Jacinto Rodrigues, 9 votos; Raimundo Noleto, 6 votos: Para 30 Secretário, Lourival Silva, 9 votos; Jacinto Rodrigues, 6 votos: Para 4.º Secretário, Jorge Corrêia, 9 votos; Ribamar Soarecido o número de votos obtido pela Mêsa eleita, e, avós declarar empossada a nova Mêsa, o snr. Presidente transmitiu ans seus integrantes a direção dos trabalhos. Assumindo a Presidencia. snr. vereador Carlos Costa de Oliveira convidou os snrs. vereadores Lui Mota e Jacinto Rodrigues para completarem a Mêsa, e, a seguir, nos têrmos do parágrafo 14.º do artigo 4º, da Resolução n. signou es snrs. vereadores Isaac Soares, Lourival Silva, Luiz Mota, Josué Cavalcante e Jacinto Rodrigues, para, em comissão, transmitirem às autoridades o convite para a sessão solene de inauguração do período. Desig-Isaac Soares. Solicitando a pala-Raimundo Nolêto transmitiu, á Mêsa eleita, as congratulações da bancada do PSD, seguindo-se com a palavra o snr. vereador Ribamar Soares, que, após explicar as atitudes que assumíu, no curso das demarches que antecederam á eleição, congratulou-se, também, com os eleitos. O snr. Presidente, passando a direção dos trabalhos ao sr. vereador Luiz Mota, veid para o plenário e agradeceu as manifestações e congratulações dos seus pares, e, voltando á Presidência, e, nos têrmos do § 14.º do Art. 4.º da Resolução n. 3, de 11 de Janeiro de 1955, suspendeu a sessão por vinte minutos, a fim de que fôsassinada por quem de direito.

depois de lida e aprovada, será Sala das Sessões da Câmara Municipal de Belém, 13 de abril de mil novecentos e cinquenta e e. — (a) Dr. Carlos Costa de Oliveira, Presidente; — Luz Luiz Mota, Carlos Costa de Oli- | cretário ; — Jacinto de Pinho

CAMARA MUNICIPAL DE BELEM

ABRIL DE 1956 estatui e a Mesa promulga e pu- dor pela Legenda do Partido So- trabalhos, declarou que, nos têr-

blica a seguinte Resolução. trinta (30) dias de licenca para Vereador, na vaga do Sr. Rai- pela Resolução n. 6, de 3 de fevetratamento de saúde, ao Sr. Ve- mundo Teixeira Noleto, licenciareador Raimundo Teixeira Noleto do pora tratamento de saúde de acôrdo com o art. 12, letra a do Regimento Interno desta Câmara.

Art. 2.0 --- Revogam-se as disposições em contrário. Câmara Municipal de Belém, 20 de abril de 1956. Dr. José Ribamar Soares

Presidente Luis Mota 1.º Secretário Jacinto Rodrigues 2.º Secretário

EDITAL DE CONVOCAÇÃO O prosidente da Câmara Muni-

20 de abril de 1.956.

Dr. Carlos Oliveira Presidente.

ABRIL DE 1956 dias de licença para tra-

A Câmera Municipal de Belém | to Josias Soares, Lourival Silva, estatui e a Mesa promulga e pu- Alberto Nunes, Ribamar Soares, Lenriques Mota da Silva, 1.º Seblica a seguinte Resolução. 1.º — Ficam concelldos veira, Josué Cavalcante, Jacin's Rodrigues, 2.º Secretário